

M e m o r i a l

apresentado à
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo,
para concurso de provimento de cargo de Professor Titular
junto ao Departamento de Sociologia,
na área de Sociologia da Cultura,

pelo candidato
Leopoldo Waizbort

São Paulo, agosto de 2009

í n d i c e

1. 2009: Explicação	3
2. 1998: Para uma sociologia do memorial acadêmico. Um fragmento	4
3. 2003: Adendo	10
4. 2003: Anotações e esboços	23
5. 2009: Dois fragmentos (e um interlúdio) de narrativa, percurso, caminho	51
6. 2009: Anexo: tábua acadêmica	87

1. 2009: Explicação

Em três momentos da vida universitária fui solicitado a apresentar memoriais acadêmicos: em 1998, no concurso de efetivação como professor assistente doutor; em 2003, no concurso de livre-docência; e agora, no concurso para professor titular.

Este memorial adota um partido para cumprir sua função documental: reúne os memoriais anteriores, que demarcam momentos da trajetória e da auto-reflexão, e os envolve em outro contexto, no qual seus sentidos naturalmente se alteram. O que porventura se perder em atualidade, ganha-se em documentação e testemunho. A isso se acresce a parte de 2009, escrita especialmente para esta situação.

O conjunto oferece portanto uma dupla face, como reflexão e como documentação, na esperança de assim poder melhor cumprir a exigência universitária.

2. 1998: Para uma sociologia do memorial acadêmico. Um fragmento

De nobis ipsis silemus.

Para o sociólogo, o memorial implica, de imediato, em uma sociologia do memorial.

Escrever um memorial não é, definitivamente, uma tarefa fácil. Mesmo nos limites da sociologia, a grande autobiografia escrita por Herbert Spencer, já há muitos anos, é um marco inaugural em um gênero de excelências e grandes obras. Decerto que o memorial acadêmico não pode postular para si a exclusividade de um gênero; mas situa-se muito próximo de toda a narrativa memorialística e, sobretudo, da autobiografia. Por sua indefinição, ele permite a aproximação com essas formas narrativas, embora, por outro lado, marque uma certa diferença, a ser creditada às exigências contingentes de sua fatura.

O memorial converte o candidato em um narrador de extração distinta da que lhe é usual. Se a escrita e algumas formas narrativas lhe são familiares, em uma vida que consiste também em escrever textos, o texto do memorial impõe suas exigências peculiares e, para muitos dos seus autores mais recentes, é oportunidade para dar curso à pretensões narrativas que, no dia a dia da produção científica, ficam recalcadas.

Entretanto, com isto já estamos no próprio âmago da própria história de nossa disciplina (e talvez não apenas dela). A sociologia surgiu em um espaço narrativo entre a literatura e a ciência¹; ela, em sua pretensão de autonomia, viu-se estrangida a se distinguir da literatura, mas em mesma medida reivindicou para si um espaço próprio que não se confundia de imediato com a ciência estabelecida. Nada exprime melhor do que isto a tensão entre tratado e ensaio na sociologia, que sempre oscilou (e ainda oscila) entre pretensões tratadísticas e ensaísticas². Naturalmente, esta tensão não é livre de consequências.

Digamos que a ciência segue a regra "doctrina primus, stilus ultimus" e a literatura, por seu lado, realiza o "stilus primus, doctrina ultimus". Onde está o memorial?

Georg Misch, um autor não de todo distante da sociologia, em virtude de suas ligações com Wilhelm Dilthey, escreveu há quase um século uma gigantista História da autobiografia que, de tão ampla, viu-se condenada ao inacabado. Isto, entretanto, não afeta sua relevância, porque marca a grandeza do gênero narrativo de que nos aproximamos.

¹ Cf. W. Lepeñies, Between Literature and Science: The Rise of Sociology. Cambridge/Paris, Cambridge University Press/Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1988.

² Tratei do assunto em Vamos ler Georg Simmel? Tese de doutorado, FFLCH-USP, 1996 e, posteriormente, na aula para concurso junto ao Departamento de Sociologia da FFLCH-USP em dezembro de 1997.

A autobiografia é a história do próprio Eu. Ela supõe, assim, um distanciamento considerável e fundamental: o Eu que narra precisa ser capaz de contemplar a sua própria história e desenvolvimento. Isto supõe, claro está, um momento muito avançado no processo de civilização ou, se se quiser, no processo de formação e identidade do Eu, na medida que exige um eu claramente formado e circunscrito, ao qual se pode atribuir um desenvolvimento, história, trajetória, peripécia ou o que quer que seja.

A auto-identidade é sem dúvida um grande problema para os sociólogos. Um primeiro desdobramento da questão é abordar a identidade do eu, a identidade profissional, a identidade intelectual. Identidade do Eu é um tema sociológico clássico e, por essa razão mesma, abordado de formas variadas. Só para citar um desdobramento possível, menciono os trabalhos de Habermas e Kohlberg ³. A questão da identidade profissional é, também, um tema de investigação sociológica, que remete a uma sociologia das profissões que tem por objeto a própria profissão do sociólogo. Emblemático, neste aspecto, são as reflexões de Weber registradas em "Ciência como vocação". Por fim, em relação à identidade intelectual, cabe investigar os nexos de influência e a autonomia intelectual que atam e desatam o narrador, de que ele se incumbe e desincumbe.

Um segundo desdobramento da questão é abordar os níveis de identidade a partir dos quais Lepenies propõe tecer uma história da sociologia, a saber: a identidade cognitiva, a identidade social e a identidade histórica. Diz ele: "[Nesta história da sociologia] indaga-se acerca da peculiaridade e coerência das orientações, paradigmas, formulações de problemas e instrumentos de pesquisa sociológicos (identidade cognitiva); são descritos os processos de institucionalização, através dos quais a disciplina tentou se estabilizar no plano organizacional (identidade social); são por fim retomados alguns dos esforços, realizados já há algum tempo, de reconstruir um passado da disciplina, ao qual em princípio todos os membros da comunidade científica da sociologia podem se remeter (identidade histórica). / A comprovação de uma identidade cognitiva serve, com isso, em primeiro lugar, para distinguir um programa teórico dos programas concorrentes já existentes ou em gestação. A identidade social é alcançada mediante uma estabilização organizatória que garante a sobrevivência na luta pela reputação acadêmica. Finalmente, as pretensões a uma identidade histórica singularizada servem também na distinção das disciplinas concorrentes, mas devem ao mesmo tempo evitar uma diferenciação interna precoce da disciplina." ⁴ Tudo isto, imagino, são dimensões que devem ser incorporadas, em foco apropriado, na narrativa do memorial. O que demonstra, rapidamente, quão grandes são as suas exigências.

³ Tive oportunidade de abordar isto no texto "A vida humana e a maturidade no processo de civilização", lido no Seminário Internacional "Ciência, cientistas e tolerância". UNESCO - Universidade de São Paulo, 18-21/11/1997 e a ser publicado nos anais do Seminário.

⁴ W. Lepenies, "Einleitung. Studien zur kognitiven, sozialen und historischen Identität der Soziologie" in W. Lepenies (org.), Geschichte der Soziologie. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1981, vol. 1, p. I.

Outro ponto a ser considerado, já que falei em gênero, é o tópico da mistura dos gêneros, que parece ser pertinente no que diz respeito à autobiografia e o memorial ⁵. O que é um memorial, o que o distingue da autobiografia? De uma etnografia de si?

O que deve o memorial acentuar: as continuidades ou as discontinuidades no percurso do professor que se submete ao concurso? As fraturas e as dúvidas com que ele se defrontou e defronta, ou as certezas que ele porventura possuía?

Como escrever o memorial: pelo que foi ou pelo que poderia ter sido e não foi? Pelos trabalhos publicados ou pelos não-publicados? Pelos concebidos ou pelos que sequer foram imaginados? Pela inserção profissional ou por sua ausência?

Seria possível escrever meu memorial sem falar da instituição na qual me graduei e tornei-me mestre, doutor e docente, isto é, sem falar das ciências sociais e da sociologia na USP entre 1984-1998? E seria possível tal circunscrição?

O memorial enquanto "auto-tematização da pessoa", como diz Kohli ⁶. Daí a necessidade da etnografia de si, do auto-distanciamento; daí a afinidade com a análise, com a auto-análise.

O memorial acadêmico supõe uma injunção de obra e autor, uma injunção que pode ser positivada ou não, potencializada na figura daqueles autores que se escondem por detrás de sua obra e daqueles outros que se utilizam da obra como fundo de sua figura. Mas o que dizer de um autor que não possui obra e, portanto, não é propriamente sequer autor, como é o meu caso?

Se o memorial se limita à apresentação da própria obra daquele que escreve, a pessoa se esconde por detrás de sua obra. Isto tem sua razão de ser e remonta, por exemplo, a Bacon. Quando ele silencia acerca de si, isto significa que ele não aceita uma razão fundada na autoridade daquele que está falando, ele recusa a hierarquia da ordem estamental e da tradição para fundamentar-se na própria razão, que apenas fala através dele. As questões relativas às condições históricas e biográficas da gênese do pensamento (supondo que a obra seja pensamento cristalizado e decantado) são postas de lado, como se não fossem, elas mesmas, parte do pensamento; como se fosse possível pular sobre sua própria sombra. Isto é até possível; supõe apenas que nos tornemos um Peter Schlemihl.

Como uma narrativa, o memorial joga com ficção e realidade, res factae e res fictae ⁷. A exigência de se anexar ao memorial os documentos que comprovem o que foi dito enfatiza a necessidade de se imaginar que o que foi dito coincide com a realidade. O leitor de romances é curioso pela vida do autor de romances

⁵ Caso ainda obscuro diz respeito a "las autobiografías de los arcángeles" (como disse certo narrador argentino), mas sobre isto é necessário aguardar novas notícias.

⁶ M. Kohli, "'Von uns selber schweigen wir.' Wissenschaftsgeschichte aus Lebensgeschichten" in W. Lepenies (org.), Geschichte der Soziologie, op. cit., vol. 1, p. 428. O texto de Kohli é muito mais presente aqui do que as referências e notas podem atestar.

⁷ Cf. R. Koselleck, Vergangene Zukunft. 2a. ed., Frankfurt/M, Suhrkamp, 1991, pp. 278 ss.

porque imagina que por detrás da ficção do romance há, em algum lugar, em alguma medida, mesmo que ínfima, mesmo que imperceptível, uma realidade vivida pelo autor, que pode --- em que medida, não nos interessa aqui --- iluminar, ou obscurecer, a ficção. O memorial joga com uma ilusão muito poderosa, pois pretende dizer que o que se narra é o próprio fato e subentende que a ficção está erradicada de sua narrativa. Mas os leitores de memoriais também não são ingênuos e sabem que o memorial é, de qualquer modo, uma objetivação realizada pelo candidato.

O memorial é ocasião para a fantasia do narrador. Ele pode inventar, se descolar da realidade (qual realidade?) e construir as continuidades e descontinuidades que lhe agradem. Se possuir engenho e arte suficientes, quem garante que não convencerá seus examinadores? Por outro lado, o memorial é oportunidade de construção de tudo o que poderia ter sido, para aqueles inúmeros "ou bien" com que Alain Resnais compôs seus "Smoking/No smoking". O que, diga-se de passagem, a teoria da literatura já havia explorado, como se pode ver pela seguinte passagem de Jauss: "Se a lógica narrativa, que aqui ainda se move inteiramente no âmbito restrito da poética clássica, deve fazer justiça à contingência da história, então ela poderia seguir o paradigma do romance moderno que, desde Flaubert programaticamente, desmontou a teleologia da fábula épica e desenvolveu técnicas narrativas com a finalidade de reintroduzir o horizonte aberto do futuro na história passada [...]." ⁸

Como narrar a história de vida no memorial? De um passado para um futuro? De um presente para um passado? De um futuro para um presente? De um tempo qualquer? De qual tempo? Por exemplo: narrar a história de vida prospectivamente pode se tornar uma comédia de erros; narrá-la retrospectivamente uma lição de coerência. Qual a melhor opção?

O memorial deve se aproximar mais das "memórias" ou das "confissões" daquele que narra? Se, digamos, as "memórias" se apoiam com mais vigor nos acontecimentos do mundo exterior, e as "confissões" se perdem na terra incógnita do mundo interior, como equacionar interior e exterior na narrativa do memorial?

E não deveria ser creditado à especificidade desse tensionamento sua fisionomia singular?

Isto está, decerto, em relação com o conceito de indivíduo de que depende o memorial. Qual haveria de ser ele? O do indivíduo autônomo e soberano, o da personalidade? Ou o do indivíduo como ponto de cruzamento dos círculos sociais? É o indivíduo que suporta as ações, ou são as ações que levam adiante os indivíduos? Para tantas quantas noções de indivíduo a sociologia conseguir prover, haverá ritmos específicos no andamento da narrativa memorialística.

Ao menos é certo que se precisa atentar para as implicações da reconstrução que dá corpo à narrativa do memorial. "[...] toda narrativa (bem sucedida) precisa

⁸ H.R. Jauss, *Literaturgeschichte als Provokation*. 4a. ed., Frankfurt/M, Suhrkamp, 1974, pp. 229-230.

cumprir duas funções: aquela da referência, isto é, da relação frente aos eventos narrados, e aquela da valoração, isto é, da relação frente à situação atual do narrar. Assim, uma narrativa não se esgota na descrição de eventos passados; ela precisa também evidenciar para os ouvintes o 'sentido' dos eventos relatados. [...] a história nunca é apenas referência ao passado, ela é sempre também uma reconstrução a partir da situação atual [...]."⁹

Outra coisa que também é certa é que todos os gêneros possuem sua história --- da epopéia ao romance, do relato científico ao ensaio, e junto a todos o memorial também reclama a sua própria história, a cada vez que é escrito. Isto nos levaria a investigar o desenvolvimento histórico da concepção do memorial e ainda, como um pendant não dispensável, rascunhar uma história dos memoriais da FFCL-FFLCH.

O desenvolvimento histórico da autobiografia, que não é de todo estranha ao memorial, sendo mesmo sua parente próxima, sofreu uma inflexão poderosa por volta do final do século XVIII, quando a idéia da verdade daquilo que se narrava passou a ser uma verdade "interior" ou "subjéctiva", que não estava necessariamente colada à "verdade" "factual" e "exterior" ("objetiva"?)¹⁰.

Isto nos deixa em meio à indagação acerca da pretensão de verdade que o memorial reclama para si, uma pretensão de verdade que é absolutamente distinta da pretensão de verdade do discurso científico¹¹. Esta tensão entre pretensões de verdade diversas é especialmente recalcitrante, ou então pungente, no memorial acadêmico.

Esquemáticamente, poder-se-ia dizer que os pólos deste tipo de narrativa são: a construção das coerências ou, no caso mais extremo, a construção da coerência; ou então os acasos, tropeços, contingências e fracassos.

Que concepção de pessoa este memorial --- ou aquele outro --- põe ou pressupõe? Qual é o Ego que vem aqui à tona? Pois o memorial põe ou pressupõe uma "certa concepção da própria identidade"¹².

Um outro dilema daquele que escreve um memorial: contar uma história que culmina no "hoje", que articula o conjunto dos eventos em uma corrente de sentido que desagua no presente e mostra, assim, uma história de vida enquanto uma "trajetória", que pode ser "congruente", "constante", "plena de sentido", "radical". Em contrapartida, o que diríamos daquele que escreve um memorial que não culmina no "hoje" e que pode parecer aos seus leitores --- que são de fato examinadores --- "sem sentido", e portanto de menor valor: uma "trajetória" "labiríntica", "confusa", "dispersante"? O que devemos, uma vez mais, construir, isto é, narrar: continuidades ou descontinuidades?

⁹ M. Kohli, "'Von uns selber schweigen wir.' Wissenschaftsgeschichte aus Lebensgeschichten", op. cit., pp. 447, 460.

¹⁰ Discuti um pouco do assunto em Vamos ler Georg Simmel?, op. cit.

¹¹ Cf. J. Habermas, Theorie des kommunikativen Handelns. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1987, vol. 1.

¹² M. Kohli, "'Von uns selber schweigen wir.' Wissenschaftsgeschichte aus Lebensgeschichten", op. cit., p. 451.

Kohli afirma: "É grande a tentação de fazer a sequência relatada dos acontecimentos culminar não só temporalmente no hoje, mas também de a interpretar como uma linha inequívoca de desenvolvimento, que desde o início estava apontada, teleologicamente, para o hoje." ¹³ Não é isto que faz a felicidade do leitor de memoriais, que se vê defronte a algo que lhe faz lembrar um Bildungsroman?

Sem a menor pretensão de ir além de um quadro grosseiro e esquemático, reproduzo, apenas como exemplo, algumas distinções feitas por M. Kohli dos modos como se pode contar uma história de vida:

1. Uma história de vida que é criada autonomamente, algo próximo da idéia de um self-made-man.
2. Uma história de vida que é orientada por uma meta, isto é, é mantida pelo sujeito em uma direção determinada e superior, não se deixando levar pelas contingências, sufocando-as em favor da meta determinada.
3. Uma história de vida institucional, no sentido da adaptação às estruturas institucionais dadas, como se deixa ver do modo mais claro em uma história que segue o padrão/modelo de uma "carreira".
4. Uma história de vida de alguém que está sempre procurando, e por isso muda sempre de direção e tem sempre novas embocaduras.
5. Uma história de vida que é um jogo, como se fosse a linha resultante de um paralelogramo de forças exteriores.
6. Uma história de vida auto-reflexiva, que problematiza as possibilidades de continuidade e do eu que conta a história.

É certo que este rol poderia ser ampliado e refinado ao gosto dos leitores. Interessa apenas pontuar a diversidade de embocaduras que se deixam perceber na narração do memorial. Qual é a adequada, a correta, a bela, a enganadora, a instigante, a expressiva, a mentirosa, a reveladora, a secreta...

O sinônimo o mais perfeito para memorial é armadilha. Se ele não narra as continuidades, ele narra, no final das contas, um fracasso. Se o memorial não apresenta as continuidades que levam ao "sucesso", ele funciona tal qual o Anton Reiser frente ao Bildungsroman: como um caso difícil de classificar.

Memorial e memória. Eis um parentesco para o qual o famoso dito de Wittgenstein parece fazer sentido.

Por que escrever um memorial suscita mais perguntas do que respostas?

Perguntar pela própria idéia de memorial implica em delimitar um âmbito de problemas que mal sou capaz de revolver, quanto mais resolver. A rigor, não posso escrever um memorial ¹⁴; e por isso só me resta apresentar, como Ersatz, um currículo em forma narrativa. (...)

¹³ M. Kohli, "Von uns selber schweigen wir." Wissenschaftsgeschichte aus Lebensgeschichten", op. cit., p. 452.

¹⁴ "[...] minha terra é pobre demais para produzir as ricas flores que entre elas se acham desabrochadas e que apesar dos maiores esforços não as igualaria jamais." Montaigne, Ensaio. 3a. ed., São Paulo, Abril, col. Os Pensadores, 1984, p. 192.

3. 2003: Adendo.

No mesmo momento em que escrevia e encaminhava o que precede, por ocasião de meu concurso de efetivação no Departamento de Sociologia desta Faculdade, em 1998, minha colega Irene Cardoso escrevia e encaminhava um memorial, escrito para seu concurso de livre-docência. Se há uma diferença geracional que nos separa, há também, nos dois textos, uma similaridade, que é a pergunta pelo sentido do memorial na situação concreta em que o escrevíamos, ela e eu. Os dois aspectos valem a reflexão, e de fato se embaralham, pois que é a diferença de geração que levou cada um de nós a encaminhar de modo bastante diverso uma questão comum. E se me refiro aqui àquele outro memorial, é por considerar que muitas das questões e problemas que ele aborda e desdobra confluem com minha experiência nesta Faculdade, de sorte que retomar alguns de seus desenvolvimentos é uma maneira de escrever este memorial.

É fato que a aspiração daquele memorial é muito diversa da deste, quando postula para si uma exigência que aqui não se pretende: “a atribuição de sentido a uma vida intelectual na universidade.”¹⁵ Não obstante, muito da reflexão assim motivada ultrapassa o registro pessoal, inscrita que está em um nexos histórico que a transpassa, para não falar de como essa “vida intelectual” é ela mesma marcada e marcante do mundo no qual existe. Por conta disto, precisando enfrentar exigência similar, quero retomar o que considero seu argumento principal:

“O memorial, enquanto um ritual acadêmico, estava ligado a uma concepção de universidade que talvez pareça hoje, ao olhar do presente, deslocada, quando a atividade universitária era concebida como *vocação*, que pressupunha como valor uma ligação íntima entre vida e trabalho intelectual.

As transformações pelas quais vem passando a universidade contemporânea, a sua modernização, deslocam a idéia da atividade universitária como vocação para um outro registro, o da *profissão*. Esse deslocamento significa agora uma ênfase não mais na ligação íntima entre vida pessoal e trabalho intelectual na universidade, mas sim na separação racional entre essas duas esferas da existência social.

Esta talvez seja uma primeira questão com a qual se defronta hoje aquele que se pergunta sobre o significado de um memorial como atividade universitária. O deslocamento do registro da vocação para o da profissão produz uma modificação profunda do sentido do memorial, ao ponto de que se possa perguntar se não teria havido um esvaziamento do significado do ritual acadêmico, que, de atividade que supunha uma suspensão da rotina, como condição de uma reflexão sobre um itinerário intelectual, tivesse se transformado em atividade rotineira mesmo. De rito, cuja função era a de refundação do sentido da universidade, a partir daquela ligação íntima entre a

¹⁵ Irene de Arruda Ribeiro Cardoso, “Memorial para Concurso de Livre-Docência” (1998), citado aqui na versão publicada pela FFLCH-USP como subsídio para uma discussão acerca da Faculdade, p. 11.

vida pessoal e o trabalho intelectual, no registro da vocação --- ligação entre a particularidade de uma existência pessoal e a *instituição* universitária --- tende a se transformar em rotina profissional, equivalente às tantas outras que devem ser desempenhadas na *organização* universitária.

O memorial, como expressão de estilos diferentes de itinerários intelectuais, porque construídos a partir das particularidades de inserção na vida universitária, tende hoje a se padronizar, como obrigação acadêmica que deve atender aos requisitos de uma ordenação universitária que se superpõe, ou mesmo tende a desconhecer, senão a anular, as inserções intelectuais particulares na universidade.”¹⁶

Todavia, a atividade universitária como vocação, testemunhada e vivida pela autora, já era então extemporânea, por conta de um processo de transformação da universidade e do mundo. Já no início do século XX, Max Weber demonstrou a seus alunos, com sua verve característica, a impropriedade de uma ciência como vocação, a sua extemporaneidade radical em uma época (e ele ainda acrescentou: destino) em que só tem sentido falar da ciência como profissão. E assim, com esse título, “Ciência como profissão”, dirigiu-se aos ouvintes; ouvintes, diga-se de passagem, que estavam ali em busca de profissão, e não vocação --- sentido este que já há muito vinha sendo soterrado por aquele.

Na língua de Weber --- e havia aí intenção e provocação do sociólogo ---, “Beruf”, o termo selecionado, fôra móvel de uma construção semântica bastante significativa, por ocasião da versão da Bíblia para o alemão, por Lutero¹⁷. Como por um lado a fixação da língua alemã não estava consolidada, e por outro a tradução oferece oportunidade privilegiada para construções e deslizes semânticos, Lutero congregou no termo de chegada “Beruf” mais de um termo de partida, e variadas dimensões de sentido. Sem reconstituir todo o processo, vale fixar sobretudo que há um sentido dúplice do termo na tradução de Lutero, circunscrevendo os significados variados de “vocação” e “profissão”¹⁸. Entretanto, quando Weber o utilizava, à época da Grande Guerra, após um longo processo de secularização das camadas religiosas de seu sentido, “Beruf” significava exclusivamente “profissão”. Daí o jogo de palavras que embasa (e às vezes embaça) o título e o conteúdo da famosa conferência: embora falando sempre de “profissão”, e reconhecendo que só tem cabimento falar de “profissão”, Weber joga com o sentido soterrado e arcaico do termo, insinuando que é esse outro sentido que poderia dar algum sentido (em um mundo em que falta sentido à vida dos homens) àquilo de que se fala e porquê se fala.

¹⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁷ Veja-se Max Weber, “Luthers Berufskonzeption”, a terceira parte do capítulo inicial de “Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus” in *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*. 9ª. ed., Tübingen, J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), 1988, vol. 1, pp. 63 ss., inclusive os importantíssimos rodapés.

¹⁸ Respectivamente, do latim *vocatio*, “ação de chamar”, “intimação”, “convite”; e *professio*, “ação de declarar”, “manifestação”, “promessa”, “ação de professar, de ensinar”, “profissão”, “mister”, “exercício”, “ocupação”, “emprego”. Com relação a “Beruf”, consulte o *Duden Deutsches Universalwörterbuch A-Z*. 3ª. ed. eletrônica, 1997.

Irene, por sua vez, repete o mesmo deslocamento semântico, considerando-o como uma realidade histórica que de algum modo testemunhou. Todavia minha geração, tanto quanto posso avaliar, está em situação similar aos ouvintes de Weber. O que não significa que ela não possa ocasional e repentinamente sonhar, como parece aventar o professor alemão, com o sentido antigo, sem mais lugar neste mundo. (Um outro professor alemão, alguns anos depois, perceberia que esse sonho, quando sonhado, era de fato um pesadelo.)

“Vocação” é um “chamado”, um “sopro interior”, que vem ou da interioridade ou de uma instância superior (Deus, ou equivalente), e que portanto, como sabemos pelo menos desde os românticos, está o mais das vezes em contradição e tensão com o mundo exterior. Se a própria Irene soube indicar a tensão e os limites que a universidade impõe à atividade criadora, o que pensar da passagem da “vocação” à “profissão”? Weber, que se pretendia “cientista” e portanto buscava clareza no tocante a essa pergunta, ofereceu como resposta suas célebres considerações ao final de “A ética protestante e o espírito do capitalismo”¹⁹. A equação demoníaca de “vocação” e “profissão”, na qual esta faz crer que é aquela, aterrorizava, como um fantasma, Max Weber²⁰. À minha geração, creio, só resta destacar contínua e intransigentemente a falsidade dessas soluções (“O puritano *queria* ser um homem de profissão --- nós *precisamos* sê-lo”); nas condições que correm já seria uma grande tarefa, firmando o pé no diagnóstico weberiano, cumprir até mesmo o sentido da “profissão”.

Nesses termos, o memorial delinea o seu problema --- segundo Irene, “a questão do tipo de relação entre vida pessoal e instituição universitária”²¹ --- na disjunção cada vez mais consumada dos dois termos, banindo a vida pessoal em favor da vida propriamente profissional, que transcorre no espaço da universidade (em sentido amplo, como lugar social do conhecimento)²². Não obstante, é precisamente neste aspecto que se pode observar um fenômeno curioso: uma vista d’olhos pela coleção dos memoriais mais recentes desta Faculdade mostra como a vida pessoal adentra fortemente nas narrativas, ganhando contorno e relevância inéditos. Creio que a explicação

¹⁹ Cf. Max Weber, *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*, op. cit., vol. 1, pp. 202-204.

²⁰ “Weber constatou, ao final de seu estudo, que na época do capitalismo avançado a idéia de um dever profissional habita como um *fantasma* a nossa vida, como um fantasma de antigos conteúdos religiosos, ou melhor, de conteúdos ético-religiosos, como um *caput mortuum*. Pois o ‘espírito’ capitalista já tinha perdido em grande parte, com o despontar da época férrea no século XIX, os substratos éticos: ao invés do *dever* profissional, o que conta agora é o *sucesso* profissional. Onde a atividade profissional significou mais do que adaptação às duras coações econômicas, onde ela pretendeu ser, além disso, realização, ela estava referida não mais a imperativos morais, mas sim a imperativos técnicos e pragmáticos.” Wolfgang Schluchter, *Religion und Lebensführung*. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1991, vol. 1, pp. 216-217; ver também vol. 2, pp. 502-504 (o termo fantasma provém do próprio Weber, na referência dada acima).

²¹ I. Cardoso, “Memorial para Concurso de Livre-Docência”, op. cit., p. 12.

²² A questão, decerto, ultrapassa em muito o âmbito restrito que discuto, sendo mesmo um traço constitutivo, segundo os sociólogos, da vida contemporânea. Veja-se, a título de exemplo, Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim, *Das ganz normale Chaos der Liebe*. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1990 e Niklas Luhmann, *Liebe als Passion. Zur Codierung von Intimität*. 2ª. ed., Frankfurt/M, Suhrkamp, 1995, especialmente os capítulos iniciais e finais.

para isso possui várias dimensões (que seria importante estudar); uma delas é que é preciso dar lugar à narrativa da vida pessoal justamente porque a universidade, livre da vocação e tornada profissão (sendo esta algo que se configura segundo uma estandardização e um padrão), não oferece lugar e ocasião para o escoamento do que é pessoal (nos casos modelares, aquilo que Irene Cardoso circunscreve como itinerários e inserções intelectuais particulares), que fica represado. O memorial, então, é o lugar por excelência para abrir as comportas. Talvez em contradição com sua idéia original, mas em sintonia com os tempos que correm, o memorial acadêmico propicia um espaço privilegiado para o “intercâmbio regrado de narcisismos”²³, quando não abdica por completo de qualquer regra.

Não por acaso, Irene aproxima a vocação de uma liberdade que, embora cerceada pela instituição universitária, possibilitava o desdobramento criativo das atividades de professor e pesquisador. Havia, portanto, um jogo de liberdade e limitação, que *grosso modo* se regia pelas idéias de vocação e de instituição universitária. Jogo este que, creio, não se joga quando regido pelas idéias de profissão e organização universitária. Ou melhor, joga-se, mas trata-se de outro jogo.

O resultado disto é que, se a geração anterior pôde testemunhar, ou melhor, viver “a possibilidade de entrecruzamento do tempo histórico de uma existência individual com o tempo histórico da própria instituição”²⁴, essa possibilidade não se coloca mais, ou ao menos não se coloca para a minha geração. --- Aqui mostra-se a recorrente simultaneidade do que não é simultâneo, desde muito pensada na coexistência sincrônica de diferentes gerações²⁵, que ganha corpo em uma experiência universitária desigual no intervalo geracional que nos separa.

Anoto ainda que o entrecruzamento que ela assinala e julgo perdido repõe-se de uma outra forma, diria que uma espécie de disjunção, que tem a ver com algo já assinalado: a narrativa do memorial torna-se uma espécie de romance autobiográfico que se desvincula do tempo institucional e voa livre sobre ele, o qual se torna apenas cenário dos acontecimentos (quando muito), enquanto no outro caso, antigamente, era, ao invés de cenário, protagonista.

²³ A expressão é de Pierre Bourdieu em Meditações pascalianas. Rio de Janeiro, Bertrand, 2001, p. 44. Sobre o tema, o seguinte passo de Christopher Lasch: “O narcisismo parece realisticamente representar a melhor maneira de lutar em igualdade de condições com as tensões e ansiedades da vida moderna, e as condições sociais predominantes tendem, em consequência, a fazer aflorar os traços narcisistas presentes, em vários graus, em todos nós.” Christopher Lasch, A cultura do narcisismo. Rio de Janeiro, Imago, 1983, p. 76; especialmente pertinente para o caso dos memoriais é também o parágrafo “Confissão e anticonfissão”, pp. 38-43. Trata-se, sem dúvida, daquele “segredo do indivíduo” analisado por Alain Corbin, em que se vislumbra a “crescente necessidade de escrever sobre si”, para a qual o memorial oferece oportunidade. Cf. Alain Corbin, “Bastidores” in M. Perrot (org.), História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo, Cia. das letras, 1991, pp. 455 ss.; cf. ainda Michel Foucault, “A escrita de si” in O que é um autor? S.l., Vega, 1992, pp. 129-160.

²⁴ I. Cardoso, “Memorial para Concurso de Livre-Docência”, op. cit., p. 12.

²⁵ O tema, na sociologia, tem clássica formulação em Karl Mannheim, “Das Problem der Generationen” in Kölner Vierteljahresheft für Soziologie, ano 7, 1928, nr. 2-3, pp. 157 ss.; cf. ainda Eckart Liebau, “Generation” in C. Wulf (org.), Vom Menschen. Handbuch Historische Anthropologie. Wienhein/Basel, Beltz, 1997, pp. 295-306.

Trata-se, é certo, de um equilíbrio muito tênue e frágil pois, como assinala a própria autora para aquela situação, havia sempre o risco da transformação da vocação em devoção, quando uma parte se anula sob a outra. Para não falar dos próprios percalços da instituição enquanto tal, em uma quadra histórica bastante adversa.

Tudo isto se reconfigura sob novas formas na geração seguinte, e sem dúvida em grande parte (mas não só) devido às transformações desse espaço social que é a universidade. Tomo uma vez mais um longo trecho daquele memorial:

“No registro agora, não mais da instituição, mas da organização, a universidade tende a modificar a sua função: de lugar de coordenação da vida universitária, que supunha a articulação de uma pluralidade de estilos de trabalho intelectual, produto daquele tipo de ligação entre uma existência particular e a instituição, torna-se dispositivo de normalização.

Este novo modelo de racionalização da universidade, que se funda na idéia da profissão como esfera racional separada da vida pessoal, subordina o trabalho intelectual aos dispositivos organizacionais, retirando do agente individual a liberdade de exercê-lo de modos ou estilos diferentes. Mas, mais do que isso ainda, os dispositivos organizacionais passam a se autonomizar de tal modo, enquanto força de um modelo, que o trabalho intelectual aparece cada vez mais como *efeito* dessa normatização. Neste novo modo de funcionamento, a organização universitária passa a garantir o controle sobre o trabalho intelectual, valendo-se dos mecanismos de avaliação prospectiva inerentes ao modelo --- que tem como critério a eficiência do sistema, especialmente em relação ao investimento a ele destinado --- significando a possibilidade de determinação da própria atividade intelectual, do tempo da atividade e ainda, da elaboração da atividade no tempo. O contexto normativo da universidade sinaliza hoje para uma organização da atividade intelectual, na qual prevalece o modelo da pesquisa coletiva em detrimento da pesquisa individual, de caráter artesanal, apontando mesmo para a diminuição da importância relativa deste estilo de trabalho na organização, senão mesmo para a sua extinção. É o dispositivo da organização que passa a definir o tempo socialmente útil para a produção do conhecimento, construindo a partir deste critério todo o contexto normativo, cada vez menos flexível, da atividade intelectual. Define também o tempo médio de produtividade, independentemente das especificidades das áreas de conhecimento e, evidentemente, das particularidades individuais. Define ainda como finalidade o aumento da produtividade acadêmica, o que vem a significar a diminuição do tempo da produção do conhecimento. Na noção de produtividade está implícita a elaboração temporal da atividade que, ao imbricar atividade e tempo, permite o controle dessa atividade no seu próprio interior.

No limite, o modelo da universidade como organização desconhece ou suprime a atividade intelectual como expressão das particularidades individuais, e portanto a própria ligação entre vida pessoal e trabalho intelectual na universidade.”²⁶

²⁶ I. Cardoso, “Memorial para Concurso de Livre-Docência”, op. cit., pp. 13-14.

Ajunto que a separação de uma ordem profissional da vida, em contraposição à vida pessoal, é caracteristicamente um fenômeno *moderno* e referente à separação, tipicamente burguesa, da casa enquanto refúgio em contraposição ao local de trabalho²⁷. Portanto, a figura organizacional, sob a qual Irene enxerga o processo de transformação, já está de fato indicada na própria fundação e fundamentação da universidade moderna²⁸ --- e não por acaso Niklas Luhmann compreendeu, com acurácia, a universidade como uma espécie de simbiose de organização e liberdade²⁹. Nos termos deste sociólogo teríamos, então, uma espécie de limitação crescente da liberdade, em favor da organização, confluindo em um diagnóstico similar ao de Irene.

A autonomização de uma ordem profissional da vida estava, segundo o texto, enlaçada aos procedimentos de normatização, aliás em sintonia com o que Marx já destacara com relação ao operariado industrial. Estamos portanto, novamente, no âmbito daquela conferência de Max Weber, que diagnosticou a situação do pesquisador e professor universitário como uma espécie de operariado específico, mas cada vez menos específico e mais similar ao operariado industrial:

“Podemos então observar com clareza, entre nós, que o desenvolvimento mais recente do universo universitário transcorre em amplos domínios da ciência na direção norte-americana. Os grandes institutos de medicina ou de ciências naturais são empresas ‘de capitalismo de estado’. Elas não podem ser administradas sem recursos empresariais da maior magnitude. E ali ocorre o mesmo que em toda parte onde se implanta a empresa capitalista: a ‘separação do trabalhador dos meios de produção’. O trabalhador, o assistente [na universidade, LW], portanto, não pode prescindir dos meios de trabalho que são postos à disposição pelo Estado; em virtude disto, ele é tão dependente do diretor do instituto como um empregado numa fábrica (pois o diretor do instituto considera, com a maior boa-fé, que o instituto é o ‘seu’ instituto e dispõe dele à vontade): o assistente, com freqüência, tem uma existência tão precária como toda existência ‘proletaróide’ e como a do assistente na universidade americana.

Nossa vida universitária alemã americaniza-se, assim como nossa vida em geral, em pontos absolutamente importantes, e esse desenvolvimento, de que estou convencido, vai atingir inclusive aquelas disciplinas (como ainda é atualmente, em grande medida, a

²⁷ Cf. Max Weber, *Wirtschaft und Gesellschaft*. 5ª. ed. rev., Tübingen, J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), 1980, p. 552, que aborda o fenômeno no âmbito da discussão acerca da dominação burocrática (este um termo que já indica, ele mesmo, a separação).

²⁸ Embora de modo altamente ambíguo e em tensa relação com as assim chamadas “humanidades”: afinal, à diferença dos que pesquisam em laboratórios, quantos de nós não trabalham em “casa”?

²⁹ Cf. Niklas Luhmann, “Zwischen Gesellschaft und Organisation. Zur Situation der Universitäten” in *Soziologische Aufklärung* 4. 2ª. ed., Opladen, Westdeutscher, 1994, pp. 202-211. Anoto que a distinção instituição/organização, operada por Irene Cardoso, provém, salvo engano, de Michel Freitag (*Le naufrage de l’université*. Québec/Paris, Nuit Blanche/La Découverte, 1995), que não desenvolve satisfatoriamente, a meu ver, os conceitos de organização e instituição, embora sua análise do naufrágio da universidade seja de extremo interesse. Para o sociólogo, creio, a referência de discussão está dada por Max Weber, na discussão acerca da “dominação como ‘organização’” e da “dominação burocrática”, cf. do autor, *Wirtschaft und Gesellschaft*, op. cit., pp. 548-549, 561-570. Assim, a “passagem” instituição>organização poderia ser compreendida nos termos seguintes: “A burocratização é o meio específico de trasladar o ‘agir comunitário’ [acordado] em um ‘agir societário’ ordenado racionalmente” (op. cit., pp. 569-570); mas, como se pode racionalizar em graus e direções muito variadas, o campo abre-se (ao menos em princípio) para a luta de deuses e demônios.

minha) nas quais o artesão possui ele mesmo seus meios de trabalho (no essencial: a biblioteca) --- em correspondência total com o modo como o antigo artesão, no passado, atuava no interior do seu ofício. O desenvolvimento vai de vento em popa. As vantagens técnicas são absolutamente indiscutíveis, tal como em todas as empresas capitalistas, ao mesmo tempo burocratizadas. [...] Tanto interna como externamente, o antigo *espírito* universitário tornou-se fictício.”³⁰

Aliás, se a geração dos meus professores pôde viver a universidade, meio século após o diagnóstico de Max Weber, em uma situação muito diferente da detectada pelo sociólogo alemão, é porque a universidade que aquela geração experimentou é rigorosamente *anacrônica*³¹. A experiência do anacronismo possibilitou a existência de duas gerações também anacrônicas (embora cada uma delas a seu modo) --- nascidas, *grosso modo*, por volta de 1920 e 1945 ----; a geração seguinte, a que pertenço, nascida com o golpe militar, já não o experimentou, e desde então a profissionalização faz-se mais e mais às custas da vocação, que é ela, agora, extemporânea.

Se compreendi o passo de Max Weber, ele antecipa as afirmações de Irene em cerca de cinquenta anos; ou melhor, talvez se trate do contrário: minha colega testemunha, em sua condição anacrônica, uma situação que já era objeto de nostalgia naquele Patriarca.

Esse quiproquó pequeno e local não deixou de ter efeitos poderosos, um dos quais procurei alentar na tese que acompanha este memorial. Mas, de qualquer modo, sua herança está comprometida, na medida em que não mais se dispõem daquelas condições de reflexão que estão na origem das duas gerações indicadas. Daí o impasse que se coloca para aqueles que, agora, vêem-se confrontados com a necessidade de escrever um memorial, cuja saída mais correta, e simples, seria um relato profissional. Quis o destino que se oferecesse uma outra alternativa, mais em sintonia com os tempos que correm.

“Plataforma de outras gerações”

O memorial acadêmico é um fenômeno da época anterior à “Plataforma Lattes” do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e, portanto, do passado. Hoje, a extemporaneidade e arcaísmo, o caráter jurássico do memorial é flagrante. E que alguns acadêmicos

³⁰ Max Weber, “Wissenschaft als Beruf” (1917) in *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. 7ª. ed., Tübingen, J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), 1988, pp. 584-585. Verti “*Universitätsverfassung*” por “*espírito* universitário”. Veja-se também, do mesmo autor, “Der Sozialismus” (1918) in *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik*. 2ª. ed., Tübingen, J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), 1988 p. 498-499 e *Wirtschaft und Gesellschaft*, op. cit., p. 567.

³¹ Se me é permitido alguma elucubração, diria que há aqui algo como um “anacronismo necessário” (a expressão é de Hegel, mas em outro contexto), a ser tributado à singularidade histórica da Universidade de São Paulo. Sobre isto, ver Irene Cardoso, *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo, Cortez, 1982 e Franklin Leopoldo e Silva, “A experiência universitária entre dois liberalismos” in *Tempo social*, vol. 11, nr. 1, 1999, pp. 1-47.

tornem seus memoriais quase-romances é sintoma de algo que ficou recalcado nessa nossa época, “neste tempo de complacência autobiográfica”³². Pois, antigamente, o memorial ainda podia ser escrito como narrativa de uma trajetória, itinerário ou percurso --- não obstante uma ou outra ressalva sobre isto no “Fragmento” acima ---, mais imune, talvez por serem tempos um pouco menos narcísicos, à sua conversão em romance autobiográfico. Hoje, é válvula de escape para tudo aquilo que o “Currículo Lattes” e a vida universitária sob o regime de produção da organização recalcam, algo como um retorno do reprimido e, nesse sentido, objeto privilegiado para a sociologia.

Ademais, agora a nossa Faculdade adotou o “Currículo Lattes” como currículo padrão. Dessarte, quando a própria FFLCH, ou mesmo a Universidade de São Paulo, adota institucional e organizacionalmente o “Currículo Lattes”, elas mesmas estão a indicar a obsolência daquela narrativa específica que foi o memorial. Estamos aqui no âmbito daquela transformação profunda do sentido do memorial de que se falava; assumindo a validade e legitimidade do “Currículo Lattes”, sua “adequação”, cumprimos em detalhe mais uma etapa daquele processo que foi compreendido como transformação da instituição universitária em organização universitária.

Por conta disto, pulsa aqui uma tensão, constituinte deste memorial, no sentido de que não almejo uma subordinação submissa e incontestada aos dispositivos organizacionais da universidade, ao mesmo tempo em que busco encontrar um modo de resposta e posicionamento frente a eles. Ou seja: a Universidade e a Faculdade nos dizem, junto com o CNPq e demais agências, que o que importa saber para avaliar está lá no “Currículo Lattes”, acessível, exposto e formulado da maneira apropriada. No caso, a essa salutar standardização das atividades acadêmicas e intelectuais, que para ser suficientemente eficiente exige a padronização da sua exposição.

Creio que é desnecessário insistir acerca da padronização do “Currículo Lattes”, que por princípio exclui brechas para o qualitativo, convertendo e classificando tudo segundo critérios quantitativos; aliás, o “Currículo Lattes” é concebido e estruturado para confluir na síntese quantitativa com que culmina (os “Indicadores de produção”, expressão que tem sua origem no universo da indústria e dos seus “gerentes”) e que permite a visualização e avaliação otimizadas (pois visualizar num relance é um modo otimizado de avaliar)³³. É também desnecessário sublinhar como o “Currículo Lattes” foi concebido a partir da perspectiva das ciências naturais, um de cujos

³² Antonio Candido, *Teresina etc.* Rio de Janeiro, Paz e terra, 1980, p. 107.

³³ Otimização, modernização e avaliação é um enlaçamento característico do processo de burocratização, tal como Max Weber o evidenciou em *Wirtschaft und Gesellschaft*, op. cit., p. 577 e adjacências; no contexto local, ver Irene Cardoso, “A modernização da universidade brasileira e a questão da avaliação” in *Para uma crítica do presente*. São Paulo, 34, 2001, pp. 55-80.

exemplos é valorizar mais os artigos do que os livros, algo que, em princípio --- isto é, de acordo com os princípios de antigamente ---, seria descabido em nosso domínio de conhecimento.

Vale destacar, ainda, que a “Plataforma Lattes” --- e com ela o “Currículo Lattes” --- é um esquema (não cabe falar de “texto”) eletrônico que só se deixa imprimir como uma de suas múltiplas funções. O modo de experiência que eles exigem e promovem é virtual e eletrônico, em sintonia com a revolução tecnológica da informática. Neste aspecto, também encontramos uma configuração de cesura epocal --- a assim chamada “terceira revolução industrial”³⁴ ---, uma de cujas formas é a experiência de leitura propiciada e criada pela tela do computador, completamente diferente da leitura de texto em papel. No contexto dessa revolução, passamos da concepção e escrita do memorial ao preenchimento do currículo eletrônico³⁵.

Um último ponto. Em princípio, o memorial é uma espécie de “gerador de biografia”, através do qual se constitui uma identidade individual³⁶. Entretanto, como seu domínio é a vida acadêmica e científica, ele é suprimido, via superposição pelo mais forte (e obsolescência do “redundante”), pelo “Currículo Lattes”. Daí ter dito logo acima que o memorial tornou-se obsoleto por ocasião da adoção organizacional do “Currículo Lattes”. Pode-se objetar que o “currículo” é distinto do “memorial”, e é precisamente este o ponto: a diferença possível entre eles é suprimida, pois ao invés da ocasião específica do memorial a vida universitária faz-se, agora --- basta lembrar a produção industrial de teses e dissertações, impensável na época em que o memorial foi concebido ---, na avaliação continuada e ininterrupta da produção através do “Currículo Lattes” (donde a preocupação em mantê-lo sempre “atualizado”)³⁷.

(Com tudo isto, não quero ocultar a presença de um problema, ao contrário: o esforço é responder à exigência, problematizando-a nos limites da minha capacidade. Pois o presente é o interregno no qual confluem todas essas questões.)

Nesse contexto, faz sentido retomar rapidamente algo das formulações de Niklas Luhmann, que disse convergir, em muitos aspectos, com a reflexão local acerca das condições atuais da universidade e, conseqüentemente, sobre o sentido do memorial. Como já sugeri, trata-se

³⁴ Para o ponto, ver Günther Anders, *Die Antiquiertheit des Menschen. Über die Zerstörung des Lebens im Zeitalter der dritten industriellen Revolution*. 4ª. ed., München, C.H. Beck, 1992, vol. 2.

³⁵ Há aqui inclusive um procedimento, muito sintomático, que indica o grau e o teor de despersonalização que o “Currículo Lattes” gera e reproduz: pois o preenchimento pode ser deixado para terceiros. O terceiro que pode preencher o “Currículo Lattes” é, em regra, uma secretária ou secretário, um prestador de serviços, ocasionalmente até mesmo terceirizado, em sintonia com a divisão do trabalho característica da organização burocrática.

³⁶ Cf. Alois Hahn, *Konstruktionen des Selbst, der Welt und der Geschichte*. Frankfurt/M, Suhrkamp, 2000.

³⁷ Com o que voltamos ao domínio das questões à respeito do tempo do trabalho intelectual, levantadas por Irene Cardoso, em passo citado acima.

de compreender a universidade como pautada por dois vetores distintos, organização e liberdade, nos quais conflui a universidade moderna, tal como foi formulada no início do século XIX.

“Desde a época de Humboldt persiste a tendência de tratar as questões da universidade, pelo menos politicamente, como questões de organização. O resto, o resto não-organizável, pode então, de novo politicamente, ser destacado de modo positivo como liberdade. Organização e liberdade --- com isso estão denominadas aquelas características com as quais o século XIX procurou realizar a sociedade moderna. Os conceitos definem, em sua tensão, o espectro político no interior do qual as forças puderam ser fixadas e as oposições desdobradas. Na França, foi possível enfatizar mais a organização, pois o sistema político já estava ordenado por uma constituição e, pela razão oposta, na Alemanha foi possível enfatizar mais a liberdade. Isto impregnou as estruturas universitárias de modo variado e perdura até hoje. Todavia, *organização e liberdade* dependem um do outro. Cada um deles exige o outro, sobretudo quando são contrapostos no registro político. Também dependem um do outro na medida em que ambos foram dirigidos contra a ordem estamental e contra a educação que a reproduzia.”³⁸

Em primeiro lugar, é importante o destaque dado à dimensão política da questão da universidade, pois navegamos aqui nos mesmos mares³⁹. Sem retomar as tensões e ambigüidades de nossa história local, que são decisivas e que Luhmann sugere na diferenciação França / Alemanha, é instrutivo reconhecer como desde sempre essa universidade moderna --- que se quis moderna lá e cá --- estruturou-se no equilíbrio desses dois vetores mutuamente dependentes, pois sem um mínimo de organização não há universidade, do mesmo modo que sem um mínimo de liberdade. Toda a questão está,

³⁸ N. Luhmann, “Zwischen Gesellschaft und Organisation. Zur Situation der Universitäten”, op. cit., p. 202. Anoto, à margem, que Antonio Candido, na *Formação da literatura brasileira*, 8ª. ed., Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Itatiaia, 1997, vol. 1, p. 67, já destacara o “desejo de criar uma sociedade livre e bem organizada” no ponto de partida da formação de nossa literatura que, por conta da peculiaridade de nossa formação, constituía o centro agregador da incipiente vida cultural e intelectual. Portanto, talvez se possa dizer que o caminho da nossa modernidade particular também se fazia na confluência de organização e liberdade.

³⁹ O que as histórias da moderna universidade alemã realizaram, foi feito entre nós por Irene Cardoso em *A universidade da comunhão paulista*, op. cit. A diferença entre cá e lá pode ser aquilatada pelos ideólogos e sua situação, de um lado Wilhelm von Humboldt & Cia. na época napoleônica, de outro o grupo ao redor de *O Estado de São Paulo* nos tempos de Vargas. As similitudes são relevantes, justificando retomar alguns traços do fenômeno alemão, para evidenciar os nexos: “Em uma série de memoriais programáticos Kant, Schelling, Fichte, Schleiermacher e Humboldt desenvolveram seus ideais de liberdade acadêmica. Motivos idealistas, neo-humanistas e mesmo pietistas foram unificados em seus escritos. As universidades, argumentavam eles, não deveriam ser como fôra a de Halle, uma mera entidade para a formação de funcionários públicos. A faculdade de filosofia --- e não as faculdades de direito, medicina ou teologia --- deve formar o centro da nova universidade. Nesta deve prevalecer a ciência pura, em sentido idealista, por si e em si mesma. O estado deve bancar essa finalidade grandiosa, sem pretender exercer controle direto sobre os conteúdos de estudo e materiais didáticos. A partir de então as universidades deveriam formar os futuros funcionários públicos e professores, mas deveriam encarregar-se dessa tarefa no espírito da formação filosófica e não sob o ponto de vista da utilidade de vistas curtas. Com o tempo, tanto o estado como a sociedade se beneficiariam, sem qualquer dúvida, com a influência espiritual e moral da nova ciência.” Fritz K. Ringer, *Die Gelehrten. Der Niedergang der deutschen Mandarine 1890-1933*. München, DTV, 1987, p. 33.

portanto, nesses equilíbrios específicos, históricos e peculiares de que derivam o esplendor e a miséria da universidade moderna.

“Pode-se discutir acerca do peso desses dois fatores. [...] Contudo, minha opinião é que a organização tornou-se a rigidez dominante, porque ela dispõe do dinheiro e com isso do tempo. De fato, pode-se observar que a organização --- e agora podemos dizer: a burocracia --- ocupa ela mesma progressivamente os espaços de liberdade. [...] E quando um indivíduo é obtuso o suficiente para enrijecer do outro lado (pois só se pode tratar o enrijecimento com enrijecimento), temos no melhor dos casos uma perturbação e uma paralização. E com isso lucram apenas aqueles que podem utilizar a paralização como meio para suas finalidades.”⁴⁰

Essa caracterização da organização enrijecida, isto é, burocracia, que dispõe do dinheiro e com isso organiza a disposição do tempo, conflui novamente com o que destaquei anteriormente. A colonização progressiva dos movimentos livres e dos espaços desorganizados realiza-se através de uma normatização e regulamentação, que a burocracia e tecnocracia universitária e extra-universitária implementam contínua e progressivamente⁴¹. Se já se falou em morte da universidade --- e aqui situa-se também um outro diagnóstico, estrangeiro-nacional⁴² --- por conta do enrijecimento e conversão da liberdade em mero preenchimento de casas já definidas, a paralização e a inércia são, segundo meu juízo, as forças mais atuantes na nossa Faculdade. Que é quase que uma imagem invertida do que ocorre nas unidades mais velozes e vorazes, onde há movimentação porque não há enrijecimento contra o enrijecimento. Isto é: ao acréscimo das exigências e controles

⁴⁰ N. Luhmann, “Zwischen Gesellschaft und Organisation. Zur Situation der Universitäten”, op. cit., p. 203.

⁴¹ Tecnocracia, aliás, potencializada na cesura epocal indicada, como se vê pelo seguinte esforço de definição: “A sociedade da organização (programação e planejamento) é, na verdade, o verdadeiro ambiente que constitui o *genus* tecnocrático, enquanto que a terceira revolução (a da automação ou do computador) comporta mais a emergência de novas espécies tecnocráticas.” Domenico Fisichella, verbete “Tecnocracia” in N. Bobbio, N. Matteucci e G. Pasquino (orgs.), Dicionário de política. 8ª. ed., Brasília, UnB, 1995, vol. 2, p. 1234. Novas espécies com que convivemos em nosso cotidiano universtário.

⁴² Refiro-me a Gérard Lebrun, que em artigo de 1986 afirmou: a “universidade, que foi --- desde o começo do século XIX --- o principal veículo para a difusão da cultura, bem pode haver completado o seu tempo.” Não obstante, “a universidade ainda existe --- e acontece que em alguns lugares a sua vocação formadora não se exauriu por completo. Nessas condições, eu me espanto de ver que os médicos mais zelosos dessa velha senhora lhe prescrevem uma beberagem que lhe será fatal. Todos devem ter o direito de morrer em paz.” G. Lebrun, “Da rentabilidade” in Folha de São Paulo, 31/08/1986 apud I. Cardoso, “A modernização da universidade brasileira e a questão da avaliação”, op. cit., p. 63. A percepção sempre refinada de Lebrun toca o nervo do problema: o anacronismo da universidade moderna no Brasil, fundada no momento em que ruia o projeto moderno da universidade na Europa. Por conta disto, embora a vocação formadora da universidade européia, conforme já o diagnóstico de Max Weber, tenha se tornado pura ideologia, ela manteve sentido e realidade aqui, um daqueles lugares em que “sua vocação formadora não se exauriu por completo”, isto é, não é apenas mera ideologia, mas possui teor de verdade e lastro na experiência histórica, por mais confusa e contraditória que esta possa ser. Assim, à época da falência da universidade moderna na Europa e de nascimento da universidade pós-moderna --- a universidade que abandona a pretensão da “formação” e percebe que só pode almejar a “especialização” ---, deste lado do oceano assistimos ao nascimento de uma universidade que segue e implementa o projeto moderno, seguindo, não obstante as dificuldades e os ajustes necessários, o ideário moderno, tal como formulado ainda ao final do século XVIII: este o anacronismo de raiz, que significou, por outro lado, um adensamento do tempo histórico; seu resultado pode ser aquilatado, *grosso modo*, nas duas gerações formadas pela FFCL-USP, antes de sua transformação em FFLCH.

da burocracia, reponde-se com a agilidade de uma liberdade diabólica (que lembra o que Marx afirmava acerca do trabalhador que é livre como pássaro): a liberdade de modelar sua atividade, seu tempo e sua reflexão por aqueles critérios extrínsecos ao âmbito do conhecimento, donde a transformação sugerida da universidade como local social do conhecimento. Mais ainda: na situação atual, não são apenas critérios exclusivamente extrínsecos que modelam a reflexão, porque já foram, em grande medida, internalizados.

Portanto, o problema da rigidez e do enrijecimento frente à rigidez estão no âmago da existência do intelectual na universidade hoje (e não só nela). Mas o problema vem de longa data, pelo menos desde a passagem do século XVIII para o século XIX, isto é, daquele momento de gestação da universidade moderna. Max Horkheimer formulou-o nos termos da “particularidade necessária” (que se contrapõe à “má particularidade”), que é o domínio da universidade como um mundo próprio, que almeja o universal⁴³; Pierre Bourdieu, por sua vez, formulou-o nos termos de um “corporativismo do universal”, uma defesa da liberdade frente à organização, dos intelectuais frente à ordem econômica e política⁴⁴.

A autonomia dos campos artístico e científico funda-se ela mesma na diferença frente ao que lhe é exterior --- como o “mercado”⁴⁵ ---, diferenciando-se e insistindo nessa diferença. Não que esses campos, na busca de sua autonomia --- cada vez mais complexa, cada vez mais difícil ---, não devam considerar as investidas, demandas e exigências do exterior. A questão é o modo como tais demandas são postas no interior do campo (que se pretende) autônomo: não como imediatez dada e consumada, mas como algo a ser traduzido em linguagem pertinente ao campo e posto, então, em processos de comunicação interna (e a seguir, obviamente, também externa).

A universidade firmou-se historicamente, enquanto lugar social do conhecimento e da reflexão, como um mundo diferente que permite --- potencialmente ao menos --- a todos os seus ver diferente, pensar diferente, reagir diferente, agir diferente; ela possibilita alargar nossa capacidade de percepção, compreensão e comunicação para outras formas que são possíveis no mundo, para o fato de que algo pode ser diferente e, depois, diferente novamente. E isto implica afastar de toda a discussão acerca da universidade a recorrente referência à utilidade, pois que “o mundo não tem

⁴³ Cf. Max Horkheimer, conjunto de textos reunidos na rubrica “Universität und Studium” in Gesammelte Schriften. Frankfurt/M, Fischer, 1985, vol. 8, pp. 361-453.

⁴⁴ Cf. Pierre Bourdieu, “Por um corporativismo do universal” in As regras da arte. São Paulo, Cia. das letras, 1996, pp. 369-378; o mesmo problema foi tratado, mediante a análise da especificidade da primeira geração formada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, por Florestan Fernandes em “A geração perdida” in A sociologia no Brasil. 2ª. ed., Petrópolis, Vozes, 1980, pp. 213-252.

⁴⁵ Não por acaso, Weber mostrou como a objetividade da burocracia, que implementa e funciona “segundo regras calculáveis e ‘sem consideração à pessoa’” é precisamente a mesma objetividade do “‘mercado’ e de toda a perseguição de interesses econômicos”. M. Weber, Wirtschaft und Gesellschaft, op. cit., p. 562.

utilidade, mas sim todos aqueles atributos que Nicolau de Cusa atribuiu ao seu Deus: ele não é nem grande nem pequeno, nem unidade nem pluralidade, nem originado nem não-originado --- e justamente por isso necessitado de forma.”⁴⁶

Entretanto, isto não significa, como disse, que a negação da utilidade como parâmetro definidor da universidade seja a recusa da relação com o exterior, e de que não haja possibilidades de contato com ele (contra a argumentação da “torre de marfim” e similares). Ao contrário: o tesouro da universidade é que, quando viva, é capaz de reconfigurar o mundo exterior em suas próprias linguagens, vale dizer problemas; a relação mediada com os problemas do mundo resulta em uma relação muito peculiar, de criação da diferença e sua circulação, oferecendo desse modo novos materiais que, uma vez exteriorizados, são processados e reprocessados contínua e ininterruptamente, realimentando inclusive o espaço do conhecimento. Ciência e cultura, dessa maneira, atravessam continuamente os marcos da universidade e do mundo, em um processo contínuo de produção de diferença, possibilidade de injeção de novidade no mundo e transformação daquilo que é.

Portanto, a relação imediata com o mundo, tomada como dever da universidade, significa de fato sua morte e transformação em algo igual ao mundo, quando então ela deixa de ter sentido em existir.

Este é o universo no qual o candidato é instado a escrever seu memorial; aliás, é esta a sua memória, o seu memorial, o seu presente.

⁴⁶ Niklas Luhmann, *Die Kunst der Gesellschaft*. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1997, p. 242.

4. 2003: Anotações e esboços.

Fala o poeta. Desde que se notou que a separação do ficcional e do “real” na escrita autobiográfica não é simplesmente simples, acrescenta-se ao âmbito do problema aquelas autobiografias ficcionais, assim como a transformação da autobiografia em heterobiografia, nas mãos do poeta. Aliás, creio que era algo assim que se tinha em vista ao formular a necessidade de um memorial acadêmico, que se basearia sempre em um fundo comum, a vida acadêmica, sobre o qual se tece o particular, a vida acadêmica de cada um. O segredo do gênero estaria então na possibilidade de tornar o particular algo mais que isto, permanecendo no solo comum e ao mesmo tempo saindo dele. Portanto, a impropriedade do memorial acadêmico ganharia outro fundamento: é que ele não pode, no fundo, ser escrito pelo candidato, mas apenas pelo poeta: “a experiência pessoal se confunde com a observação do mundo e a autobiografia se torna heterobiografia, história simultânea dos outros e da sociedade; sem sacrificar o cunho individual, filtro de tudo, o Narrador [...] dá existência ao mundo [...].”⁴⁷

Grande, pequeno ou médio? Perspectiva “ingênua” de Carl Schorske sobre a autobiografia: embora perceba que não se trata de um problema de simples solução (“envolve tanto lembrar como esquecer, evocando algumas partes do passado de alguém e reprimindo outras”); embora perceba que se trata de um problema complexo de identidade, pois que possui mais de uma dimensão (p.ex. “identidades pessoal e vocacional”), acaba por sugerir uma solução simples demais: correta, mas que descarta aprofundar os problemas que estão postos na autobiografia: “Na autobiografia, pensar com a história ajuda a estabelecer certa distância de nós mesmos, vendo-nos tanto modelados pelas estruturas e conflitos da sociedade como reagindo criativamente às suas pressões.”⁴⁸ Mas, quando se lê o relato autobiográfico de que Schorske está a falar, “O autor: o encontro com a história”⁴⁹, vê-se o quão convencionais são sua concepção e resultado.

⁴⁷ Antonio Candido, *A educação pela noite & outros ensaios*. 3ª. ed., São Paulo, Ática, 2000, p. 56.

⁴⁸ Carl Schorske, *Pensando com a história*. São Paulo, Cia das letras, 2000, pp. 15-16.

⁴⁹ Idem, pp. 29-49.

Esquisse de auto-analyse. Com este título, evidente reverberação freudiana, Pierre Bourdieu escreveu um relato que se alinha àquela outra realização célebre da sociologia a que fiz menção, a Autobiography de Herbert Spencer --- donde a sugestão de uma leitura comparativa, em tudo instrutiva.

Nesse escrito, Bourdieu formula uma exigência rigorosa aos narradores dos memoriais acadêmicos, a “objetivação participante”. É conhecida a sua desconfiança com relação à autobiografia; trata-se então de alinhavar “elementos de uma auto-descrição sociológica”, auto-descrição (“auto-analyse”) que é “auto-objetivação”⁵⁰. Posto nestes termos, seu relato assume o seguinte programa: “[...] no ensaio que se segue poderei retomar fragmentos de auto-objetivação, que fui deixando para trás ao longo de meu caminho, durante toda a minha atividade de pesquisa, e que tento agora aprofundar e ordenar.”⁵¹ Com o adendo que auto-objetivação e reflexividade se completam: reflexividade é “compreendida como objetivação científica do objeto da objetivação”⁵².

No relato de Bourdieu, um momento crucial desse processo foi sua lição inaugural no Collège de France, quando “precisei colocar radicalmente em questão minha auto-imagem”, o que veio a exigir, “no exercício de meu papel, tomar distância frente a ele”⁵³. Trata-se, sem mais nem menos, do programa anunciado nas Meditações pascalianas: “a reflexão mais eficaz é aquela que consiste em objetivar o sujeito da objetivação”⁵⁴, certamente um “ponto de vista estranho”⁵⁵, que se constitui em uma construção em vários planos: a “reapropriação do inconsciente social”, a objetivação do “inconsciente escolástico”, a reflexividade, que está “além da alternativa entre objetivismo e subjetivismo”, convergindo tudo isto na “dupla verdade”⁵⁶.

Não há dúvida que se trata de um programa tão instigante quanto desafiador, quase sem reparos. Digo quase porque, vislumbrando-o em sua realização na “Esquisse”, creio que ele não se cumpriu: estudando a auto-análise sociológica de Bourdieu, vejo realizar-se uma espécie de escatologia biográfica e intelectual, no sentido de que é ao final (um ponto ou momento que ocupa, em dado momento ou situação, a função de final, embora possa ser deslocado em outro) que o intelectual rememora e escreve a narrativa autobiográfica --- apesar de todas as desconfianças frente à autobiografia.

⁵⁰ Pierre Bourdieu, Ein soziologischer Selbstversuch. Frankfurt/M, Suhrkamp, 2002, pp. 9, 11.

⁵¹ Idem, p. 11.

⁵² Idem, p. 72.

⁵³ Idem, p. 123.

⁵⁴ Bourdieu, Meditações pascalianas, op. cit., p. 20.

⁵⁵ A saber: “O ponto de duplo, bifocal, daquele que, tendo-se reapropriado de sua experiência como ‘sujeito’ empírico, abarcado pelo mundo e, portanto, capaz de compreender o fato da implicação e tudo o que lhe é implícito, tenta inscrever na reconstrução teórica, inevitavelmente escolástica, a verdade dos que não têm nem interesse, nem a pachorra, tampouco os instrumentos necessários para lançar-se à apropriação da verdade objetiva e subjetiva do que fazem e do que são.” P. Bourdieu, Meditações pascalianas, op. cit., p. 233.

⁵⁶ Cf. P. Bourdieu, Meditações pascalianas, op. cit., resp. pp. 303, 63, 144-148, 159, 230.

Tanto quanto posso enxergar, o problema deixa-se formular na pergunta acerca das condições sociais (e portanto cognoscentes) de possibilidade e impossibilidade de uma “objetivação participante”, entendida como “a objetivação do sujeito da objetivação, do sujeito analisante, em síntese: do próprio pesquisador. [...] A finalidade da objetivação participante não é pesquisar a ‘experiência vivida’ do sujeito cognoscente, mas antes as condições sociais de possibilidade (e limites) dessa experiência e, mais precisamente, do próprio ato de objetivação.”⁵⁷ Mas, como indiquei mais acima, trata-se de um pulo sobre a própria sombra, proeza que inspirava a imaginação romântica (e igualmente a nossa⁵⁸).

Talvez o mesmo problema, isto é, o mesmo pulo se formule na questão do auto-retrato, de algum auto-retrato que retrate o auto-retratista auto-retratando-se, tal como, por exemplo, o “Auto-retrato triplo” (1960) de Norman Rockwell⁵⁹. Mas não só: Niklas Luhmann falava de observações de segunda ordem, características de sistemas complexos, quando o observador observa um observador observar. Em princípio, portanto, haveria uma aproximação --- que creio ser fiel ao espírito de Bourdieu, que se esforçou por falar de modo a romper linguagens particulares. Mas trata-se de um caso particular, já que o observador que observa observa a si mesmo observando. Se consegui entender alguma coisa do desenho teórico luhmanniano, diria que isto não é absolutamente impossível, mas implica um aspecto que Bourdieu parece não contemplar, a saber, uma temporalidade específica inscrita nessa observação de segunda ordem, que a complexifica⁶⁰.

Segundo meu entendimento, o entendimento de Bourdieu enfrenta esse problema de acordo com aquela lógica mencionada, uma espécie de lógica do *a posteriori*⁶¹. Transcorrida a vida do pesquisador (no caso, ele mesmo), ele se debruça sobre ela, no sentido mesmo do “retomar” por ele mencionado, na busca do processo (seus condicionantes, disposições e dispositivos aí inscritos) do seu devir que resultou no agora da objetivação totalizadora (o que não se limita obrigatoriamente a um momento final absoluto: a cada instante ele é, naquele instante, final). Se Bourdieu tornou-se o que foi, o “processo de transformação”⁶² deve ser por ele aventado; mas como pesar com acerto o tanto de contingência --- em uma sociologia que parece querer suprimir ao máximo a contingência⁶³ ---, uma gota que seja, que o pode determinar? A atenção desperta contínua e ininterruptamente,

⁵⁷ P. Bourdieu, *L'objectivation participante*. Conferência por ocasião da concessão da medalha Huxley, Londres, 6/12/2000, pp. 1, 3 apud F. Schultheis, “Nachwort” in Bourdieu, *Ein soziologischer Selbstversuch*, op. cit., pp. 133-134.

⁵⁸ Cf. Claudio Bojunga, “O Romantismo, nosso contemporâneo (Resumo da aula inaugural de Antonio Candido no Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)” in *Jornal do Brasil* de 19/03/1988.

⁵⁹ Imagem disponível em: http://www.nrm.org/eyeopener/eye_self.html

⁶⁰ Luhmann fala em “temporalização da complexidade”. Sobre Niklas Luhmann, seus livros *Soziale Systeme*. 5ª. ed., Frankfurt/M, Suhrkamp, 1994 e *Die Gesellschaft der Gesellschaft*. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1997.

⁶¹ Confronto instrutivo oferece A. Hahn, *Konstruktionen des Selbst, der Welt und der Geschichte*, op. cit., p. 99.

⁶² Cf. P. Bourdieu, *Meditações pascalianas*, op. cit., pp. 200-201.

⁶³ Veja-se, para contraste, Niklas Luhmann, “Contingency as Modern Society’s Defining Attribute” in *Observations on Modernity*. Stanford, Stanford University Press, 1998, pp. 44-62.

desde a origem até o fim, para a objetivação do pesquisador? Mas não seria ele, então, uma espécie de sobre-homem?

Fato é --- e os leitores do esboço de auto-análise podem concordar sem dificuldades com isso --- que o resultado do texto não cumpre o programa: por mais rico e interessante que seja (e é), ele sucumbe a idealizações, auto-afirmações, incompletudes flagrantes, construções tal como indiquei no “Fragmento”. O que, ressaltado, não é demeritório, apenas indica a dificuldade da tarefa. Uma tarefa, creio, que passa também pelo achado do modo de exposição, que é um problema decisivo na exposição que pretende expor a si mesma.

Frente a ela, julgo inclusive que as Meditações pascalianas de certo modo vão além: desde o início, trata-se também de uma certa “autobiografia” (“tentar explicitar os princípios do *modus operandi* que eu infundira em meu trabalho”⁶⁴), escrita sob um ponto de vista particular. Esse ponto de vista permitiu-lhe resolver teórica e praticamente, na escrita do livro, o problema da objetivação; mas, como disse, com o custo de um ponto de vista “parcial”, que pôs de lado aquilo que seria visado, logo depois, no “Esquise de auto-analyse”. Fica a tarefa de uma construção em paralelo dos dois textos (e outros que possam fornecer ajuntamentos relevantes), mas então não será mais nem uma autobiografia, nem uma auto-análise.

Substituição das importações. Reli Florestan Fernandes, depois de muitos anos --- leituras do curso de graduação ---, e vejo que produziu uma análise muito densa do mesmo problema enfrentado por Bourdieu. Abdicando da exigência que norteou o sociólogo francês, sem contudo renunciar totalmente à objetividade, produziu duas narrativas autobiográficas que se completam e são, no seu contexto específico, mais completas e problematizam mais do que a auto-análise de Bourdieu⁶⁵. Assumindo o caráter aporético da empreitada, resolve a seu modo --- é claro que jamais livre de ilusões e tensões, reticências e idealizações --- a empreitada autobiográfica; onde falha, falha porque a tarefa não se deixa resolver de outra maneira.

⁶⁴ P. Bourdieu, Meditações pascalianas, op. cit., p. 18. Ao que acrescenta Paul Valéry: “Je m’excuse de m’exposer ainsi devant vous; mais j’estime qu’il est plus utile de raconter ce qu’on a éprouvé, que de simuler une connaissance indépendante de toute personne et une observation sans observateur. En vérité, il n’est pas de théorie qui ne soit un fragment, soigneusement préparé, de quelque autobiographie.”

⁶⁵ Cf. Florestan Fernandes, “Em busca de uma sociologia crítica e militante” e “A geração perdida”, ambas em A sociologia no Brasil, op. cit., pp. 140-212 e 213-252.

Dois ou três gênios. Em seu artigo sobre Leonardo, Freud afirmou que “os biógrafos fixam-se em seus heróis de um modo absolutamente peculiar”⁶⁶, porque orientados pelo afeto que a ele dedicam. Os biógrafos de si seriam, assim, por princípio narcísicos⁶⁷, encantados por si mesmos e, dessa maneira, condenados à auto-idealização.

“Quem quer que se torne biógrafo entrega-se a mentiras, a ocultamentos, à hipocrisia, a embelezamentos, e mesmo à dissimulação de sua própria falta de compreensão, pois não se alcança a verdade biográfica e, mesmo que alguém a alcançasse, não poderia usá-la.”⁶⁸ --- O que dizer, depois disso, do biógrafo de si?

Em tempo: lembrei-me de um biógrafo de Mozart, psicanalisado e atento às advertências do Pai: é preciso reverter os conhecimentos que a psicanálise me deu de mim mesmo no trabalho biográfico do outro, como procedimento regulador da empatia e identificação com o biografado. Mesmo supondo que isto seja factível, e verdadeiro, permanece o impasse do biógrafo de si.

Apesar disso, há uma boa formulação, que vale para o memorial e que cito: “Ponho-me portanto conscientemente na dependência do leitor, não somente da sua capacidade de imaginar, mas também da sua vontade de imaginar.”⁶⁹

Da pressa em ser livre-docente (I). Planejei escrever um parágrafo acerca “da pressa em ser livre-docente”, e percebo bem o elemento de auto-justificação, que pede algum tipo de racionalização.

Meu primeiro argumento é a experiência de que a Faculdade acaba e de que valeria a pena tentar obter o título antes disso, antes de algo que já foi. A necessidade disto parece-me clara: é reforçar um vínculo, insistir em uma tradição, de que quero me ver como parte. Evidentemente a universidade só acaba para alguns, ou só acaba uma certa universidade, enquanto uma outra floresce forte e viçosa. Mas levaria muito longe, e seria por demais cansativo, insistir nessa universidade que foi, pois não se pode fazê-la reviver e poucos gostariam de fazê-lo (lembro de Marx acusando os reacionários de quererem rodar para trás a roda da história). Como sempre me vi como conservador, admito que me incluo no seu rol, mas não há empenho.

⁶⁶ Sigmund Freud, “Eine Kindheitserinnerung des Leonardo da Vinci” (1910) in *Studienausgabe*. 9ª. ed., Frankfurt/M, Fischer, s.d., vol. X, p. 152.

⁶⁷ É no estudo mencionado sobre Leonardo que aparece, pela primeira vez, a idéia de narcisismo em Freud (simultaneamente a um acréscimo, de mesma data, na 2ª. edição das *Drei Abhandlungen zur Sexualtheorie*). Veja-se Freud, “Eine Kindheitserinnerung des Leonardo da Vinci”, op. cit., p. 125, inclusive rodapé dos comentadores. *Zur Einführung des Narzissmus* é de 1914.

⁶⁸ Carta de Freud a Arnold Zweig de 31/05/1936 in S. Freud, *Briefe 1873-1939*. Org. Ernst e Lucie Freud, 2ª. ed. aum., Frankfurt/M, Fischer, 1968, p. 445.

⁶⁹ Wolfgang Hildesheimer, *Mozart*. 3ª. ed., Frankfurt/M, Suhrkamp, 1982, p. 15.

Nota: percebo o quanto de seletivo há na “tradição” que escrevi: um olhar rápido (e o que dizer de uma análise detida?) pela Faculdade constata que não há tradição alguma; ou melhor, o quanto há de seletivo e interessado na invenção das tradições. Isto também exigiria um estudo.

A espera. Sob este título um parágrafo de Bourdieu, que senti muito adequado para minha pressa --- que não é só minha, mas uma ambição em uma figuração complexa. Fala o sociólogo: “A espera é uma das maneiras privilegiadas de experimentar o poder e o vínculo entre o tempo e o poder [...]. A espera implica em submissão: mira interessada de uma coisa altamente desejada, ela modifica duravelmente, ou seja, durante todo o tempo em que dura a expectativa, a conduta daquele que está, como se diz, em suspenso pela decisão esperada. Por conseguinte, a arte de ‘aproveitar o tempo’, de ‘dar tempo ao tempo’, como diz Cervantes, de fazer esperar, de protelar, mas fazendo esperar, de postergar, mas sem decepcionar de todo, o que poderia produzir o efeito de matar a própria espera, é parte integrante do exercício do poder. Ainda mais quando se trata de poderes que, a exemplo do poder universitário, se apóiam grandemente na crença do ‘paciente’, e que se exercem sobre as aspirações e por meio delas, sobre o tempo e pelo tempo, pelo domínio do tempo e pelo preenchimento das expectativas (‘ele tem tempo’, ‘ele é jovem’ ou ‘muito jovem’, ‘ele pode esperar’, como se expressam por vezes, sem mais, certos vereditos universitários) [...].”⁷⁰ Ele pode esperar: tal asserção repousa menos nos atributos e na situação daquele que pode esperar, do que nos anseios e desejos daquele que quer que o outro espere e, assim querendo, enuncia --- pois está na posição de quem enuncia --- que o outro pode.

Coisas da pós-graduação. No ano de minha admissão como docente na Universidade de São Paulo, fui solicitado a participar da banca de seleção para ingresso no mestrado, e assim se sucedeu por três vezes consecutivas (1997, 98, 99). Em 2002 participei da seleção para o doutorado. Embora limitada, não deixo de considerar que isto me propiciou uma experiência (naturalmente, em interação com uma série de outras coisas) e foi, desde a primeira vez, motivo de reflexão.

⁷⁰ Pierre Bourdieu, *Meditações pascalianas*, op. cit., pp. 279-280, ver também 281-282. Na p. 280, ainda o seguinte passo: “[...] enxergar em *O Processo* um modelo bastante realista dos campos de produção cultural, em que se exercem poderes os quais, a exemplo dos da ordem universitária, têm como princípio o controle sobre o tempo dos outros.” Junto a isto a “moderação” da ambição, a necessidade de dar cada passo a seu devido tempo, uma disciplina temporal, uma regra subentendida; ao que parece, falta uma história da ambição: veja-se Alain Corbin, “Bastidores”, op. cit., pp. 460-465.

Por outro lado, desde então participei de algumas bancas de dissertações e teses no meu departamento (e alhures), de maneira que refleti um pouco sobre as condições de início e conclusão dos trabalhos de pós-graduação em sociologia.

Nos dois momentos, um mesmo sentimento: de que estamos --- e refiro-me ao Curso de Pós-graduação em Sociologia da USP --- dando facilmente os títulos de Mestre e Doutor.

Em meu entender, em geral, o nível das provas de admissão no mestrado é fraco. Não obstante, os candidatos com provas fracas são admitidos no programa, pois não há propriamente patamares pré-estabelecidos de seleção, funcionando o “bom senso” (nada contra ele, pelo contrário). Naturalmente, o processo seletivo é cuidadosamente regulamentado e realizado, mas isto não atinge o conteúdo intelectual propriamente dito. Com relação a este, valem uma série de considerações da própria banca encarregada da seleção, que seleciona segundo critérios relativos, nomeadamente relativos ao conjunto dos candidatos e relativos às diferentes concepções dos membros das bancas (sim, há espaço para diferenças). Embora não haja número fixo e estabelecido de vagas, não se deve admitir candidatos demais, nem muito poucos. O resultado, no meu entender, e baseado na experiência dos quatro processos de seleção de que participei, é que acabamos admitindo uma série de candidatos imaturos: desde candidatos com problemas de escrita em língua portuguesa, passando por projetos de pesquisa sem consistência suficiente e culminando em pesquisadores sem criatividade intelectual, sem uma, digamos, imaginação sociológica. Certamente capazes, não obstante, de compor e apresentar uma dissertação ou tese que adjetivaria como “burocrática”: que cumpre uma exigência, mas não é muito mais do que isto.

Parece-me evidente que muito disto diz respeito àquela transformação da vocação em profissão, em meio à qual a obtenção dos títulos de mestre e doutor é tão-somente uma etapa na carreira profissional, e não propriamente momentos do cumprimento de uma vocação e até mesmo a realização de uma paixão. Quantos alunos e alunas, ao terminarem a graduação, dirigem-se à pós-graduação simplesmente porque não sabem o que fazer, na busca de mais tempo, na busca de um preenchimento do tempo até o momento de uma decisão?

Com isto já chegamos aos trabalhos de conclusão propriamente ditos, teses e dissertações. Aqui também minha experiência é modesta e restrita, mas não deixo de notar o resultado pouco entusiasmador desses trabalhos. É claro que há exceções, mas são precisamente exceções. Se isto não aparece de um modo nítido, é apenas por conta da ausência de critérios que permitam o juízo. (Pois, sabe-se, os critérios são quantitativos e a ninguém interessa desenvolver critérios que dêem conta das especificidades e qualidades; com relação a isso, basta lembrar que não mais se atribui nota às teses e dissertações.)

Na verdade, as coisas não são bem assim. Há critérios, e são critérios não mais propriamente substantivos (e substanciosos), mas formais. Um bom trabalho deve cumprir um rol de requisitos, e mesmo essa capacidade de estabelecer o rol de requisitos é sintoma do fenômeno que procuro indicar. Pois o trabalho intelectual verdadeiramente tenso, vigoroso, possui um *je ne sais quoi* que se furtaria à definição. Não titubearia em remetê-lo à imaginação cognitiva, algo que, cumprindo uma antiga maldição de um fundador, poderia se nomear “especulação bastarda” (embora ele mesmo tenha sabido, a seu modo, praticá-la).

Alías, se remeto o trabalho do pensamento ao *topos* do *je ne sais quoi*, reconheço o seu tempo irreduzível e *sui generis*, seu debruçar amoroso sobre o objeto, que as exigências do sistema da ciência parecem não mais admitir ⁷¹.

“De tudo resta um pouco”, diz o poeta, e de fato restam os critérios acadêmicos. Que deixamos para as agências de financiamento e reitorias.

Minhas contradições. Ficar insistindo em dificultar a titulação dos outros e buscar, pelo meu lado, título; criticar a pedagogia da dureza e, então, querer exigir mais dos outros.

Na sala de aula. Talvez o único espaço ainda autárquico na universidade --- assim penso muitas vezes --- seja a sala de aula, um espaço no qual tudo ainda depende do professor e dos alunos (enquanto resistirmos ao ensino à distância e à robótica). Por mais que os programas gerenciais e as organizações e desarranjos curriculares a circundem, a sala de aula permanece um espaço incrustado na organização burocrática, no qual, se os que estão lá dentro assim desejarem, é possível estabelecer regras e acordos autárquicos. Como dizia a meus alunos, o nosso *bunker*: nele, somos nós que estipulamos os conteúdos, os programas, os modos de agir e assim por diante. Mas, no fundo, as coisas não são bem assim, como o demonstra a história de todos os *bunkers*, por mais protegidos que fossem: quando toca um telefone celular, quando alguém não leu o texto, quando greve significa sem mais suspensão das aulas, quando se perdem os modos de civilidade, tudo rui.

Da mediocridade (sem loucura). Sempre digo aos meus alunos que sou um professor medíocre, e creio que devo dizê-lo também à banca que ora me examina. Acrescentando que também como

⁷¹ Cf. Arthur Schopenhauer, *Parerga und Paralipomena*. Zürich, Haffman, 1999, vol. 2, # 249, pp. 426-427

pesquisador considero-me medíocre; portanto, nas duas principais funções atribuídas aos docentes nesta universidade. Algumas vezes isto causou espanto, e mesmo entre alguns colegas uma confissão de tal gênero não soa agradável e oportuna (em parte porque já a ouvem sempre em sentido pejorativo, revelando uma disposição de escuta ⁷²). Contudo, é a verdade (a *minha* verdade ⁷³).

Uma das motivações do professor, pelo menos tal como entendo minha atuação, é contribuir para que seus alunos consigam superar as dificuldades que ele mesmo vivenciou e vivencia, de sorte a poder levar mais adiante o conhecimento, sendo capazes de não sucumbir às dificuldades e insuficiências a que o professor, por seu destino, isto é, por responsabilidade própria e do mundo, sucumbiu. Digo aos “meus” alunos de primeiro ano (com os quais sempre trabalhei) que espero que sejam melhores sociólogos do que o professor, porque entendo que, para alguém comprometido com o conhecimento --- se é que cabe falar de uma moral mínima do professor ---, essa é a motivação máxima com que pode justificar o trabalho docente. Não há sentido em formar alunos que tropecem nas mesmas pedras, uma vez que o caminho, até um certo ponto, está indicado e a questão é ir além. Creio que o professor deve secundar o aluno, para que este possa, então, adentrar naqueles recantos por onde o primeiro já não ousou ou pôde ir. Não por falta de empenho, mas por real limitação.

Não tenho dúvidas com relação a minha mediocridade como professor e pesquisador, porque a cada vez consigo bem perceber as limitações intelectuais que me tolhem (para não falar das que não percebo). Todos os textos que escrevi compartilham dessa mediocridade, pois sempre soube do tanto que ficava sem ser dito, apesar da necessidade; não logrei vencer os obstáculos e dificuldades que os próprios trabalhos pretendiam assinalar; e apesar disso, não se trata de uma experiência morta: ela se repete, cotidianamente ⁷⁴. Quem se dedica à ciência como profissão, como aprendemos todos desde cedo, está condenado ao fracasso, à incapacidade de totalização, e de fato o único consolo é a resignação. O fracasso é o principal atestado da mediocridade; quer dizer: porque sou medíocre, fracasso (é verdade que isto está inscrito na própria lógica das exigências do conhecimento, não sendo portanto atribuível exclusivamente à mediocridade do medíocre). Com o processo de diferenciação da disciplina, e em suas segmentações, torna-se cada vez menos possível ao sociólogo dominar um campo determinado. Mesmo assim, não há porque negar a existência de

⁷² Disposição esta que, talvez, revele um traço narcisista. Veja-se Christopher Lasch, A cultura do narcisismo, op. cit., p. 115.

⁷³ O que significa que se trata de uma construção de si produzida por mim, não sendo naturalmente a única possível e, decerto, real, dado que “identidade” possibilita (e mesmo exige, nas sociedade complexas) construções tanto por nós mesmos, com por outros (“estranhos”, mais ou menos próximos/distantes).

⁷⁴ Parafraseio F. Fernandes, A sociologia no Brasil, op. cit., pp. 13-14.

grandes especialistas, que realmente inovam e avançam em campos específicos --- embora, vale lembrar, não sejam tantos assim. Por outro lado, a tensão insolúvel de especialização e conhecimento mais geral impede, cada vez mais, a existência de figuras que transitem pelos dois registros, tal como ainda ocorria em momento de menor especialização. Como resultado, parece existir uma inevitabilidade crescente da mediocridade, quando sabemos realmente ou muito pouco de pouco ou muito de quase nada, uma alternativa que, bem pesada, não faz muita diferença.

Se assim é, não vejo como o sociólogo possa, hoje, reivindicar muito mais do que a mediocridade --- e a dificuldade em aceitar isto nada mais é do que os nervos fracos de que zombava Max Weber, que aliás bem podia fazê-lo, apesar de nervoso. Se me digo medíocre, não é por cinismo, nem por ceticismo, nem em uma defesa espirituosa da finitude humana, mas apenas porque o percebo em toda a minha atividade intelectual e acadêmica. E não vejo necessariamente demérito nisto, pois que a consciência da mediocridade, como capacidade de auto-reflexão, parece-me antes digna de ser valorizada.

Creio que no passado --- talvez mera idealização do autor --- esse tipo de auto-reflexão era mais presente no campo dos conhecimentos humanísticos ⁷⁵, tendo se tornado, nos dias de hoje, obsoleto, donde inclusive o espanto e incompreensão de que já fui vítima. Obsoleto porque na “Leistungsuniversität” --- permitam-me a expressão, intraduzível --- o reconhecimento da limitação é a própria sentença de morte, pois que contraria o princípio motor que nela atua.

Decerto não é a mais aguda das contradições do mundo em que vivemos, a mediocridade na sociedade em que só vale o que não é (parece ser) medíocre ⁷⁶. Desde seus inícios a sociologia viu-se confrontada com esse problema, percebeu seu teor de contradição e, o mais das vezes, esperava uma síntese superior, que a resolvesse. Não sou desse parecer. Creio que a posição mais acertada foi aquela a que já me referi, a resignação. Caberia apenas, se me fosse possível, indagar se resignação pode ser uma forma de negação, determinada, mas não enrijecida. Embora gostasse de afirmá-lo, a própria condição que discuto o impede. E talvez, se me é permitido alguma *skepsis*, nem mesmo a coruja que levanta vôo ao entardecer possa sabê-lo.

⁷⁵ Cf. p.ex. Erwin Panofsky, “Três décadas de história da arte nos Estados Unidos” in Significado nas artes visuais. 2ª. ed., São Paulo, Perspectiva, 1979, pp. 411-439.

⁷⁶ Também aqui, a dar-mos razão a Lasch, radica um traço narcísico. Cf. C. Lasch, A cultura do narcisismo, op. cit., p. 69, que atrela a questão do narcisismo com a da organização, que reaparece ainda nas pp. 72-73: “a visão de mundo do administrador [...] é a do narcisista.”

Pai-dos-burros. Uma olhadela no dicionário elenca uma série de sentidos para o termo “memorial”⁷⁷. No latim tardio encontramos *memoriae*, “aquilo que faz lembrar”, sendo o étimo para o adjetivo *memorialis*, “que auxilia a memória”. Os usos e sentidos arrolados são, como substantivo: [1] relato de memórias; [2] obra, relato concernente a fatos ou indivíduos memoráveis; [3] memórias; caderneta usada para apontar aquilo que se deseja lembrar; memento, memorando (donde o uso contábil: caderneta, livro de notas em que se lançam resumidamente, para futura escrituração, as operações comerciais efetuadas; borrador); [4] monumento comemorativo (na arquitetura); [5] tipo de relatório que descreve fatos relativos a uma perícia ou diligência (termo jurídico); [6] qualquer sustentação feita à autoridade judiciária ou administrativa, geralmente no final do processo (termo jurídico). Como adjetivo, os seguintes sentidos: [7] relativo à memória, à lembrança e [8] digno de ser lembrado; memorável.

É certo que os termos e sentidos têm sua história; um estudo sobre os memoriais acadêmicos mostraria como oscilam por entre essa plêiade de sentidos: desde o memorial que assume a postura, digamos, arquitetônica de um monumento a si mesmo e sua obra, até a mais humilde apresentação dos fatos mais relevantes concernentes à carreira na universidade. Evidentemente, a forma e o tom adotadas revelam tanto do autor quanto os “fatos” e “feitos” com que ele recheia o memorial (ocasionalmente, ao que parece, inclusive com “fatos e fotos”); sou mesmo tentado a achar que a forma de exposição é o principal.

Decerto, trata-se de um fazer lembrar que assume a forma de relato; deve referir-se, preferencialmente, ao candidato, a quem cabe convencer de seus feitos memoráveis. O caráter de relatório é também importante, sobretudo no sentido de um parecer que toma posição (no caso: frente à carreira, trajetória, itinerário etc.) e é sustentado frente aos examinadores. A dimensão de prestação de contas é especialmente significativa no memorial acadêmico, pois o candidato apresenta-se à Comissão Examinadora, representante esta da Faculdade, a fim de ser *julgado* (donde inclusive a necessidade dos documentos e materiais comprobatórios). Portanto, além da dimensão contábil, a jurídica também é significativa; especialmente esta implica uma espécie de habitus específico, condizente com a posição daquele que vai ser julgado.

Mas há uma outra coisa: é que o memorial tornou-se extemporâneo. A dupla dimensão contábil e julgadora foi sendo substituída, gradualmente, pelos infíndáveis relatórios de pesquisa e similares.

⁷⁷ Sigo o verbete “memorial” do [Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa](#).

Nada faz e apresenta melhor a contabilidade do que o “Currículo Lattes”⁷⁸; nada julga mais compulsiva e vorazmente do que as avaliações das reitorias, comissões e agências de fomento.

Nota: por conta disto, da obsolescência destas duas funções constitutivas do memorial, para sobreviver ele precisa lançar mão das outras dimensões, passando pelo indivíduo memorável até chegar ao monumento arquitetônico.

Pequena dialética do esclarecimento. O mito da formação precisa ser contraposto ao esclarecimento da deformação. Já há muito estamos condenados a abdicar de qualquer esperança de formação, idéia que supunha o sujeito liberal burguês e que responde a uma situação social e histórica dos séculos XVIII e XIX. Já no início do século XX, Max Weber percebeu e assinalou a impossibilidade desse projeto e desde então a situação tornou-se cada vez mais definida. A idéia de formação estava afinada com o projeto da universidade moderna, datado do início do século XIX, modelar no caso berlinense. Ainda então, ousava-se, *et pour cause*, afirmar ser o verdadeiro o todo. No entremeio, já há muito tal afirmação foi contestada e a inverdade do todo indica a falsidade da formação. Ela é pura ideologia, como sempre fôra, mas agora como falsa consciência.

Aceitar a deformação é o primeiro passo para atinar com a dimensão histórica do processo de aquisição e produção do conhecimento. Condenados a uma idiotice especializada, é preciso que sejamos pelo menos isso; certamente não seremos mais, se primeiramente não cumprirmos essa exigência.

Um nadador já é um afogado. O memorial exige uma modalidade --- pretende uma modalidade --- particular de pacto autobiográfico. Situa-se em meio à mistura de gêneros, de sorte que Lejeune detecta como a autobiografia, com o passar do tempo, no transcurso de sua história, incorpora gradualmente elementos do domínio ficcional.

Entre os extremos do *curriculum vitae* e da poesia pura há um *continuum*, no qual se aloja o discurso autobiográfico, no qual há sempre um traço, maior ou menor, de ficção⁷⁹. Numa extremidade, o discurso verídico, documentário, real, a objetividade máxima. Na outra ponta, a

⁷⁸ “[...] para a burocracia moderna as ‘regras calculáveis’ [...] desempenham o papel dominante. A especificidade da cultura moderna, mas especialmente de sua infra-estrutura técnica e econômica, exige essa ‘calculabilidade’ do resultado”, que se deixa tanto melhor obter e ver, quanto mais se “desumaniza”, como afirmou Max Weber em *Wirtschaft und Gesellschaft*, op. cit., p. 563.

⁷⁹ Cf. Philippe Lejeune, *Moi aussi*. Paris, Seuil, 1986, p. 26; A. Hahn, , *Konstruktionen des Selbst, der Welt und der Geschichte*, op. cit., p. 101, onde se lê: “O curso da vida só nos é acessível como realidade através da ficção da representação biográfica.”

objetivação estética máxima, pura. Uma vez que o autor do memorial deixa o porto seguro do currículo, adentra nas águas nada calmas da obra estética, embora não possa jamais atracar na outra margem, sob pena de inviabilizar o memorial. Trata-se, portanto, de nadar, com uma espécie de carta marítima, em meio a essas águas traiçoeiras, mantendo-se sobre as ondas e correntes. Mas não há como elidir: o elemento estético, expressivo se se quiser, é parte constitutiva do memorial, e tentar ocultá-lo nada mais é do que um modo de tentar acertar as contas com essa exigência, ou seja, esconder e elidir é reconhecer sua presença, quiçá ameaça.

La naissance du lecteur doit se payer de la mort de l'auteur. O leitor vê-se defronte ao memorial, parte de requisito de um concurso e apresentado por um candidato. Antes mesmo de ler a página de rosto, ao separar o texto para ser lido, já há algum modelo operante, algumas expectativas do que é um memorial, as lembranças dos memoriais já lidos, alguma curiosidade pelo que se vai ler... A leitura deste memorial, imbricada em meio a muitas leituras de cada um de seus leitores, seus prazeres e desprazeres de leitura, amalgama o leitor ao autor, completando com a imaginação as lacunas, criando com a fantasia mais brechas e vazios ⁸⁰.

Logo no início não há dúvida possível: trata-se de um memorial, a autoria está assinalada, o aparato organizacional que o envolve não admite o apócrifo. Se aceitarmos a idéia de Lejeune do “pacto autobiográfico”, o memorial acadêmico deixa-se menos definir através de um conjunto de traços característicos, que conformariam algo como um gênero, do que pelo pacto propriamente dito, no qual autor e leitor acordam que isto é um memorial: um “contrato de leitura” ⁸¹.

A partir de então, trata-se de acompanhar como o autor responde e se esquiva frente às expectativas do leitor; que outras expectativas ele assim cria, num jogo sem fim. Uma espécie de coqueteria ⁸², um jogo que joga na sua frente e com você; no qual o leitor é forçado a se expor --- vai inicialmente imaginar, refletir, depois arguir, perguntar, insistir, divergir... Uma interação mutante, que se inicia em letra negra sobre folha branca e deverá ganhar vida de muitas maneiras: na leitura, na imaginação, na performance da arguição, na lembrança ao final do dia e, quem saberá, alguma outra rememoração em algum outro tempo e lugar. “En réalité, diz Proust, chaque lecteur est, quand il lit, le propre lecteur de soi-même.”

⁸⁰ “Nada se emenda bem nos livros confusos, mas tudo se pode meter nos livros omissos. Eu, quando leio algum desta outra casta, não me aflijo nunca. O que faço, em chegando ao fim, é cerrar os olhos e evocar todas as coisas que não achei nele. Quantas idéias finas me acodem então! Que de reflexões profundas!” Machado de Assis, Obra completa. Rio de Janeiro, Aguilar, 1986, vol. 1, p. 870.

⁸¹ Cf. Philippe Lejeune, Le pacte autobiographique. Paris, Seuil, 1975.

⁸² Cf. Georg Simmel, “Die Koketterie” in Philosophische Kultur. Berlin, Wagenbach, 1986, pp. 93 ss.

Para o candidato-autor não é uma experiência inédita: já escreveu anteriormente e agora repõe o já escrito, e escreve novamente. Já foi argüido e avaliado, e agora se submete novamente. Há já no corpo e na mente um hábito vivo, uma desenvoltura (mesmo que negativa), uma experiência que emergem de novo, por conta da intenção múltipla: na reposição do antigo texto, na reposição do procedimento; mas também diferente no texto, no autor (moi, c'est un autre), na situação-rito. Há portanto uma temporalidade outra, que se desdobra duplamente no texto e na sua performance latente, para a qual apontam autor e leitor, ponto de seu encontro e colisão.

Sobre o salário do professor doutor e o salário do professor livre-docente. No capítulo das confissões, que não podem faltar nos memoriais, é preciso dizer o que todos sabem, isto é, que o livre-docente ganha mais do que o doutor. E então confidenciar, e tocar o escândalo, admitindo que agora a diferença no salário possa ser uma motivação para o candidato. Assim, completa-se a discussão dos critérios acadêmicos, que são reconfigurados pela situação de precarização financeira dos professores (em termos estruturais, já anunciada por Max Weber; mas a conjuntura é prerrogativa nossa ⁸³). Quando digo reconfigurados, quero dizer que eles não são desligados dela e acabam se moldando também a ela. Que um doutor veja o acesso ao título de livre-docente como um modo legítimo de elevar o valor de seu salário é indicativo tanto do grau de precarização financeira dos docentes universitários, como dos valores inscritos na carreira universitária. E seja dito, *pro domo mea*, que quem assim age --- no caso, um professor doutor contratado em regime de dedicação integral à docência e pesquisa --- ainda está agindo segundo critérios (preferiria dizer: valores) arcaicos e obsoletos (isto é: acadêmicos e institucionais), pois vale bem mais a pena, do ponto de vista financeiro, desenvolver paralelamente atividades “por fora” da universidade.

Da pressa em ser livre-docente (II). Quando entrei na Universidade de São Paulo, no ano 1984, como estudante de Ciências Sociais, uma vez começada a aula os alunos permaneciam sentados até o final, só se levantando no intervalo e após a conclusão do professor. Nos vinte anos que se passaram, tal cenário tornou-se inimaginável. A sala de aula, hoje em dia, é um local de trânsito, de alunos e alunas que entram e saem sem parar, em meio às exposições do professor.

⁸³ Sobre a conjuntura mais recente, ver Sergio Miceli, “A universidade pública a perigo” in Folha de São Paulo, 18/07/2003, p. A3.

É preciso dizer, ainda, que naquele tempo não somente não se entrava com cachorro no prédio da Faculdade, como sequer se cogitava fazê-lo. As professoras e os professores não utilizavam jaleco. Não me recordo de nenhuma ocorrência em que um de meus professores tenha precisado sair da sala de aula para pedir silêncio nos corredores, nos saguões internos ou nas cercanias do prédio, coisa que faço recorrentemente, desde que me tornei professor no mesmo prédio. Recentemente, um colega, impossibilitado de dar aula devido ao volume altíssimo do som dos alunos no saguão, ao solicitar aos alunos o desligamento da aparelhagem, foi desrespeitado.

Eu mesmo tive uma experiência traumática, quando fui desacatado por aluno que adentrava com cão no prédio. Em 1984 não havia catracas nas entradas do prédio, e hoje também não --- embora haja quem as queira instalar.

Nenhum de meus professores dava aula sentando-se em cima da mesa (quando muito, apoiavam-se). Hoje, eu mesmo o faço; ademais, calçando tênis, que nenhum dos professores ou professoras usava.

Todas estas observações são curiosidades e insignificâncias e aparecem aqui apenas como ilustrações menores de uma transformação constante e considerável que a universidade vem experimentando desde muito antes de meu ingresso, há vinte anos passados. Nessas duas décadas em que aqui estou, em posições variadas ao longo do tempo (aluno, pesquisador, monitor, mestrando, doutorando, professor), fui capaz de perceber algumas delas, e formar um juízo. Em parte por experiência própria, em grande parte apoiado e dependente das reflexões de colegas, cheguei à conclusão de que a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP vive seu momento final, no esplendor de seus quatorze mil alunos.

Há quem diga que começamos a morrer ao nascer. Verdade ou não, as contradições do nascimento desta Faculdade são parte forte das forças que levaram à sua desagregação atual⁸⁴. Não vou reconstruir e recontar esse processo histórico: durante algum tempo, logo após a minha admissão como professor, julguei importante, mesmo fundamental, refletir sobre o que era esta Faculdade e suas condições de existência (e inexistência); mas, à medida em que o tempo passava e eu ia me ajustando a esse mundo, desiludi. Desenganei-me no seguinte sentido: esta Faculdade, enquanto uma unidade que faça sentido, não existe; é um resquício amorfo, um cadáver, que alguns julgam vivo, de uma moça que os que a viram no passado diziam encantadora. Em meu julgamento, de toda a vida que porventura esta Faculdade --- enquanto Faculdade --- tenha tido, hoje só resta um fio: a Faculdade de Filosofia não é um corpo acadêmico, não é um centro intelectual, não é um

⁸⁴ Cf. I. Cardoso, *A universidade da comunhão paulista*, op. cit. e F. Leopoldo e Silva, “A experiência universitária entre dois liberalismos”, op. cit. e, do mesmo autor, “Greve na FFLCH” in *Informe FFLCH*, nova série, nr. 33, set. 2002, pp. 1-2.

núcleo cultural, mas é uma unidade administrativa. Com o sopro de vida e morte que emana dessa organização burocrática, ela tenta manter-se de pé, cambaleante.

É aqui que justifico, há algum tempo, para mim mesmo, a minha pressa em ser livre-docente: é que gostaria de sê-lo ainda nesta Faculdade, mesmo que hoje ela seja apenas essa unidade administrativa, morta-viva e nada mais.

Visita à livraria. A angústia e frustração da escrita autobiográfica leva-me à livraria: How to Write Your Own Life Story. A Step by Step Guide for the Non-Professional Writer, de Lois Daniel; Write the Story of Your Life, por Ruth Kanin; How to Write and Sell a Book of Your Intimate Thoughts and Personal Adventures, de Wilson Ketterer; How to Write Your Autobiography. Preserving Your Family Heritage, por Patricia Ann Case; Preserving Your Past. A Painless Guide to Write Your Autobiography and Family History, de Janice T. Dixon e Dora D. Flack; Ruth Krauss & Crockett Johnson, Is This You ? (This Book tells you how to write Your Autobiography). Fiquei em dúvida com tamanha oferta; selecionei Dixon & Flack e Ketterer. Acabei levando Ketterer. ⁸⁵

Sinal dos tempos. Junto ao portão de entrada do Centro de Práticas Esportivas da USP, um jovem, aluno em algum curso de uma das Fundações da Escola Politécnica, tenta convencer o porteiro a deixá-lo entrar. “Você tem carteirinha ou comprovante de matrícula?” “--- Não, mas tenho o recibo de pagamento.”

Indisciplinas. Hoje, a tensão entre o geral e o particular no que se convencionou chamar “formação” é enorme e atinge o núcleo de um problema atroz. Dado o estado altamente diferenciado e especializado dos campos de conhecimento e reflexão particulares, como conjugar o geral com o específico? Como o grau de especialização é tremendo, é hoje muito difícil juntar as duas pontas e formar um círculo. A universidade, naturalmente, é afetada pela questão e deve tomar para si o desafio de enfrentá-la. Aliás, um dos modos como a universidade, hoje, define o seu “perfil” pode ser vislumbrado precisamente nos encaminhamentos que proporá para este problema.

A “formação” do aluno é um horizonte, que pode ser procurado, entrevisto, mas que não se consuma jamais: quanto mais nos aproximamos, mais ele se afasta. Por conta disto, é preciso

⁸⁵ Cf. Philippe Lejeune, Moi aussi, op. cit., pp. 203 ss.

compreender que não se “oferecerá” “formação” ao aluno e que ele não sairá --- seja com “certificado”, seja com “diploma” --- “formado” da universidade. Em mesma medida --- e aqui restrinjo-me à minha área de trabalho, as ciências sociais em geral e a sociologia em particular ---, o aluno também não sairá da universidade “especialista”, porque a especialização exige mais tempo e mais estudo do que um curso de graduação (e mesmo de pós-graduação, nas circunstâncias atuais) pode pretender para si. O resultado disto é a tensão que mencionei: não “formamos” nem “especializamos” alunos, mas lhes oferecemos um pouco de cada coisa. Como disse certa feita Panofsky --- alguém que podia falar das “Humanidades” com conhecimento de causa ---, algumas ilhas de conhecimento cercadas por mares de ignorância (e ele referia-se a si próprio). Contudo, isto pode habilitar os alunos à autonomia intelectual: a compreensão e dimensionamento de sua ignorância e a capacidade de pensamento próprio, capacidade de exercitar a imaginação na formulação de problemas e questões, no encaminhamento de seu desenvolvimento e, quem sabe, na formulação de respostas aos problemas levantados. E se se objeta que tal perspectiva é por demais frágil, precária e fluida, é preciso reconhecer que o estado atual do conhecimento não permite mais que isso; e, ademais, não podemos esquecer as condições concretas de trabalho intelectual e pedagógico na universidade brasileira: do déficit cultural e gnoseológico com que os alunos adentram na universidade e das condições precaríssimas de trabalho na própria universidade.

O primeiro passo, portanto, é reconhecer a impossibilidade, histórica, da “formação” hoje ⁸⁶; ou então ressemantizar “formação” para nossas condições históricas específicas. O “ideal do homem renascentista”, ou então o da grande “personalidade”, são figuras históricas que não se deixam reviver e pretender ressuscitá-los é pura farsa. Por outro lado, não é o caso de insistir sem hesitação alguma na especialização, porque especializar sem generalizar redundaria no especialista idiota, que nada sabe e nada vê além do seu micro-universo de competência e que, por isso, é muito pouco capaz de reconhecer a diferença.

Com isso, tocamos na tão falada “interdisciplinaridade” (e seus correlatos, que não cabe aqui esmiuçar). A “interdisciplinaridade” é em regra mitificada, porque aparece como solução para os problemas postos pela generalidade e especificidade; é como a varinha de condão que dissolve a tensão essencial entre esses pólos. Tal concepção de “interdisciplinaridade” é equivocada porque não se dá conta do lugar e das condições de possibilidade da interdisciplinaridade. Ela não é algo que se possa constituir, almejar e alcançar a curto prazo --- no período de um curso de graduação ou

⁸⁶ Cf. Max Weber, *Wirtschaft und Gesellschaft*, op. cit., p. 576, assim como Hans Magnus Enzensberger, “Über die Ignoranz” in *Mittelmass und Wahn*. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1991, pp. 9-22. Para uma abordagem histórica do termo, ver o verbete “Bildung” in O. Brunner, W. Konze e R. Koselleck (orgs.), *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*. Stuttgart, Klett-Cotta, 1982, vol. 1, pp. 508-551.

de pós-graduação ---, senão que ela só faz sentido como uma etapa bastante avançada no processo de envolvimento com o conhecimento e a reflexão. A ponte (se se quiser: as pontes) que a interdisciplinaridade constrói está situada nos pontos extremos da especialização e supõe, em mesma medida, um conhecimento geral que está para além da especialização. Por conta disto, ela só pode se concretizar nas mãos (e pensamento) de pesquisadores “maduros” que, conhecendo o labirinto de seu campo disciplinar, conseguem discernir sua posição e, ao mesmo tempo, possuem uma visão para fora de seu próprio campo, que lhes permite enxergar possibilidades de contato e comunicação com outros campos. Um rápido exemplo no campo da sociologia, que me é mais familiar: Niklas Luhmann, a quem já dei a palavra mais atrás, foi um sociólogo que avançou enormemente a interdisciplinaridade na sociologia e na teoria sociológica em particular. Se se observa sua obra, vê-se um enorme esforço e investimento na especialização no campo disciplinar. Ao lado disso, na sua obra de maturidade, ele estabeleceu pontes entre seu campo específico de pesquisa e reflexão (a teoria sociológica) e outros domínios do saber: com a biologia, com a lógica, com a física, com a cibernética. Essas pontes consistem no fato de que ele encontrou possibilidades de “respostas” para problemas gestados no seu campo específico fora desse campo, em domínios também eles específicos das áreas mencionadas. A “ponte” não é entre a sociologia em geral e a biologia em geral, por exemplo, mas entre determinados “problemas” formulados num nível muito abstrato e especializado da teoria sociológica e possíveis “respostas” ou “soluções” formuladas em domínios também muito especializados e abstratos da biologia. E assim por diante. Ao que parece, as pontes interdisciplinares só se deixam construir nas ramificações por assim dizer “terminais”, “de ponta”, da especialização em campos diversos do saber, conhecimento e reflexão, e supõem, assim, uma enorme complexidade interna aos campos, somada a uma enorme complexidade na multiplicidade dos campos e somada ainda, por fim, a uma complexidade considerável na possibilidade de se estabelecer correlações entre os diferentes campos nesse cenário (correndo sempre o perigo de, ao contrabandear apenas resultados, perder a fundamentação original, que os lastreia). E, não custa lembrar, a construção de pontes supõe alicerces firmes e sólidos, sob pena de ruir na primeira ventania.

Por conta disto, a “interdisciplinaridade” dificilmente pode ter a pretensão de reorganizar os campos do saber assim entrelaçados como um todo, mas pretende apenas mobilizar conhecimentos e possibilidades para além das fronteiras disciplinares tradicionalmente estabelecidas; fronteiras que, como sabemos, nada mais são do que sistemas classificatórios, formas mais ou menos primitivas de classificação. O resultado é “apenas” um aumento potencial de comunicação inter-disciplinar. Portanto, e a despeito da rapidez do argumento, creio que a “interdisciplinaridade” é mais um ponto

de chegada do que de partida. Ela não pode ser pretendida como ponto de partida porque envolve tanto especialização como amplitude de visão para além das fronteiras disciplinares, e ambos são prerrogativas de estágios avançados na vida do pensamento e da reflexão.

A “interdisciplinaridade” mitificada opera no pólo oposto: acha que se pode e deve ser “interdisciplinar” justamente fornecendo uma pequena porção de cada coisa. Ela estimula, portanto, a fragmentação do conhecimento, e não sua unidade ⁸⁷. Ao mesmo tempo, faz pouco caso da própria especialização intra-disciplinar, como a dizer que o que se faz na “ponta”, na especialização em profundidade, não afeta de modo algum a “superfície”, aquilo que é oferecido aos alunos ainda não especializados ⁸⁸. É evidente que o discurso da “interdisciplinaridade” é muito sedutor, porque oferece aos alunos (e professores!) um caminho muito menos árduo, acena com uma temporalidade que não é a temporalidade da verdadeira pesquisa, conhecimento, ciência, reflexão e mesmo “formação”. Em tal situação, o sociólogo sempre se lembra de Max Weber: quem quer facilidades, que vá ao cinema!

Não obstante, há uma realização típica de nosso tempo que realiza a coordenação, de cima, de tudo, e é precisamente o tecnocrata, situado para além da especialização e detentor das tomadas de decisão, no que segue a diretriz da economia; donde se conclui que o que se tem como modelo e ponto de fuga, no discurso da interdisciplinaridade (e dentro e fora da universidade ele já é o mesmo discurso), é de fato o tecnocrata ⁸⁹.

Não convém esquecer, ademais, que a “formação” generalista, tributária da interdisciplinaridade mitificada, encontra seu equivalente erudito no pensamento conservador de alto coturno do nosso tempo, como indica exemplarmente o seguinte passo de Arnold Gehlen: “a época da *Aufklärung* terminou e com ela a época da crença na necessidade de conceitos cada vez mais precisos e

⁸⁷ Que a “interdisciplinaridade” mitificada está em sintonia com tendências reais da sociedade não há a menor dúvida: o conhecimento é de fato fragmentado e a unidade muito difícil de se concretizar. Mas daí a tomar a realidade como normatividade vai um longo passo, para alguns longo demais (“o real é o racional”). Naturalmente, isto afeta o próprio significado de “universidade”.

⁸⁸ Note-se, ademais, um certo paralelismo entre esta questão e os postulados da “utilidade”: quanta “pesquisa de ponta” inútil, sem aplicação prática!

⁸⁹ Quando as coisas “funcionam” --- o que nem sempre é o caso ---, transcorrem do seguinte modo: “Neste contexto, generalista é aquele que no nível funcional está mais alto no âmbito do processo de produção industrial. O tecnocrata é o diretor supremo desse processo (entenda-se que o técnico, seja ele engenheiro, economista ou outro, pode ser promovido a tecnocrata, mas isso implica o abandono da lógica de especialização). Eis a razão por que, entre outras coisas, se fala de polivalência de funções e de conhecimento global das variáveis: o empresário, de fato, superintende tanto a direção do pessoal técnico e executivo quanto a administração dos negócios e a organização das complexas relações entre produção, distribuição e consumo. É claro que ele se serve da ajuda dos especialistas em vários níveis, mas é ele quem reelabora e coordena os resultados da colaboração de seus assessores, integrando-os nos mecanismos de decisão em termos de política empresarial.” Domenico Fisichella, verbete “Tecnocracia”, op. cit., p. 1235. A mencionada “ajuda dos especialistas” foi discutida por Weber sob a rubrica dos comitês colegiados, que dão legitimidade à burocracia, mas de fato subordinam-se a ela. Veja-se M. Weber, *Wirtschaft und Gesellschaft*, op. cit., p. 575. Como se vê sem muita dificuldade, tudo isto vale para nossa experiência universitária local, com a ressalva do início, pois mesmo quando as coisas não funcionam adequadamente, valem o mais das vezes os efeitos perversos, sem a contrapartida dos “benéficos” (que se resumem, claro está, a dinheiro e rapidez e agilidade).

abstratos. Com isso o valor próprio, o *pathos* de validade própria da ciência está em perigo --- não que tal valor próprio seja contestado abertamente; não é este o caminho pelo qual as coisas se desenvolvem. O impulso à simplicidade, à plasticidade do que é passível de conhecimento; o impulso, ligado a isto, à utilidade e à prática, estes são os impulsos que por assim dizer subjazem à soberba autosuficiência da maestria conceitual e a deixam para trás.”⁹⁰ O que mudou, da época em que Gehlen escrevia para cá, é que agora a contestação é aberta e sem rodeios⁹¹.

Ainda há quem fale na “unicidade do conhecimento”, como se não fosse ela mesma afetada pelo processo de diferenciação. Não que ela não seja possível e real, não que ela não seja algo almejável e almejado, mas é preciso ter clareza acerca das exigências contemporâneas de tal pretensão. A diferenciação e complexidade no interior de cada campo do saber --- aí incluídos os processos, interiores, de delimitação dos campos, das distinções, das fronteiras --- é de tal ordem, que postular tal unicidade, sem mais, é puro diletantismo, ingenuidade ou má-fé.

Isto se enlaça à sempre sedutora referência ao “homem renascentista” e figuras semelhantes, quando se deixa de enfrentar as contradições do presente em favor da utilização ideológica de um ideário do passado, que nada mais diz com relação às exigências e características próprias e autônomas de uma ciência (ou melhor: das ciências) cada vez mais diferenciada; assim como, por outro lado, não corresponde às exigências e características da sociedade como um todo --- já que os dois âmbitos não se confundem absolutamente; e isto supondo que haja mecanismos confiáveis o suficiente para aquilatar as exigências da “sociedade”.

Da pressa em ser livre-docente (III). Já ouvi falar de um *ethos universitário*, um conjunto de valores, procedimentos, sentimentos, costumes, hábitos e elementos similares, que os sintetiza e, assim fazendo, concretizaria um caráter, modo de ser, conceber, estar e agir⁹². Obviamente, trata-se de um fenômeno intrinsecamente histórico, e portanto variável.

A perda, tingida pela obsolescência, de um *ethos* universitário (imaginário?), em favor de um simples modo de agir no mundo em geral --- ou seja, a assertiva de que a universidade é tal e qual o mundo, e não mais um outro mundo, nomeadamente o lugar social do conhecimento. Se desde sempre a sociologia preocupou-se em compreender o processo de diferenciação social e o

⁹⁰ Arnold Gehlen, *Anthropologische und sozialpsychologische Untersuchungen*. Hamburg, Rowohlt, 1993, p. 176.

⁹¹ Veja-se p.ex. o artigo de Marília Fonseca, “O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro” in *Revista da Faculdade de Educação*, vol. 24, Nr. 1, jan./jun. 1998, pp. 37-69.

⁹² “Os gregos denominavam o caráter *êthos* e as exteriorizações do mesmo, isto é, os costumes [Sitten], *êthê*; esta palavra, contudo, vem de *ethos*, hábito, costume [Gewohnheit]: eles a escolheram para exprimir metaforicamente a constância do caráter mediante a constância do costume [Gewohnheit].” Arthur Schopenhauer, *Die Welt als Wille und Vorstellung*. Zürich, Haffman, 1999, vol. 1, # 55, p. 384.

incremento de domínios do mundo autonomizados e em processo de autonomização (sistemas e subsistemas, ordens da vida, esferas de valor e assim por diante), o espaço social do conhecimento, que na modernidade europeia sedimentou-se na universidade enquanto espaço social (se instituição ou organização, se livre ou oprimida, variando conforme aquele que a vê), vem sofrendo uma transformação, que é a sua perda de autonomia, a sua incapacidade de continuar se pautando por valores intrínsecos e peculiares a esse domínio/sistema/esfera/ordem. O mais-que-célebre diagnóstico weberiano das relações de tensão entre as diversas ordens de vida encontra realização *sui generis* no destencionamento da universidade, na medida em que ela se deixa reger por critérios exteriores, adequando-se ao mundo --- mundo que se adequa, ao que parece, aos valores e critérios gerados nos domínios da economia. Daí a transformação da universidade em empresa, fato consumado no sistema das instituições de ensino superior no Brasil: nas organizações privadas, desde sempre negócio; nas públicas, sujeitas à colonização avassaladora da lógica e do mando técnico, de que os economistas detêm o monopólio ⁹³.

Daí que o que fôra um *ethos* universitário torna-se impossível, convertendo-se antes em um *ethos* similar àquele que o mesmo Max Weber detectara em seus vários escritos: antes de mais nada uma disposição encarnada no agir econômico.

A defesa dessa figura extemporânea é, naturalmente, também ela extemporânea, perpetrada ainda por alguns, mas sem lugar. O candidato vive um tempo de mudança na universidade, que lhe causa desconforto: identifica-se com um modo de estar na universidade, que imagina do passado e que constata não ser o do presente. Por conta disto, tenta criar alguns laços com esse antigo, como movimento de dotação de sentido para o seu próprio estar-neste-mundo.

Bios ou socius? Tematizar o memorial acadêmico exigiria uma sociografia dos seus autores: ele é um “gênero” (ou quase-gênero, ou pseudo-gênero) referido a uma posição social específica, o professor universitário (um certo professor universitário), que o conforma enquanto tal. Sem uma sociografia dessa posição no mundo é impossível uma sociologia do memorial e, para o sociólogo, portanto, é impossível um memorial.

⁹³ E se digo que a FFLCH-USP é uma unidade apenas no aspecto administrativo, entendo que ela procura realizar-se, atualmente, sob os parâmetros desse domínio, e não por acaso o seu problema é visto como um problema de gerência e eficiência.

À espera dos bárbaros. Ainda nos bons e velhos tempos do idealismo alemão, Georg Wilhelm Friedrich Hegel afirmara que “Das Wahre ist das Ganze”, “O verdadeiro é o todo”⁹⁴. Um dos elementos que estava na mais fina correlação e sintonia com tal afirmação é a própria idéia de universidade “moderna”, gestada na mesma Berlim, à mesma época, por Wilhelm von Humboldt (coroando um debate que marcou épocas): universidade, todo e verdade estavam em uma constelação histórica precisa e o que os amarrava chamava-se (pasmem!) “Bildung”, “formação” e “cultura”. Um século e meio depois, um outro filósofo, ao que parece admirador do primeiro, parafraseou a afirmação original do seguinte modo: “Das Ganze ist das Unwahre”, “O todo é o inverdadeiro”⁹⁵. No interregno de 150 anos, a história parecia ter mostrado a este filósofo que o todo não era mais garantidor da verdade, nem a verdade estava no todo; a universidade, por tabela, vê-se confrontada com o desafio de ser universidade sem poder confiar no todo, e isto significou, também por tabela, que a própria idéia de “Bildung” já não alinhavava como antigamente as “variáveis” em questão. Um terceiro filósofo alemão, por fim, entre um e outro, havia pressentido que “nur Barbaren können sich verteidigen”, “apenas os bárbaros podem se defender”.

Nosso século. Os colegas que pretendem um curso com “cara própria”, com “perfil definido” e que defendem a “reforma do curso” de Ciências Sociais (mas isto valeria, creio, para muitos outros) fazem-no sob o dossel da idéia de formação. Educar o sociólogo do século XXI é não abdicar da idéia de formação. Não se dão conta, todavia, que pretendem fazer o século XXI com um conceito do século XIX: formação, hoje, é um anacronismo, e nem se pode outorgar-lhe aquele célebre “anacronismo necessário” de que falava Hegel.

Destarte, não há como reviver a experiência e a utopia da reforma universitária alemã de 1810. Só fala em formação hoje quem desconhece ou quer desconhecer a enorme complexidade e diferenciação dos diversos campos do conhecimento, e as ciências sociais não fogem a esta regra. Saída possível: aceitar que as ciências sociais, hoje, são plurais, mas aceitar isto em suas consequências práticas; e não apenas teóricas⁹⁶. Não vamos formar os alunos, mas deformá-los: enchê-los de lacunas, ampliar ao máximo suas lacunas: mostrar que eles não conhecem e não vão conhecer, e que o que nos é permitido é um pequeno fragmento da multiplicidade de direções e

⁹⁴ G.W.F. Hegel, *Phänomenologie des Geistes*. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1973, p. 24.

⁹⁵ T.W. Adorno, *Minima moralia*. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1980, p. 55 (*Gesammelte Schriften*, vol. 4).

⁹⁶ “A Bildung está posta em questão justamente quando, em virtude da imprensa, há tanto para ler, que não é mais possível que todos leiam tudo.” (Niklas Luhmann, “Zwischen Gesellschaft und Organisation. Zur Situation der Universitäten”, op. cit., p. 207.) Basta lembrar de Bouvard e Pécuchet.

desdobramentos que o conhecimento, nas ciências sociais, assumiu, sobretudo ao longo do século XX⁹⁷.

(A manutenção do Curso de Ciências Sociais com uma estrutura fechada e uma estrutura aberta é um meio propício para tanto. Senão vejamos: um núcleo de disciplinas básicas, tal como o existente, que se debruça sobre autores e conceitos tidos como “clássicos”, possibilita um panorama diferenciado nas matrizes de pensamento, enseja o cotejo e comparação críticos, permite indicar como se aproximar e adentrar em um pensamento rico, complexo e matizado.

Um núcleo amorfo e mutante de disciplinas optativas, quanto menos regulado melhor, faculta percursos variados, quanto mais variados melhor, em que o aluno, uma vez tendo experimentado (no sentido de experiência) o estudo dos “clássicos”, está mais habilitado (sempre estará precariamente habilitado) para dar vazão a sua curiosidade intelectual. O curso deve prover a maior variedade possível, garantir o mais diverso, para que se possa, no contrabalançar do núcleo fechado e do núcleo aberto, permitir que o aluno dimensione a complexidade dos campos de conhecimento e desconhecimento.)

Situação de perigo. Descrevendo suas dificuldades e angústias para assumir a cátedra no Collège de France, Bourdieu assinalou uma questão que perpassa todos os atos de consagração, no caso acadêmicas, tais como defesas de tese, premiações, concursos e outros mais. Isto por conta de um elemento que considera constituinte e imprescindível ao sociólogo, a reflexividade, que exige que se reflita sobre aquilo mesmo que ocorre, no caso esses rituais. Diz ele: “Descrever o rito na sua realização significa cometer um ato inaudito de barbárie social, que consiste no fato de anular temporariamente a crença ou, pior ainda, colocá-la inteiramente em questão, colocá-la em risco, em um momento e em um lugar nos quais trata-se precisamente de festejá-la e fortalecê-la.”⁹⁸ Assim, uma espécie de fidelidade e exigência interior colide com a instituição e a situação, com o mundo. Não deixa de ser aporética a situação e condição do sociólogo.

O caçador. Norbert Elias distinguiu a condição do sociólogo como “caçador de mitos”⁹⁹ e Bourdieu, na sua trilha --- velha trilha, aliás ---, sublinhou que se trata “de uma profissão

⁹⁷ “La ciencia es una esfera finita que cresce en el espacio infinito; cada nueva expansión le hace comprender una zona mayor de lo desconocido, pero lo desconocido es inagotable.” J.L. Borges, *Obras completas*. Buenos Aires, Emecé, 1996, vol. 1, p. 261.

⁹⁸ Pierre Bourdieu, *Ein soziologischer Selbstversuch*, op. cit., p. 123.

⁹⁹ Norbert Elias, *Was ist Soziologie?* 7^a. ed., Weinheim/München, Juventa, 1993, cap. 2.

imensamente difícil, uma profissão que consiste em abrir caminho para o retorno do reprimido e pronunciar com total publicidade aquilo que ninguém queria saber.”¹⁰⁰ Creio que isto vale para uma sociologia do memorial acadêmico, que é o mais das vezes cometido sem a tão proclamada, mas tão pouco exercida, autoreflexividade.

Pai e filho. Quando uma pessoa, em conversa franca e amiga, aconselhou-me a não fazer o concurso de livre-docência por não ter orientandos formados¹⁰¹, invocou um argumento de excelência essencialista, manejando ambigualmente a sua historicidade. Explico-me: como julga que há uma espécie de esvaziamento e perda dos critérios nesta Faculdade ou, formulado de outro modo, que é preciso manter e garantir, quiçá elevar os “padrões de excelência”, crê que é importante contrapor a esse processo critérios “duros” e “rigorosos”, tal como o pai que julga educar o filho aumentando suas exigências frente a ele¹⁰². Não se pode facilitar.

Mas, antes de tudo, seria preciso investigar com mais atenção o problema e formular um diagnóstico mais amplo e fundamentado acerca da situação atual.

Ora, a idéia de que o livre-docente deva ter “orientandos formados” (tirando de lado a impropriedade em se falar de “formação” nos dias que correm, sendo antes o caso de falar de “orientandos diplomados”) é, ela mesma, histórica, pois não ocorre assim “desde sempre”, quando se poderia invocar o “costume”; além de não constituir uma exigência regular, já que o concurso não é aberto apenas para orientadores, mas para portadores do título de doutor, membros ou não da Faculdade.

Embora não tenha feito uma pesquisa para fundamentar o que é somente uma impressão, creio que se trata justamente do contrário do que um argumento consuetudinário poderia validar: sobretudo o título de livre-docente oscilou historicamente, ao longo da história desta Faculdade, nas suas condições de concessão. Diferentes situações históricas modelaram as necessidades, exigências e critérios de realização dos concursos e concessão dos títulos. Daí a exigência de um diagnóstico da situação atual, que permitisse ponderar exigências, critérios e necessidades em um nexos mais amplo.

¹⁰⁰ Pierre Bourdieu, *Ein soziologischer Selbstversuch*, op. cit., p. 127; ver também, do mesmo autor, *Meditações pascalianas*, op. cit., pp. 14, 18.

¹⁰¹ Como relatou Bourdieu com respeito a sua relação com Aron, a franqueza e o aconselhamento do professor mais velho e iniciado com o mais novo e que “bate à porta” não é absolutamente livre da mais lancinante violência simbólica. Cf. Bourdieu, *Ein soziologischer Selbstversuch*, op. cit., p. 42.

¹⁰² Sobre a pedagogia da dureza, ver T.W. Adorno, “Erziehung nach Auschwitz” in *Gesammelte Schriften*. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1977, vol. 10.2, pp. 674-690. Decerto há aqui também um traço de conflito geracional, tal como entendido por Norbert Elias em *Studien über die Deutschen*. 2ª. ed., Frankfurt/M, Suhrkamp, 1994, pp. 300 ss.

A ambigüidade está presente em vários momentos. Em primeiro lugar, reconhece-se uma situação específica, concreta e, portanto, histórica, da Faculdade, ao mesmo tempo em que se abstém de historicizar tanto o que é essa exigência informal do orientando diplomado, assim como o que é este último. Além disso, o reconhecimento de uma situação concreta e específica é ele mesmo ambíguo, pois não historiciza até o fim: será que a situação atual da Faculdade e de tudo o mais não precisa ser levada em consideração --- e não se pautar por um (suposto?) “uso e costume”? Há aqui uma ênfase em critérios formais e não substantivos, portanto em consonância com o movimento mais amplo que modela a universidade de hoje.

A sombra do “costume”, além disso, revela uma espécie de recalque, pois alguém vê que a Faculdade já não é mais como fôra no passado, e talvez como quiséssemos que ainda fosse --- mas: queremos mesmo? O que queremos? Quem fala aqui?

De fato, a muitos não parece claro que vivemos um momento de transição, que vê o nascimento de uma nova e outra universidade, que com a antiga compartilha apenas o nome, mas decerto não o modo de existência social (em todas as gradações imagináveis) e, portanto, os “princípios”. Essa transformação *confunde* as pessoas --- dentro e fora da universidade ---, perturba alguns e é uma produtora constante de ambigüidades e desconfortos, que são vividos, conforme a posição de cada um, com maior ou menor ênfase.

E Espírito Santo: adendo conjuntural(-estrutural) e local. Querendo mascarar a desagregação e dissolução da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, a estratégia atual “da Faculdade” (uso aspas porque se trata, é claro, de determinados setores da Faculdade) é a busca de um Projeto Acadêmico unificador, que logrará realizar por completo a gestão organizacional da Faculdade, na incapacidade de articulá-la sob outra diretiva ou princípio¹⁰³. Nesse sentido, leva ao cabo um processo que vem de longe; o momento atual é a consagração (ou ao menos a tentativa) do padrão organizacional --- uma vez que, no fundo, reconhece a impossibilidade política (no mínimo, por conta dos equilíbrios e desequilíbrios de poder intra e inter-unidades), acadêmica (no mínimo, por conta da coordenação centralizada em outras instâncias do poder de pesquisa) e institucional (no mínimo, por conta do gigantismo e da desarticulação interna) de realização de uma Faculdade ---, que sepulta definitivamente a antiga Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Se chegasse a haver, hoje, um “conflito das faculdades”, certamente não seria o mesmo que Kant deuse ao trabalho de refletir para, então, marcar posição. Mas não há: como se trata precisamente da

¹⁰³ Aliás, há uma afinidade muito forte entre a unidade e a organização, no sentido de que a lógica organizacional tende a impedir a formação, formulação e, no limite, exercício da diferença. Disto decorre a colisão frontal, ou assimilação tranquila, conforme o caso, com as diretrizes tecnocráticas, que tendem a elidir a possibilidade da “universidade como lugar do universal, mas enquanto *articulação do diverso*” (I. Cardoso “Memorial para Concurso de Livre-Docência”, op. cit., p. 15).

rejeição da diferença, empesteia-se o solo no qual o conflito poderia deitar raízes (em regra, mediante a desqualificação do discurso do outro, a que se soma a desilusão quanto às conseqüências de algum empenho). O lugar no qual ele pode existir é somente aquele circunscrito pela escolha das estratégias organizacionais; mas um dos traços da organização é que homogeneiza suas possibilidades, restringindo sempre continuamente os espaços de conflito interno por meio da forte concentração de poder; processo o qual, ademais, subtrai o possível espaço de crítica ¹⁰⁴.

É evidente que não se trata de imputar exclusivamente ao momento mais atual a responsabilidade por tudo isso, muito ao contrário: “a Faculdade” vê-se coagida, no curso de um longo processo, por absoluta falta de alternativas, por ser ela mesma um impasse, vitimada também pela dureza do mundo, a “investir” nesse caminho: afinal de contas, porque a “nossa” Faculdade não pode ser tão limpa, organizada e eficiente, tão afinada com as exigências do presente como outras unidades mais vorazes e velozes? Ainda mais se somos nós que possuímos uma tradição tão rica!

Onda nova e velha. Do mesmo modo como Kracauer, nos anos '20, examinou a moda das biografias, com o intuito de dizer que não eram moda alguma, seria o caso de analisar os memoriais e ver o que disto resulta. Sua primeira lição foi detectar o lastro de classe, e a seguir seu conteúdo histórico, o que significou, naquele caso, compreender como a própria história se tornara a ancoragem da forma literária que perdera o pé (isto é, o romance). Foi então que chegou ao seu diagnóstico, a biografia como fuga, como pretexto e subterfúgio. Mas apontou rapidamente a exceção, precisamente um caso de autobiografia, na qual o indivíduo “só se torna real por conta de sua transparência frente à realidade”, como que deixando na sombra a sua própria realidade.

Já o sabemos, um problema capital da biografia é o indivíduo, e no caso um indivíduo lastreado pela história, na qual ele se insere e a qual o sustenta. Por essa razão a história foi detectada por Kracauer como ancoragem da biografia, como uma solução para o problema do indivíduo, isto é, o problema burguês. Mas, dizia ele, tratava-se de uma nova burguesia, e é como conseqüência dessa nova situação, de uma burguesia que não pode mais confiar no indivíduo, que ela se evade na biografia, que lastreia o indivíduo imergindo-o na história, conseguindo fazê-lo viver. Destarte, a biografia seria uma tentativa de “redenção” do indivíduo na época burguesa tardia que decretara seu fim ¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Tudo isto já visto e dito há muito por Max Weber em *Wirtschaft und Gesellschaft*, op. cit., pp. 565-567, 570, 572.

¹⁰⁵ Cf. Siegfried Kracauer, “Die Biographie als neubürgerliche Kunstform” (1930) in *Das Ornament der Masse*. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1977, pp. 75-80.

Não preciso prosseguir: nesta altura, por mais assombroso que possa parecer, o memorial ocupa posição muito similar.

Para terminar. Quando precisei escrever pela primeira vez um memorial e não sabia como, sem desesperar recorri a um companheiro intermitente, que duas vezes demarcou um espaço de imaginação, nos quais demorei.

[...]

(Com que construístes ou foste tu

o construído por sua vida?

É fácil condenar uma vida

de fora, sem ter que vesti-la:

como saber se aquela vida

foi camisa apertada e curta

e viver dentro dela, sempre,

foi a luta contra as costuras?)

Sempre evitei falar de mim,
falar-me. Quis falar de coisas.
Mas na seleção dessas coisas
não haverá um falar de mim?

Não haverá nesse pudor
de falar-me uma confissão,
uma indireta confissão,
pelo avesso, e sempre impudor?

A coisa de que se falar
até onde está pura ou impura?
Ou sempre se impõe, mesmo impura-
mente, a quem dela quer falar?

Como saber, se há tanta coisa
de que falar ou não falar?
E se o evitá-la, o não falar,
é forma de falar da coisa?

5. 2009: Dois fragmentos (e um interlúdio) de narrativa, percurso, caminho.

se não verga, quebra
dito popular

*O verdadeiro caminho segue por uma corda esticada não nas alturas, mas pouco acima do chão.
Parece mais determinado a provocar um tropeço do que a ser percorrido.*
Kafka

Na ocasião do concurso de livre-docência, em mais de um momento a banca examinadora cobrou de mim uma narrativa memorialística mais convencional, menos auto-reflexiva com relação ao memorial acadêmico e mais reflexa com relação ao candidato. É o que vem a seguir.¹⁰⁶

I

"Set back the clock!"¹⁰⁷

Mas, por onde começar? Uma das discussões presentes no "convoluto Auerbach", exposto parcialmente na tese de livre-docência e no livro que dela se originou, diz respeito precisamente a isso, ao ponto de partida, que de certo modo direciona, possibilita e condiciona o percurso de pesquisa. E como, no meu caso, o percurso de pesquisa de certo modo orientou o percurso docente, talvez haja aqui uma perspectiva prática, que encaminhe a questão.

Minha vida de pesquisa iniciou-se durante a graduação em Ciências Sociais (1984-1987), quando fui trabalhar no Acervo Plínio Ayrosa do finado Departamento de Ciências Sociais da FFLCH-USP. Com antecedentes que vinham do tempo imediatamente anterior ao ingresso na graduação, tinha especial interesse pela pesquisa antropológica e, assim que possível, procurei uma inserção e aprofundamento. Na época, a iniciação científica não estava tão institucionalizada como hoje; o Acervo possibilitava uma aproximação bastante interessante com a área de etnologia indígena, de minha predileção e na qual pretendia me formar.

Apesar do interesse constante pela antropologia, desde o início da graduação também procurei possíveis conexões das ciências sociais com a música, na qual havia me educado e que acabava de

¹⁰⁶ Optei por não indicar no texto os desdobramentos em forma de publicações, participações em eventos etc., que podem ser verificados na tábua acadêmica que vem ao final deste Memorial, assim como junto à documentação apresentada.

¹⁰⁷ Assim em uma propaganda de Frederick's of Hollywood, de 1955, reproduzida em B. Vinken, *Fashion Zeitgeist* (London, Berg, 2006), que leio no momento com meus alunos.

abandonar, para dedicar-me ao estudo universitário. Foi sobretudo por isso que resolvi empreender uma pesquisa sobre os instrumentos musicais depositados no Acervo Plínio Ayrosa, que possibilitou a conexão: por um lado, continuava no domínio eletivo da antropologia e ligado ao Acervo no qual já havia me enfronhado; por outro, possibilitaria talvez - uma hipótese a ser explorada - uma visada crítica do estudo de Max Weber sobre a música, que havia "descoberto" em algum momento da graduação.

Essa descoberta tinha evidentemente a ver com o abandono da música como possibilidade profissional (pouco antes de adentrar na universidade, vi-me em face da perspectiva de profissionalização como músico, que reneguei) e a tentativa de conectá-la, de algum modo, com o universo da vida universitária.

[fotografias]

No âmbito da bibliografia que me era conhecida e disponível, a sociologia da música de Max Weber surgia como a mais desafiadora. Seria possível articulá-la com os instrumentos bororo, que manuseava no Acervo?

Não tive tempo de empenhar-me nessa resposta, pois dificuldades internas do Acervo (logo a seguir incorporado ao MAE-USP), o cotidiano corrido de estudos e os prazos da vida - afora todo o resto - acabaram levando-me a escrever rapidamente um projeto de pesquisa sobre a sociologia da música de Weber, com o qual pretendia entrar no mestrado e para o qual não havia orientador disponível nem na antropologia - naquele momento, as antigas áreas do Departamento de Ciências Sociais autonomizavam-se nos Departamentos de Antropologia, Ciência Política e Sociologia -, nem em outro departamento.

Pouco antes havia me candidatado, sem obter resultado positivo, a uma bolsa da Funarte, em um programa de bolsas sob o tema "Os sentidos da paixão", com um projeto sobre... Beethoven. Afinal, não haveria música mais propícia para a discussão da relação de subjetividade e forma, liberdade e constrição do que a de Beethoven, na qual a síntese de subjetividade e convenção se realiza como nunca até então e provavelmente também depois. Para elaborar o projeto, lançava mão de algumas reflexões de Adorno, que era o outro autor que descobrira, durante a graduação, tratar de música. Junto com Weber, formava a díade dos "meus" autores que conjugavam os dois campos de interesse, a música que não queria perder de todo e as ciências sociais, que queria conquistar (evidentemente, havia também as Mitológicas, que um interessado nos bororo precisava conhecer

bem; mas o que lá se dizia da música era acessório e não me parecia tão instigante como Weber ou Adorno).

O projeto, que propunha examinar como o problema da paixão (pathos) se formulava nas Variações Diabelli (Opus 120, 1822-23), não foi aprovado, mas me deixou motivado a adentrar mais na reflexão sobre a música vinda das ciências sociais. O espaço estava circunscrito por Weber e Adorno e o mais lógico era começar por Weber, por ser anterior, mais detido nos fundamentos materiais (ao menos ao primeiro olhar) e mais central na disciplina - que passava a ser, assim, a sociologia.

O projeto era bastante simples: traduzir, anotar e comentar o texto de Weber. Contudo, ocorreram dificuldades: deixando de lado a questão da orientação, que era um problema - mas que se resolveu logo, pois José Carlos Bruni mostrou-se um orientador exemplar durante o mestrado e doutorado, acompanhando e estimulando, sem jamais impor -, havia também um desconhecimento e portanto uma certa desconfiança em encaminhar um mestrado nesse modelo de tradução e comentário, usual nos programas de letras da mesma Faculdade (já aí poderia ter visto como esta Faculdade permanece cindida em seus aspectos acadêmicos). Para evitar dificuldades - tudo o que um aluno aspirante ao ingresso na pós-graduação não precisa -, encontrei a seguinte solução: faço o mestrado discutindo o problema de Weber em seu rebatimento em Adorno e apresento a tradução como apêndice. Em minha cabeça, isso seria uma espécie de manobra, com a qual continuaria fazendo praticamente o mesmo, mas deslocava as ênfases e resolvia os problemas práticos de encaminhamento.

Dito e feito. Mas a manobra não transcorreu exatamente como prevista. O rebatimento em Adorno exigiu tanta pesquisa, que acabou se autonomizando e resultando em uma dissertação sobre Adorno, na qual Weber, embora central, foi discutido em apenas um capítulo. A dissertação preocupou-se em escandir a Filosofia da música nova (Philosophie der Neuen Musik), texto complexo em sua conjugação de conhecimento e reflexão social, musical e filosófica.

Não é o caso de me estender sobre a dissertação, para a qual pude usufruir de tanto tempo como para o posterior doutorado e que foi um momento muito importante de amadurecimento no trabalho intelectual - satisfazendo também aquela ânsia em conjugar a arte na qual havia sido educado e o campo de conhecimento no qual queria me educar. Seguindo o plano traçado, traduzi e anotei o texto de Weber, mas não tive tempo de escrever a pretendida introdução ou comentário. Entretanto, supri essa falta logo a seguir, no final de 1992, quando escrevi um comentário ao texto de Weber para uma disciplina do doutoramento.

Com isso já assinalei a passagem para o doutorado: ainda no final de 1991 pude apresentar um projeto e ser admitido, uma vez que já havia depositado a dissertação e apenas aguardava a defesa. O projeto versava sobre Georg Simmel. Na ocasião da defesa de doutorado pude responder aos meus arguidores a razão dessa escolha e como cheguei a ela. Sem me repetir por inteiro, digo apenas que, ao pesquisar para a dissertação, tive a oportunidade de ler um livro importante de Simmel - Cultura filosófica (Philosophische Kultur) - e perceber rapidamente o quanto Adorno lhe era devedor. A dissertação continha, em uma versão prévia, um capítulo sobre Simmel (ou melhor, sobre o quanto Adorno devia a Simmel), que acabei por eliminar em favor da arquitetura e argumentação. Mas o capítulo excluído permaneceu no computador (sim, faço parte da primeira geração a escrever os mestrados no computador), pedindo para ser considerado e me ocorreu fazer dele o ponto de partida para o projeto para o doutorado. Não queria continuar estudando Adorno ou Weber, queria mudar e não pretendia propor um doutoramento sobre Adorno e Simmel - daí a solução fácil de descartar um e ficar só com o outro (já mais que suficiente).

O período do doutoramento foi, em termos de experiência de pesquisa, edênico, como nunca mais pude vivenciar. A possibilidade de passar quase três anos em Berlim foi decisiva. Não somente as condições de pesquisa inigualáveis, ainda mais para alguém que vinha do Brasil e mal e mal conseguira um ou outro artigo durante a pesquisa para o mestrado (em tempos anteriores aos bancos de dados e demais facilidades disponibilizadas pela internet). Mas também a experiência de uma vida acadêmica completamente diferente, e de poder encontrar pessoas que pesquisavam exatamente os temas e problemas que eu pretendia abordar - um de meus professores em Berlim era um dos organizadores da edição das obras completas de Simmel, então em curso (poucos anos depois, brincava com meus alunos que éramos descendentes de Simmel, traçando a linha genealógica que dele partia e chegava, passando evidentemente por mim, até eles).

A experiência berlinense - evidentemente também uma experiência pessoal -, que durou pouco mais de dois anos e meio, foi única e marcante. O resultado foi muito positivo, embora, no momento da defesa da tese, em setembro de 1996, eu tenha tido muita dificuldade em fazer frente a uma arguição notável. Alguns anos depois o trabalho foi publicado, sob o patrocínio do PPGS,¹⁰⁸ o que me proporcionou grande satisfação e oportunidade para congratular com vários colegas.

Ao terminar a redação da tese e limpar a escrivadinha, senti a angústia face ao futuro profissional; e enquanto aguardava a defesa elaborei um projeto de pesquisa, na modalidade recém-doutor, para apresentar na Unicamp. A recepção amigável dos professores da Unicamp, que eu não conhecia e que

¹⁰⁸ PPGS significa Programa de Pós-graduação em Sociologia da FFLCH-USP. Adotei a sigla quando, como coordenador do Programa, precisava me referir continuamente a ele em cartas e emails, e já não aguentava mais digitar tudo por extenso.

não me conheciam, foi uma das experiências marcantes de minha vida acadêmica. Contudo, no momento em que recebi a carta de aprovação do financiamento do projeto pela Fapesp, prestei concurso para uma vaga temporária de professor substituto na Usp e tive a boa sorte de obter a vaga.

A contratação exigia, como é praxe, um plano de trabalho, que escrevi em janeiro de 1997 e submeti à universidade no mês seguinte. Intitulado "Sobre o pensamento social em seu embate com o moderno", ele aparece agora como documentação:¹⁰⁹

A pesquisa que pretendo realizar está em continuidade com os trabalhos que venho realizando desde a graduação em Ciências Sociais. Por essa razão é interessante retomar alguns pontos, que permitem delinear e compreender as preocupações atuais.

Enquanto aluno de graduação participei de um projeto de pesquisa no Acervo Plínio Ayrosa --- então alocado junto à Área de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da FFLCH-USP --- intitulado "Organização, Pesquisa e Divulgação das Coleções Etnográficas do Acervo Plínio Ayrosa" (Processo CNPq nº 40.1837/82). No interior desse projeto mais amplo, coube-me trabalhar a coleção de artefatos materiais dos índios bororo. A questão que se me colocou, então, e que é de relevância para os desenvolvimentos que quero apontar, pode ser formulada do seguinte modo: como e em que medida é possível, a partir de um artefato singular da cultura material desse povo do Brasil central, retratar e compreender sua estrutura social, e não só ela, mas o conjunto das representações que de algum modo dão corpo a sua cultura? Vendo retrospectivamente, encontro nesse trabalho o que me serviu de mote na tese de doutorado, anos depois: a formulação de Simmel que procura "ver no singular o universal". Em termos concretos, o problema se colocava do seguinte modo: um pente, uma flecha, um adorno. Mas a partir deles, e inscrito material e simbolicamente neles, todos os jogos de interrelações, reciprocidades e interdependências que compõem a tessitura do todo social, a sociedade, a cada instante e continuamente, im status nacens. É por conta disto que me parece relevante um rastreamento da abordagem do social e um estudo mais detido dos "modelos de jogo" de Elias e de sua sociologia das figurações, seus estudos

¹⁰⁹ Reproduzo a seguir somente o núcleo substantivo do Plano de Trabalho.

"histórico"-sociológicos, da natureza do social e das condições do presente ¹¹⁰.

Estas duas dimensões apontadas, a material e a simbólica, foram retomadas nos meus trabalhos posteriores. Grosso modo, a dissertação de mestrado tentou, em um registro específico, compreender a primeira delas, e a tese de doutorado a segunda. Walter Benjamin, um autor que esteve por detrás dos dois trabalhos, não por acaso enfatizou fortemente esses dois momentos em passagens diferentes de sua trajetória intelectual. E aqui temos um outro ponto de ataque, pois Benjamin é um dos autores que a pesquisa atual deve abordar ¹¹¹.

Ainda na época da graduação tentei articular o meu interesse por música com as ciências sociais. O interesse pela antropologia, aliado ao fascínio pela teoria sociológica, levou-me a Max Weber, autor de um texto que pode ser considerado como fundador da sociologia da música. Os leitores de Os fundamentos racionais e sociológicos da música se vêem embrenhados em uma selva etnomusicológica relativamente densa, pois Weber mobiliza em seu estudo praticamente toda a incipiente musicologia de sua época. Esta etnomusicologia, ainda em processo de formação científica e disciplinar, é mobilizada, entretanto, tendo em vista aquele que, no meu entender, é o ponto nodal do pensamento weberiano, a saber: a caracterização do Racionalismo ocidental (Este é um ponto do qual não é possível fugir no contexto desta pesquisa ¹¹²). Dito isto, o texto sobre música ganha uma dimensão fundamental no interior da sociologia weberiana. E nele eu encontrava, então, um ponto de cruzamento de meus interesses "antropológicos", "musicais" e "sociológicos". Daí o projeto de realizar a dissertação de mestrado em cima do texto de Weber, traduzindo-o e comentando-o ¹¹³. Por motivos vários, que não cabe aqui retomar, tal idéia foi deixada de lado em favor de um estudo sobre a filosofia e sociologia da música de Theodor W. Adorno ¹¹⁴. Em verdade, Adorno parecia retrabalhar elementos discutidos por

¹¹⁰ Referências iniciais: Elias, Norbert. Die höfische Gesellschaft. Untersuchungen zur Soziologie des Königstums und der höfischen Aristokratie; Über den Prozess der Zivilization. Soziogenetische und psychogenetische Untersuchungen; Studien über die Deutschen. Machtkämpfe und Habitusentwicklung im 19. und 20. Jahrhundert; Über die Zeit. Arbeiten zur Wissenssoziologie II; Engagement und Distanzierung. Arbeiten zur Wissenssoziologie I; Mozart. Zur Soziologie eines Genies; Humana conditio. Beobachtungen zur Entwicklung der Menschheit am 40. Jahrestag eines Kriegsendes (8. Mai 1985); Die Gesellschaft der Individuen; Was ist Soziologie?; Über die Eislamkeit der Sterbenden in unseren Tagen. A maioria do textos Frankfurt/M, Suhrkamp.

¹¹¹ Referências iniciais: Benjamin, Walter. Gesammelte Schriften. Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1977.

¹¹² Referências iniciais: Weber, Max. Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie. Tübingen, J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), 1988; Economia e sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 1, Brasília, UNB, 1991. Schluchter, Wolfgang. Religion und Lebensführung. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1988.

¹¹³ O trabalho, que consistiu na tradução, introdução e anotação do texto, foi concluído em 1992 e publicado em 1995: Max Weber, Os fundamentos racionais e sociológicos da música. São Paulo, EDUSP, 1995.

¹¹⁴ L. Waizbort, Aufklärung musical. Consideração sobre a sociologia da arte de Th. W. Adorno na Philosophie der neuen Musik. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 1991, 355 pp.

Weber, e o estudo e trabalho com Weber acabou por levar a pretensa dissertação a discutir mais Adorno que Weber. Tratava-se, então, de problematizar o conceito de material musical tal como Weber parecia compreendê-lo: Adorno chamava a atenção para o fato de que o material musical é, ele mesmo e em sua substância, dominação da natureza sonora, e disto deriva o caráter intrínseca, resoluto e substancialmente histórico do material musical. Se por um lado a Dialética do Iluminismo discutia o processo de dominação da natureza, e por outro a Filosofia da música nova se pretendia um "excurso" da Dialética do Iluminismo, tratava-se, para mim, de ler a segunda à luz da primeira --- que já era, desde o título, um conjunto de "fragmentos filosóficos", dos quais a filosofia da música nova seria mais um. Ora, se o material musical está inscrito da dialética do Iluminismo, é possível tentar compreender nesta chave a idéia de "mediação" --- de que depende a idéia do "no singular o universal" ---, enquanto mediação do social na própria coisa, no caso obra de arte. Na análise da música da Segunda Escola de Viena, Adorno discute de fato uma tendência da dialética do Iluminismo. O singular surge como um particular que dá notícia do universal, inclusive no complexo sentido de que, se por um lado ele se acha como que "contaminado" até a raiz pelas tendências regressivas de tal dialética, ele é ao mesmo tempo uma instância privilegiada de crítica às pretensões totalitárias, homogenizadoras e padronizantes desta mesma dialética. Na música nova, Adorno faz a crítica do particular por meio do universal, mas em mesma medida faz a crítica do universal por meio do particular. As "tendências do material", que Adorno quer compreender, estão relacionadas com as tendências da sociedade como um todo, e é isso que lhe permite falar em "conteúdo de verdade" da obra de arte. Substantivamente, a questão que estava posta era se e em que medida o atonalismo livre configuraria um "estilo musical da liberdade": nos limites da obra de arte, o atonalismo livre configura uma liberdade que não existe fora dela. Assim se compreende a célebre afirmação de Adorno de que "arte é a antítese social à sociedade."

Poderíamos compreender a dissertação de mestrado como uma tentativa de resposta para a questão simmeliana que mencionei acima, em uma chave "materialista". No doutorado ¹¹⁵, esta chave seria antes "simbólica" (o que explica as críticas de muitos dos alunos e discípulos de Simmel ao antigo professor). Pois se o problema que Simmel se propõe é o singular: "um homem, uma paisagem, uma atmosfera", ele só tem sentido no processo de seu alargamento rumo a um universal. Assim, ao falar em uma "filosofia do dinheiro", é preciso compreender por que "filosofia" e por que "dinheiro". A filosofia visa a totalidade da existência, ao mesmo tempo em que o dinheiro é um particular. Uma filosofia do particular tem a peculiaridade, portanto, de buscar no particular o universal. Neste processo, o particular torna-se um "símbolo" do universal.

¹¹⁵ L. Waizbord. Vamos ler Georg Simmel? Linhas para uma interpretação. Tese de doutorado, FFLCH-USP, 1996, 675 pp.

Este esboço retrospectivo arma o quadro geral da pesquisa atual. Ela se desdobra de modo muito amplo, explorando meandros que ficaram aguardando um tratamento mais adequado.

O eixo que aglutina os diversos pontos que são aqui apresentados é o problema do singular e do universal, que em um viés eminentemente sociológico se apresenta sob a fórmula indivíduo-sociedade. Trata-se aqui sempre, sob variadas perspectivas, de pensar as relações entre singular e universal, e os problemas da homogeneidade e da diferença, da possibilidade de se falar em indivíduo e em sociedade, seus desenvolvimentos e configurações históricas e da capacidade do pensamento de os apreender e pensar. É por essa razão que o título confronta o pensamento social com o moderno: busca-se aqui uma caracterização do moderno --- o que supõe incluir como tópicos de discussão o pré-moderno, o ainda-não-moderno, o pós-moderno, o depois-do-moderno etc. --- que nos permita avançar na sua compreensão.

Tendo isto em vista, a pesquisa se desdobra de formas variadas. Uma das vertentes de seu desenvolvimento (já pontuei Elias e Benjamin) está ligado a uma investigação mais detalhada das formas simbólicas: rastrear uma linhagem na abordagem das mediações sociais na vida, na arte e nas coisas, passando por Warburg, Simmel, Panofsky, Cassirer e Goethe. Este último, em princípio, configuraria a matriz desta linhagem ¹¹⁶. Um desdobramento interessante disto é reconstruir o percurso interpretativo da "Primavera" de Botticelli: de Warburg a Bredekamp, passando por Gombrich, Wind e Ancona ¹¹⁷. A partir desse ponto, abrimos a porta para a discussão das relações de arte e sociedade e do caráter social da arte em sentido mais abrangente. Gostaria de pontuar ainda cinco variações da questão, apontando alguns objetos: a) a "Zauberflöte" e o "Fidelio", que configuram um momento muito específico da música burguesa, com suas ligações diretas com o ideário da Revolução; b) o caso Wagner como um dos hieróglifos do século XIX (para utilizar a expressão de Bloch),

¹¹⁶ Referências iniciais: Cassirer, Ernst. Philosophie der symbolischen Formen; Symbolbegriff. Wind, Edgar. "Warburgs Begriff der Kulturwissenschaft und seine Bedeutung für die Ästhetik" in A. Warburg, Ausgewählte Schriften und Würdigungen. Hg. v. D. Wutke. 3. Aufl., Baden-Baden, V. Koerner, 1992, pp. 401-418. Simmel, Georg. Georg Simmel Gesamtausgabe. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1989 ss. Panofsky, Erwin. "Die Perspektive als 'symbolische Form'" in Aufsätze zu Grundfragen der Kunstwissenschaft. Hg. v. H. Oberer u. E. Verheyen. Berlin, W. Spiess, 1992, pp. 99-167. Warburg, Aby. Ausgewählte Schriften und Würdigungen, op. cit. Goethe, Johann Wolfgang von. Werke. Hamburger Ausgabe. München, DTV, 1988.

¹¹⁷ Referências iniciais: Warburg, Aby. "Sandro Botticellis 'Geburt der Venus' und 'Frühling'. Eine Untersuchung über die Vorstellungen von der Antike in der italienischen Frührenaissance" in Ausgewählte Schriften und Würdigungen, op. cit., pp. 11-64. Gombrich, Ernst H. "Botticelli's Mythologies: A Study in the Neo-Platonic Symbolism of his Circle" in Gombrich on the Renaissance, vol. 2: Symbolic Images. 3rd. ed., London, Phaidon, 1985, pp. 31-81. Wind, Edgar. Pagan Mysteries in the Renaissance. London, Faber & Faber, 1958 (trad. utilizada: Heidnische Mysterien in der Renaissance. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1987). Ancona, M. Levi d'. Botticelli's Primavera: A Botanical Interpretation Including Astrology, Alchemy and the Medici. Firenze, 1983. Bredekamp, Horst. Sandro Botticelli La Primavera. Florenz als Garten der Venus. Frankfurt/M, Fischer, 1993.

peça chave para a análise da relação fantasmagoria-burguesia (como contraponto, o Kracauer de Jacques Offembach e a Paris de sua época); c) o "problema" Beethoven formula o desafio, já apontado desde a dissertação, em pensar a relação entre música, subjetividade e expressão burguesa, totalidade e liberdade ¹¹⁸; d) alternativamente, uma abordagem preliminar da questão em uma música burguesa de outro teor: "Kreisleriana", "Kinderszenen", "Childrens Corner", "Sonatina"; e por fim e) uma leitura atenta do Saturno e a melancolia de Saxl, Klibansky e Panofsky.

Ainda neste contexto, um trabalho como seminário temático de leitura de textos que expusesse algumas linhagens do "percurso" da literatura à sociedade permitiria topografar (embora de modo fragmentário) algumas linhas, ao mesmo tempo em que abre as portas para outros caminhos: Bourdieu em suas análises sobre a arte e a autonomia da arte; os estudos de Hans Mayer sobre os excluídos e os limites do Iluminismo; a caracterização literária do moderno por Jauss e suas provocações; os trabalhos clássicos dos romanistas Curtius e Auerbach: persistências e mudanças, realidade e literatura ¹¹⁹. Uma vez que chegamos a Auerbach, trata-se de por assim dizer de "converter" seu trabalho sobre a mímese para uma chave eminentemente social (sociológica, se se quiser): mímese e sociedade. Se por um lado a idéia de mímese acompanha o pensamento ocidental desde os gregos, trata-se aqui de retomar por um lado essa história, ao mesmo tempo em que se enfatiza certas formulações mais sociológicas dos problemas circunscritos pela mímese, com o intuito de mobilizar o conceito para a análise do social. Assim, por exemplo, Simmel sobre a moda, as leis da imitação de Gabriel Tarde, Blumemberg sobre a "imitação da natureza", representação da realidade na obra de arte literária, como assinala propriamente Auerbach, a reconstrução histórica do problema, tal como desenvolvida por Wulf e Gebauer, ou ainda a mímese e o caráter social da arte, como dizia Adorno ¹²⁰. A questão do comportamento mimético sugere, ademais, a abordagem da obra de

¹¹⁸ Referências iniciais: Adorno, T.W. Beethoven. 2. Aufl., Frankfurt/M, Suhrkamp, 1994. Bekker, Paul. Beethoven. 2. Aufl., Berlin, Schuster & Loeffler, 1912.

¹¹⁹ Referências iniciais: Bourdieu, Pierre. As regras da arte. São Paulo, Cia. das letras, 1996. Mayer, Hans. Aussenseiter. 4. Aufl., Frankfurt/M, Suhrkamp, 1991 (trad. bras.: Os marginalizados. Rio de Janeiro, Guanabara, 1989). Jauss, Hans Robert. Literaturgeschichte als Provokation. 4. Aufl., Frankfurt/M, Suhrkamp, 1974. Curtius, Ernst Robert. Europäische Literatur und lateinische Mittelalter. 11. Aufl., Tübingen/Basel, Francke, 1993 (trad. bras.: Literatura européia e Idade média latina. Rio de Janeiro, INL). Auerbach, Erich. Mimesis. Dargestellte Wirklichkeit in der abendländische Literatur. 9. Aufl., Tübingen/Basel, Francke, 1994 (trad. bras.: Mimesis. 2a. ed. rev., São Paulo, Perspectiva, 1976).

¹²⁰ Referências iniciais: Adorno, Theodor W. Ästhetische Theorie. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1972. Adorno, Theodor W. e Horkheimer Max. Dialektik der Aufklärung. Philosophische Fragmente. Frankfurt/M, Fischer, 1988. Auerbach, Erich. Mimesis. Dargestellte Wirklichkeit in der abendländische Literatur, op. cit. Blumenberg, Hans. "'Nachahmung der Natur'. Zur Vorgeschichte der Idee des schöpferischen Menschen" in Wirklichkeiten in denen wir leben. Stuttgart, Reclam, 1986, pp. 55-103. Simmel, Georg. Textos vários sobre a moda in Georg Simmel Gesamtausgabe, op. cit. Tarde, Gabriel. Les lois de l'imitation. Paris, Alcan, 1921 (1890). Gebauer, Gunter; Wulf, Christoph. Mimesis. Kultur-Kunst-Gesellschaft. Reinbeck, Rowohlt, 1992.

Canetti, sobretudo do núcleo ao redor de Massa e poder. Isto ainda nos dá ensejo a trabalhar de alguns textos de Freud que dizem respeito à massa e às questões da sociedade ¹²¹.

A referência a Hans Mayer aponta para uma outra formulação, muito importante, dos problemas envolvidos na singularização e universalização. Mesmo historicamente a questão judaica (já discutida no que diz respeito a Simmel ¹²²) aparece como uma forma, ou melhor, a forma propícia por excelência para a discussão da diferença, do singular e do universal, da possibilidade e dos limites da emancipação do gênero humano ("ser genérico"). Ou, em outros termos, dos limites e idiosincrasias da dialética do Iluminismo ¹²³. Isto nos forneceria, ademais, um bom pretexto para abordarmos Hannah Arendt, sobretudo os dois trabalhos sobre o totalitarismo e sobre a condição humana ¹²⁴.

Com isto, gostaria de remeter a duas modalidades importantes: por um lado o diagnóstico do presente, por outro a teoria do moderno (ambos discutidos, em registros específicos, na dissertação de mestrado e na tese de doutorado). O diagnóstico do presente, tão bem elaborado por Hannah Arendt, dá ensejo a um estudo mais detido de dois outros críticos culturais alemães, um da geração de Hannah, e outro da geração seguinte. Refiro-me a Günter Anders e Hans Magnus Enzensberger. Günter Anders formulou o problema do homem na época da destruição. A bomba atômica lhe parecia simbolizar, de modo muito concreto, transformações na condição humana. Se o tema pode parecer, a um primeiro olhar, datado nos anos do pós-guerra e da guerra fria, ele me parece, em substância, completamente atual (cf. a idéia da "sociedade do risco") ¹²⁵. O que, de resto, coloca-nos, novamente, as relações do contemporâneo com o moderno no centro da discussão.

O segundo diagnóstico do presente fornece-nos Enzensberger. Crítica cultural e sociedade, literatura e poesia formam um amálgama peculiar no escritor alemão, em uma postura crítica incansável e de densidade original. Retomando os exemplos e as análises de Enzensberger não apenas descobrimos novos enfoques do nosso mundo contemporâneo, absurdo e medíocre, como ao mesmo tempo vislumbramos o espaço e a possibilidade de uma crítica cultural de

¹²¹ Referências iniciais: Canetti, Elias. Werke. Frankfurt/M, Fischer, 1995. Freud, Sigmund. Studienausgabe. 8. Aufl., Frankfurt/M, S. Fischer, 1989.

¹²² L. Waizbort, "Georg Simmel e o judaísmo entre a emancipação e a assimilação" in Revista brasileira de ciências sociais, nr. 27, ano 10, fev. 1995, pp. 73-92.

¹²³ Referências iniciais: Marx, Karl. Zur jüdischen Frage. Sartre, Jean-Paul. Réflexions sur la question juive. Paris, Gallimard. Mayer, Hans. Aussenseiter, op. cit. Hegel, Georg W.F. Sobre algumas maneiras de se tratar cientificamente o direito natural. Rousseau, Jean-Jacques. Do contrato social.

¹²⁴ Referências iniciais: Arendt, Hannah. A condição Humana. Rio de Janeiro/São Paulo, Forense/Edusp, 1981; Elemente und Ursprünge totaler Herrschaft. 4. Aufl., München/Zürich, Piper, 1995.

¹²⁵ Referências iniciais: Anders, Günther. Die Antiquiertheit des Menschen I. Über die Seele im Zeitalter der zweiten industriellen Revolution. 7. Aufl., München, C.H. Beck, 1994; Die Antiquiertheit des Menschen II. Über die Zerstörung des Lebens im Zeitalter der dritten industriellen Revolution. 4. Aufl., München, C.H. Beck, 1992; Mensch ohne Welt. Schriften zur Kunst und Literatur. 2. Aufl., München, C.H. Beck, 1993. Beck, Ulrich. Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1986.

amplo espectro. Pensar com Enzensberger é em mesma medida pensar contra a opressão, o absurdo e a mediocridade que corrói ¹²⁶.

O nexó entre moderno e contemporâneo exige a reflexão acerca do moderno. Sua gênese, constituição e processo poderiam constituir uma chave geral de leitura para esta pesquisa, na medida em que os temas aqui sugeridos gravitam ao seu redor e, em última instância, tratam de problematizá-lo. O diagnóstico do presente enquanto estímulo e exigência para uma teoria (geral) da sociedade dá ensejo à discussão da obra de Habermas, sobretudo da Teoria do agir comunicativo. As relações entre sistema e mundo da vida, ademais, pede a discussão da obra de Luhmann, uma teoria dos sistemas sociais e de seu processo de diferenciação que tem por ponto de mira a compreensão do moderno ¹²⁷. A questão é, portanto, pontuar, desenvolver e potencializar as ambivalências e ambigüidades que constituem o processo do moderno ¹²⁸.

Uma outra vertente que me parece interessante a abordar é a idéia do moderno enquanto criação, implemento e necessidade de ordem ¹²⁹. Isto nos leva, ainda, a pensar as relações entre progresso, história, moderno e secularização (Löwith, Schmitt,

¹²⁶ Referências iniciais: Enzensberger, Hans Magnus. Palaver. Politische Überlegungen. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1974. Politik und Verbrechen. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1964. Politische Brosamen. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1982. Einzelheiten I. Bewusstseins-Industrie. Frankfurt/M, Suhrkamp. Einzelheiten II. Poesie und Politik. Frankfurt/M, Suhrkamp. Der Fliegende Robert. Frankfurt/M, Suhrkamp. Mittelmass und Wahn. Gesammelte Zerstreungen. Frankfurt/M, Suhrkamp. Deutschland, Deutschland unter anderm. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1967. Ach Europa! Frankfurt/M, Suhrkamp. Aussichten auf den Bürgerkrieg. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1993. ie Grosse Wanderung. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1992. om raiva e paciência. Ensaio sobre literatura, política e colonialismo. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1985. Guerra civil. São Paulo, cia. das Letras, 1995. Enzensberger, Hans Magnus (Hg). Gespräche mit Marx und Engels. Frankfurt/M, Suhrkamp.

¹²⁷ Referências iniciais: Habermas, Jürgen. Theorie des kommunikativen Handels; Der philosophische Diskurs der Moderne, ambos Frankfurt/M, Suhrkamp. Habermas, Jürgen e Luhmann, Niklas. Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie - Was leistet die Systemforschung? Frankfurt/M, Suhrkamp, 1985. Luhmann, Niklas. Soziologische Aufklärung I, II, III, IV; . Ökologische Kommunikation. Kann die moderne Gesellschaft sich auf ökologische Gefährdungen einstellen?; Beobachtungen der Moderne, todos Opladen, Westdeutscher. Zweckbegriff und Systemrationalität. Über die Funktion von Zwecke in sozialen Systeme; Gesellschaftsstruktur und Semantik. Studien zur Wissenssoziologie der modernen Gesellschaft I, II, III; Funktion der Religion; Liebe als Passion. Zur Codierung von Intimität; Soziale Systeme. Grundriß einer allgemeinen Theorie; Die Wirtschaft der Gesellschaft; Die Wissenschaft der Gesellschaft, todos Frankfurt/M, Suhrkamp.

¹²⁸ Bauman, Zygmund. Moderne und Ambivalenz. Das Ende der Eindeutigkeit. Frankfurt/M, S. Fischer, 1995.

¹²⁹ Referências iniciais: Blumenberg, Hans. Der Legitimität der Neuzeit. Erw. Ausg., Frankfurt/M, Suhrkamp, 1988. Koselleck, Reinhard. Kritik und Krise. Eine Studie zur Pathogenese der bürgerlichen Welt. 7. Aufl., Frankfurt/M, Suhrkamp, 1992; Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten. 2. Aufl., Frankfurt/M, Suhrkamp, 1992. Foucault, Michel. Vigiar e punir. Nascimento da prisão. 5a. ed., Petrópolis, Vozes, 1987. Schmitt, Carl. Politische Romantik. 5. Aufl., Berlin, Dunker & Humblot, 1991; Der Begriff des Politischen. 3. Aufl., Berlin, Dunker & Humblot, 1991; Politische Theologie. 6. Aufl., Berlin, Dunker & Humblot, 1993. Waldenfels, Bernhard. "Ordnung im Potentialis. Zur Krisis der europäischen Moderne" in Der Stachel der Fremde. 2. Aufl., Frankfurt/M, Suhrkamp, 1991, pp. 15-27; Foucault, Michel. Vigiar e punir. 5a. ed., Petrópolis, Vozes, 1987.

Blumenberg, Lübbe); a investigar novamente os hieróglifos do século XIX ("de Hegel a Nietzsche") e a retomar, por fim, a discussão particularismo-universalismo, e neste ponto entrelaçamos os grandes debates contemporâneos: culturalismo, diferença, igualdade, moralidade e universalidade.

Como se percebe, é preciso enfrentar certas manifestações do pensamento conservador, o que dá ensejo à retomada do trabalho de Mannheim e de seus desdobramentos. Isto, por sua vez, aponta para os condicionantes, possibilidades e limites da sociologia do conhecimento, tal como se afigurou na "controvérsia" na época de Weimar ¹³⁰. A autorreflexão acerca da sociologia desemboca, ao mesmo tempo, em um outro tópico apontado na tese de doutorado e que cabe desenvolver: as relações entre sociologia e ensaio, entre a ciência e o sistema e o ensaio como forma, entre pensamento clarificante e pensamento obscuro ¹³¹.

Com isso encontra-se delineada, é verdade que de modo fragmentário, a constelação de problemas que tenho em mente.

Operacionalizando a pesquisa

As linhas acima abordam as dificuldades, inquietações e problemas a que cheguei, momentaneamente, em um percurso que é assinalado ao início, ao mesmo tempo em que procura resgatar questões laterais, mas não menos importantes, que não puderam ser até agora estudadas e refletidas, preso que estava a pesquisas mais específicas. O que se propõe aqui é esse duplo movimento: dando continuidade às questões que emergem e constituem as

¹³⁰ Referências iniciais: Mannheim, Karl. Konservatismus. Ein Beitrag zur Soziologie des Wissens. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1984. Schumann, Hans-Gerd (Hg). Konservativismus. 2. erw. Aufl., Königstein/Ts, Athenäum, 1984. Meja, Volker; Stehr, Nico (Hg). Der Streit um die Wissenssoziologie. Bd. 1: Die Entwicklung der deutschen Wissenssoziologie; Bd. 2: Rezeption und Kritik der Wissenssoziologie. Frankfurt/M, Suhrkamp, 1982. Hoeges, Dirk. Kontroverse am Abgrund: Ernst Robert Curtius und Karl Mannheim. Frankfurt/M, S. Fischer, 1994. Lepenies, Wolf. Between Literature and Science: The Rise of Sociology. Cambridge/Paris, Cambridge University Press/Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1988.

¹³¹ Referências iniciais: Böhringer, Hannes. "Das Pathos der Differenzierung. Der philosophische Essay Georg Simmels" in Merkur, Nr. 434, 1985, pp. 298-308. Christen, Matthias. "Essayistik und Modernität: Literarische Theoriebildung in Georg Simmels philosophischen Kultur" in Deutsche Vierteljahresschrift für Literaturwissenschaft und Geistesgeschichte, Vol. 66, 1992, pp. 129-159. Bense, Max. "Über den Essay und seine Prosa" in Plakatwelt. Vier Essays. Stuttgart, Deutsche Verlags-Anstalt, 1952, p. 23-37. Brokoph-Mauch, Gudrun (Hg). Robert Musil. Essayismus und Ironie. Tübingen, 1972. Lepenies, Wolf. Between Literature and Science: The Rise of Sociology, op. cit. Bude, Heinz. "Der Essay als Form der Darstellung sozialwissenschaftlicher Erkenntnisse" in Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie, 41, 3, Sept. 1989, pp. 526-539. Butrym, Alexander J. (Ed). Essays on the Essay. Redefining the Genre. Princenton, 1989. Cantarutti, Giulia. u. Schumacher, Hans. Neuere Studien zur Aphoristik und Essayistik. Bern/New York, 1986. Haas, Gerhard. Essay. Stuttgart, 1969. Lukacs, Georg von. Die Seele und die Formen. Essays. Berlin, E. Fleischel & Co., 1911. Müller-Funk, Wolfgang. Erfahrung und Experiment. Studien zu Theorie und Geschichte des Essayismus. Berlin, Akademie, 1994. Rohner, Ludwig. Der deutsche Essay. Materialien zur Geschichte und Ästhetik einer literarischen Gattung. Neuwied/Berlin, Luchterhand, 1966. Waizbort, Leopoldo. Vamos ler Georg Simmel? Linhas para uma interpretação, op. cit.

pesquisas anteriores, avançar na sua reflexão, tomando a liberdade de mobilizar um amplo espectro ainda não abordado.

Naturalmente seria impossível abordar como um todo as várias vertentes e possibilidades que assinalei aqui. As atividades de docência e pesquisa realizarão uma seleção e recorte do que é aqui mencionado, trabalhando tematicamente pontos selecionados, operacionalizando a discussão no formato de disciplinas e seminários, moldando os problemas levantados em comum acordo com os interesses e disponibilidades do Departamento de Sociologia.

Justificativa

Esta proposta de estudo e pesquisa direcionada para a docência se justifica enquanto uma estratégia de reflexão diferenciada, se confrontada com as pesquisas anteriores, que visavam a elaboração de trabalhos de titulação acadêmica. Como não se trata mais da elaboração desse tipo de trabalho, faz sentido uma proposta mais ampla e "solta", que me permita abordar, fragmentariamente, temas e autores de relevância sociológica, contribuindo assim para o aprimoramento da minha formação. Além disso, o convívio acadêmico e intelectual no Departamento de Sociologia permitirá um espaço privilegiado de debate e trabalho.

Este plano de trabalho parece-me hoje, doze anos passados, interessante em duplo sentido. Por um lado, porque olha, de 1997, retrospectiva e prospectivamente, para o que tinha ocorrido e o que imaginava que poderia vir a ocorrer - veremos ainda um pouco do que efetivamente veio a ocorrer, olhando retrospectivamente para aquele olhar prospectivo. Por outro lado, assinala um ponto central de inflexão, quando a atividade de pesquisa, até então exclusiva, passa a ser desenvolvida em conjunto com a atividade de docência, procurando cumprir a difícil missão da unidade de docência e pesquisa, ideal e fórmula da universidade humboldtiana, já discutida no memorial de 2003.

Por outro lado, é essa inflexão que explica o andamento subsequente, que poderia praticamente se converter em uma crônica de docência e pesquisa, na qual esta se subordina àquela.

A primeira tarefa que me foi atribuída no Departamento de Sociologia foi assumir a disciplina "Sociologia I", uma introdução à sociologia dirigida aos alunos ingressantes no Curso de Ciências Sociais, pela qual fui responsável por uns bons anos, em conjunto com outros colegas. Creio que pude contribuir para uma renovação e arejamento da disciplina, sem contudo deixar de respeitar seus quadros institucionais. Estes, como sempre predominantemente estáticos, limitam o âmbito de manobra e agilidade da disciplina. Não obstante, pude alterar em alguns pontos as escolhas bibliográficas, e conseqüentemente os andamentos e direcionamentos temáticos. Nesse sentido, destacaria apenas - pois contemplam pontos alentados no Plano de Trabalho exposto - a

incorporação de textos de Enzensberger, Habermas e Benjamin. O enfoque por mim dado à disciplina baseou-se no entendimento da sociologia como análise, diagnóstico e compreensão do tempo presente, que entendo ser histórica e estruturalmente constituinte da disciplina e seu elemento fertilizador por excelência. Por essa razão, tratei os temas e problemas, assim como os autores constantes do programa da disciplina, sob essa perspectiva. O texto de Enzensberger, Visões da guerra civil, forneceu-me sempre um ponto de partida privilegiado (no sentido já mencionado de "ponto de partida"), que alinhavava os problemas ao longo do curso. A discussão habermasiana acerca do caráter epocal do moderno toca o núcleo mesmo do Plano de trabalho e ofereceu um modo de enquadramento para a disciplina - dado que não era possível exigir dos alunos a leitura de Koselleck (indisponível à época em vernáculo). Por fim, a discussão de Benjamin é um aspecto mais complexo, dada a ocasional ininteligibilidade de seus textos ("um gesto intelectual tão promissor quanto enigmático", na penetrante formulação de Habermas ¹³²). Contudo, também isso é um aspecto digno de conhecimento, inclusive para os alunos. Assim, a exegese continuada de Benjamin, reconhecendo os becos - ao menos para mim - de certas formulações obscuras, revela sempre os limites do professor, que é sempre interessante conhecer. Não obstante, a contribuição de Benjamin para um entendimento mais acurado do século XIX, no contexto do conteúdo programático da disciplina, justificava-se pela sua capacidade notável de catalizar temas e problemas presentes, mas dispersos, na história do século XIX.

A experiência continuada na disciplina "Sociologia I" levou a uma série de reflexões com relação aos aspectos de organização do curso e das disciplinas, que se desdobraram de modos variados. Vou indicar apenas alguns deles. Início transcrevendo uma carta que enviei aos colegas ao final de meu terceiro ano como docente:

Ao Prof. Sedi Hirano, Chefe do Departamento de Sociologia,
Aos membros do Conselho Departamental.

São Paulo, 30 de outubro de 1999.

Assunto: proposta de duas turmas experimentais e alternativas na disciplina "Sociologia I – Introdução às Ciências Sociais", no primeiro semestre de 2000.

Três professores do Departamento de Sociologia --- além de mim, Sylvia G. Garcia e Glauco T. Arbix --- serão responsáveis pela disciplina "Sociologia I" no primeiro semestre de 2000.

Esta carta é uma proposta para que, das 6 turmas que serão formadas, duas delas, sob minha responsabilidade (uma no período vespertino, outra no período noturno), desenvolvam um programa alternativo e *experimental*. Considerando que venho ministrando esta disciplina desde 1997, creio que, baseado na experiência acumulada nestes 3 anos, é momento propício para

¹³² J. Habermas, "O falso no mais próximo. Sobre a correspondência Benjamin/Adorno" in Novos estudos, no. 69, jul. 2004, p. 39.

desenvolver um trabalho diferente no âmbito da disciplina, que gostaria de submeter à apreciação e julgamento dos colegas membros do Conselho Departamental.

Dito de maneira sucinta, a proposta pretende manter o conteúdo atual da disciplina, que vem sendo ministrado já há vários anos, mas pretende trabalhá-lo de maneira diferenciada. Ao invés de basear-se em uma seleção de vários textos, de variados autores, e partir dessa seleção desenvolver o conteúdo programático, a proposta que apresento limita-se a selecionar um único texto e, a partir dele, desenvolver os temas da disciplina.

A tomada de posição pela leitura de um único texto baseia-se na constatação que, via de regra, os alunos do Bacharelado em Ciências Sociais lêem muito poucos livros integralmente ao longo do curso. Usualmente, as disciplinas, na sua seleção de leituras --- obrigatórias e complementares ---, indicam capítulos de livros, ou fragmentos outros, ou artigos científicos, baseando seu trabalho raramente na leitura de livros inteiros. As razões para tanto são variadas e não cabe aqui esmiuçar o ponto. Interessa, sim, realçar o fato de que, como resultado final, estamos diplomando bachareis que leram muito poucos livros integralmente --- certamente menos de dez! --- como requisito regulamentar no nosso curso. Por conta deste fato, julgo que a disciplina "Sociologia I" pode e, no atual contexto, deve tomar posição frente ao problema e, ponderando acerca da questão, julgo que é plenamente possível --- como uma *experiência* a ser testada --- formatar a disciplina baseando-a, no que diz respeito às leituras, em um único livro, e insistindo na leitura integral da obra selecionada. Entendo que isto trará, logo de início ao aluno ingressante no curso, uma experiência que é fundamental para o cientista social, que é a leitura de livros (embora possa parecer desnecessário chamar a atenção para tal fato...).

Tendo meditado já há algum tempo sobre que títulos poderiam ser especialmente adequados para tal seleção, cheguei à conclusão que o livro de Ulrich Beck, A sociedade de risco. No caminho para uma outra modernidade, cumpre satisfatoriamente vários requisitos que julgo importantes e que se adapta ao conteúdo já tradicional da disciplina.

1. O livro é instigante e provocativo, tendo elementos que facilitam o despertar dos alunos para os problemas tradicionalmente discutidos pela sociologia.
2. O livro não é uma obra difícil, situando-se em um registro de elaboração intelectual, teórica analítica que é compatível com o aluno ingressante no curso.
3. O livro permite desenvolver o conteúdo programático tradicional da disciplina (vide anexos I e II).
4. O livro, embora tenha sido publicado em 1986, continua tão atual quanto na época de seu aparecimento e deflagrou um debate considerável no campo da sociologia, que continua até o presente.
5. O livro, escrito originalmente em alemão, encontra-se disponível em tradução para a língua inglesa (Risk Society).

Sobre este último ponto cabe um comentário mais detido. Selecionei propositadamente um livro que necessite ser lido em inglês, porque tenho a convicção de que se trata de uma exigência fundamental na formação do cientista social e que isto não está sendo contemplado no nosso curso. No estado atual das ciências sociais, quem não é capaz de ler textos em língua inglesa está, pura e simplesmente, fora do campo, isto é, não tem condições mínimas de entender o que se passa no âmbito disciplinar. Embora haja outras línguas importantes, e sem desmerecer nenhuma delas --- inclusive a nossa ---, é preciso enfatizar que ler textos em inglês é atividade cotidiana do cientista social, sem o que ele não estará, via de regra, apto a desenvolver adequadamente as múltiplas atividades que se abrem para os egressos do nosso curso. Portanto, julgo que cabe ao curso, e suas várias disciplinas, estimular a leitura em língua estrangeira, e que os alunos devem ser alertados e treinados para tanto desde o início do curso. Como costume dizer aos alunos refratários à exigência da leitura em inglês, a ilusão não é exigir deles que leiam textos em língua estrangeira, mas sim imaginar que podem se formar cientistas sociais sem o fazer. Cabe, pois, enfrentar de frente a questão, e não fingir que ela não existe.

Gostaria de enfatizar que não se trata, absolutamente, de uma proposta elitista, que beneficia os alunos que já são capazes de ler textos em inglês, por terem tido anteriormente melhores condições de estudo etc. Em sentido radicalmente oposto, minha proposta quer combater essa diferença. Ela é *inclusiva*, e não *exclusiva*. Entendo que todos devem estar habilitados a ler textos em inglês, e se há os que não estão, é tarefa e desafio, dentro do possível, reverter tal quadro, em favor da universalização da habilidade. Como aprendi com um de meus professores, neste

Departamento, só se justificam as diferenças que estão postas em favor dos que se encontram em situações desprivilegiadas e de carência (Rawls). Ignorar a injustiça da diferença existente significa, de fato, contribuir para sua manutenção.

A proposta que apresento ao Conselho Departamental, portanto, é que me autorize a conduzir as duas turmas (vespertina e noturna), que me caberão no primeiro semestre de 2000, segundo a versão alternativa do programa, baseada no livro de Beck, que deverá ser lido e discutido integralmente ao longo do semestre. Como se trata de uma *experiência*, comprometo-me a apresentar, ao término do semestre, um relatório ao Conselho Departamental, expondo e discutindo os resultados da experiência e avaliando-a. Sugiro, ainda, que o Conselho, caso julgue pertinente, indique algum/a colega para acompanhar a experiência e poder relatar de maneira não viciada ao Conselho os resultados.

Dentre os aspectos mais funcionais que precisariam ser adotados para a realização da proposta, cabe destacar que as turmas sob a responsabilidade dos outros dois colegas permaneceriam no formato tradicional --- a não ser que o Conselho julgue a proposta estimulante o suficiente para ser implantada experimentalmente nas 6 turmas. Caso trabalhemos com o esquema 4 turmas tradicionais mais 2 turmas experimentais, creio que deve ser deixado aos alunos, no início do curso, a opção de escolha da modalidade. Isto supõe, claro está, que seria necessário que um número mínimo de alunos --- caberia ao Conselho determinar quantos --- escolha o programa alternativo; caso contrário, eu retornaria ao programa tradicional.

Naturalmente, sou inteiramente receptivo às sugestões e comentários de todos. Colocando-me à disposição do Conselho, na expectativa de sua compreensão,

Com as mais cordiais saudações acadêmicas,

Leopoldo Waizbort

Anexo I Conteúdo da disciplina "Sociologia I"

- A. Diagnóstico do nosso tempo
 - A.1 Modernidade e sociologia
 - A.2 A emergência do indivíduo moderno
- B. A descoberta da sociedade
 - B.1 A cidade moderna e a pobreza
 - B.2 A questão social
 - B.3 Classes sociais e conflito social
- C. Ordem e desordem, emergência da sociologia
 - C.1 Tradição, valores e ordem moral
 - C.2 Ciência e desordem: crítica
- D. A sociologia como ciência
 - D.1 Divisão do trabalho, solidariedade e ordem social
 - D.2 Racionalidade e desencantamento
- E. O triunfo da racionalidade técnica e o desvario da razão
 - E.1 Racionalidade, história e liberdade
 - E.2 Racionalidade e progresso

Anexo II Conteúdo do livro A sociedade de risco, segundo seu índice

Parte I: Sobre o vulcão civilizatório: os contornos da sociedade de risco.

Cap. 1: Sobre a lógica da repartição da riqueza e da repartição dos riscos.

Cap. 2: Teoria política do conhecimento da sociedade de risco.

Parte II: Individualização da desigualdade social --- sobre a destradicionalização das formas de vida da sociedade industrial.

Cap. 3: Para além da classe e do estrato.

Cap. 4: Eu sou eu: sobre o um-sem-o-outro, o um-com-o-outro e o um-contra-o-outro dos gêneros dentro e fora da família.

Cap. 5: Individualização, institucionalização e estandardização das situação de vida e dos padrões de biografia.

Cap. 6: Desestandardização do trabalho: sobre o futuro da formação profissional e da ocupação.

Parte III: Modernização reflexiva: sobre a generalização da ciência e da política.

Cap. 7: A ciência para além da verdade e do Iluminismo? Reflexividade e crítica do desenvolvimento científico-tecnológico.

Cap. 8: Libertação da política: sobre a relação do comando político e da mudança técnico-econômica na sociedade de risco.

Essa proposta foi o resultado propositivo e prático de minha reflexão sobre o trabalho na disciplina em 1997-99; para meu pesar, não foi aceita pelo Departamento. Outra atividade ligada à disciplina, embora indiretamente, foi a organização, em conjunto com Sylvia Garcia, do Simpósio “A Universidade e as Ciências Sociais hoje”, ocorrido em 1999. Embora não tivesse como objetivo discutir a disciplina, pretendia contribuir para uma compreensão mais abrangente do curso e, nesse sentido, foi para mim um resultado da experiência com a disciplina e sua inserção no curso. Por fim, para encerrar o capítulo "Sociologia 1", cabe mencionar uma outra atividade que, embora não diretamente ligada à rotina da disciplina, tinha também ela como pano de fundo. Trata-se da implementação, em novembro de 1997, da "Comissão de Estudos e Avaliação das disciplinas do Curso de Ciências Sociais, ministradas pelo Departamento de Sociologia". Durante cerca de 3 anos coordenei essa Comissão, também conhecida informalmente como "Ouvidoria" do Departamento. Essa Comissão desenvolveu um trabalho que é preciso denominar hercúleo, ouvindo todos os docentes do Departamento: indagávamos sobre seu entendimento do Curso, sua avaliação do Curso (disciplinas, organização etc.) e suas sugestões para seu aprimoramento e melhora. Todo o material foi gravado e qualificado, com vistas a um relatório final que apresentasse de modo organizado para o próprio Departamento a visão que tinha do Curso e de sua participação e papel na graduação em Ciências Sociais. Apesar da imensa riqueza dos materiais levantados - e na verdade em virtude dela - jamais foi possível redigir um relatório final, que sistematizasse e apresentasse a multiplicidade de pontos de vista do corpo docente. Esse é um ponto crítico, que merece sempre reflexão, embora pessoalmente eu nunca tenha conseguido formulá-la de modo minimamente satisfatório. Trata-se da dificuldade em se estabelecer um consenso de base, uma espécie de mínimo denominador comum,

com relação à sociologia e, a partir disso, de como deve ser o seu ensino e o papel das disciplinas de sociologia no bacharelado em ciências sociais. Ilustrativo é, ao menos para mim, o debate continuado e sempre amigável que mantive com um colega da Comissão, que advogava sempre por uma definição do que julgávamos que deveria ser um cientista social para o século XXI. O que implica visões diferentes e muitas vezes divergentes da sociologia, ponto nevrálgico onde os deuses se degladiam. Com o gigantesco processo de diferenciação interna da disciplina, torna-se cada vez mais difícil o estabelecimento de mínimos comuns, sem que segmentos diferenciados sejam excluídos. Por essa razão, minha posição nesse assunto procura conjugar mínimos comuns e máximos incomuns. Explico-me: creio que a história da disciplina pode oferecer um mínimo comum, pois a disciplina não pode renegar sua história, sob pena de desintegrar-se (dada que sua integração é, desde sempre, problema). Dessarte, podemos encontrar na história da disciplina certos mínimos que podem ser tomados normativamente como comuns - penso p. ex. no que se convencionou subsumir sob a rubrica do "clássico", sejam os autores, sejam os temas e problemas.¹³³ No pólo oposto, o máximo incomum: os extremos do processo de diferenciação intra-disciplinar, onde se revela de modo mais tenso o embate com a experiência contemporânea: com as formas e deformações concretas de mundo, vida, existência, pensamento e reflexão.

Como quer que seja, ou tenha sido, os estudos da "Comissão de estudos" ficaram inconclusos, mas não deixaram de oferecer subsídios para as discussões, sempre repostas, do Projeto Acadêmico do Departamento, das Diretrizes Curriculares e dos Currículos de Sociologia.¹³⁴ Mas, para mim ao menos, facultou sobretudo uma visão muito mais acurada das múltiplas visões do corpo docente acerca do curso e da disciplina, e da impossibilidade de quaisquer consensos com relação a eles, sem que alguma das partes envolvidas se sinta diminuída ou mesmo negada.

Em paralelo a essas atividades e de certo modo ainda a elas ligado, conduzi, por alguns anos, em conjunto com uma colega, um grupo informal de discussão sobre a universidade: sobre a situação contemporânea da universidade em geral e da USP em particular. Ao longo do tempo lemos e discutimos uma série de trabalhos com um grupo de alunos; um dos resultados coletivos mais concretos do grupo foi o mencionado Simpósio "A Universidade e as Ciências Sociais hoje". Esse conjunto de atividades, que vinculo aqui, de algum modo, ao trabalho docente na disciplina "Sociologia 1" - vínculo que diz respeito ao modo como atuei em meus primeiros anos como docente nesta Faculdade - explica-se também pela dificuldade em conseguir fazer frente a uma nova

¹³³ Embora isso incorra em uma ênfase na dimensão de identidade histórica da disciplina, cf. as indicações dadas na parte de 1998 deste Memorial.

¹³⁴ Assim ao menos foi entendido por uma colega, em parecer sobre meu primeiro relatório dirigido à CERT-USP, em 1999.

situação profissional. Ao me submeter, pela segunda vez, em dezembro de 1997, a um processo seletivo, visando sair da vaga temporária em que havia sido contratado e passar para uma vaga definitiva, uma observação de um membro da banca me marcou bastante: a examinadora, Nadya Guimarães (que à época ainda não era minha colega de Departamento) disse que a USP havia sido, no ano em que eu estava trabalhando aqui, antes uma "madrasta" do que uma "mãe".¹³⁵ Ao invés de acolher e proteger, a universidade teria exigido tanto do recém-ingressante, que a ela - a examinadora - o papel desempenhado pela Usp parecia o da madrastra malvada (alma mater, como se usa dizer).

A formulação, como disse, me marcou; ela é ao mesmo tempo verdadeira e falsa. De certo modo, vejo a mesma cena repetir-se ao longo dos anos, com novos colegas ingressantes no departamento - e nesse sentido talvez não seja uma experiência apenas individual.

Antes de mais nada, é preciso reconhecer a falsidade daquela suspeita: fui muito bem recebido pelo Departamento de Sociologia, de um modo que não deixou a menor dúvida quanto ao respeito e interesse por mim e por meu trabalho. A maior prova disso é a minha candidatura, neste momento, à titulação - que somente é possível devido ao apoio constante e decisivo do Departamento e de meus colegas. A acolhida que recebi e que usufruo desde então não merece reparo algum.

Entretanto, há algumas dimensões em que o outro lado aparece, e que menciono para indicar algumas dificuldades que enfrentei. Todas elas talvez decorrentes do fato de entrar em um departamento muito forte e respeitado. Para aquele que chega, a acomodação ao andamento vigente é sempre complexa: há uma aprendizagem constante das dinâmicas e estáticas do departamento, da faculdade e da universidade; há o contato mais ou menos intenso com os colegas; há a passagem da posição de aluno para a de colega (como tratar o ex-professor: como professor, como ex-professor ou como colega?); há a relação com os alunos - e, ao lado disso tudo: há que começar uma nova e decisiva etapa de pesquisa e publicações, em paralelo com uma exigente atividade docente.¹³⁶ Cada um desses aspectos pode ser mais ou menos complexo e de equacionamento mais ou menos fácil; todos em conjunto e ao mesmo tempo é algo certamente difícil. O período de entrada e de acomodação no departamento é um momento crítico e é isso que explica, em minha ilusão autobiográfica, o envolvimento duradouro e intenso com as questões do departamento e da universidade; o afastamento (mas não abandono!) dessas questões marca a passagem dessa etapa

¹³⁵ Essa menção permite um esclarecimento. Prestei concurso para vaga no Departamento de Sociologia em três diferentes ocasiões, sendo duas delas processos seletivos e uma concurso público (efetivação). Em fevereiro de 1997, processo seletivo para uma vaga temporária; em dezembro de 1997, processo seletivo para uma vaga normal e em abril de 1998 concurso público para provimento de cargo. Nadya Guimarães participou das bancas dos dois processos seletivos, o que lhe facultou emitir o juízo mencionado.

¹³⁶ O uso de "paralelo" é especialmente sugestivo, em se considerando que paralelas nunca se encontram.

(em minha cronologia, no ano 2000). Só a partir de então pude desenvolver novamente uma pesquisa de maior fôlego, que resultou na tese de livre-docência (a pesquisa iniciou-se em 2001; a tese foi defendida no final de 2003).

Retomando a linha da atividade docente e deixando para trás o complexo "Sociologia 1" (1997-2003), passo às disciplinas que ministrei, desde minha admissão, nos segundos semestres ("Sociologia 1", como disciplina inicial, é sempre ministrada no primeiro semestre do ano). Nesse domínio usufruí, desde o início, de uma grande liberdade - que pude aquilatar de imediato e ao longo dos anos, vendo o que ocorria com os colegas que ingressaram posteriormente. Assim, credenciei imediatamente uma disciplina omnibus - no sentido de propor um programa geral, que permitia modulações bastante diversas -, "Sociologia e o processo do moderno". Em 1997, modeliei a disciplina com vistas a estudar a obra de Norbert Elias: "Norbert Elias: uma introdução no centenário de seu nascimento". Como se vê, tratava de cumprir o Plano de trabalho, inteirando-me de um autor que queria há muito estudar - desde os tempos do mestrado, quando descobri Ueber den Prozess der Zivilisation na biblioteca do Goethe Institut. Em 1997, o centenário de nascimento de Elias oferecia um pretexto para um mergulho na obra, que li com ímpeto - com os alunos, li sua principal obra e alguns outros textos menores. Nesse domínio era possível conjugar docência e pesquisa, e naquele mesmo ano organizei duas mesas-redondas sobre Elias, uma na Usp, outra na Anpocs, além de me candidatar e ser aceito para participar do colóquio em homenagem ao sociólogo organizado por seus amigos em Amsterdam. As duas mesas foram muito bem sucedidas e da segunda originou-se o Dossiê Norbert Elias, publicado em 1999 (2a. ed. 2001). Já a ansiada participação no colóquio holandês gorou, por dificuldades de financiamento e afastamento. Apesar disso, o envolvimento com Elias rendeu algumas traduções e publicações e, passados alguns anos, pude organizar com um colega uma coletânea de textos seus.

No segundo semestre de 1998 fiz minha entrada na pós-graduação, como docente responsável pela disciplina "Introdução a Niklas Luhmann ou: sistemas sociais e semântica social", que ministrei em conjunto com um colega do Departamento de Ciência Política, Cícero Araújo. Se Elias era um autor fácil de ler e entender, o mesmo não se pode dizer de Luhmann: a proposta de lermos por inteiro Soziale Systeme (Sistemas sociais) foi um desafio que só pode ser vencido em uma disciplina com dois professores e dois alunos, um autêntico "Privatissimum", como aqueles que Simmel ministrava em sua casa para alunos selecionados, cerca de cem anos antes. E se hoje considero Elias um autor interessante, mas menor, o mesmo não posso dizer de Luhmann: apesar da dificuldade em dominar seu pensamento, minha admiração por sua sociologia, e em especial pelos estudos sobre estrutura social e semântica, é persistente. Quando, no segundo semestre de 1999, fui novamente ministrar a

"Sociologia e o processo do moderno", transformei a disciplina em "Sociologia do amor ou 'What is this thing called love'", e estudamos com afinco Liebe als Passion (O amor como paixão). Ao preparar a disciplina, tive a sorte de encontrar uma boa simplificação da análise absolutamente brilhante, mas não menos complexa, de Luhmann: um quadrinho que compreendia o amor como meio de comunicação simbolicamente generalizado.



Em meio aos solipsismos de Alter e Ego, o meio de comunicação simbolicamente generalizado "amor" (o terceiro que traduz) possibilita a comunicação. Apesar disso, os alunos sentiram a dificuldade e traduzi, para tentar consolá-los, o texto de Luhmann "Ciência incompreensível.

Problemas de uma linguagem própria à teoria”. O Leitor pode ter notado, na parte anterior deste memorial, a presença discreta de Luhmann, atestando a frequência contumaz.

A sociologia do amor ofereceu também ocasião para contemplar a sociologia do risco de Ulrich Beck, em sua instigante formulação acerca do amor e da intimidade, Das ganze normale Chaos der Liebe (O caos absolutamente normal do amor). Assim, limitando-me a ler, durante o semestre, praticamente apenas esses dois clássicos contemporâneos da sociologia do amor, cumpria também, com alguma variação, aquela proposta experimental para a "Sociologia 1". Na verdade, ao longo dos anos, pelas razões aventadas naquela carta reproduzida acima, venho me empenhando em ler livros por inteiro nas disciplinas que ministro, para oferecer uma espécie de contrapeso à tendência, mais geral no curso de ciências sociais, de se ler capítulos ou artigos.

Já no segundo semestre de 2000, sob a rubrica disciplinar da "Sociologia da literatura" (pois por problemas burocráticos assim foi preciso), ministrei a "Sociologia da dança", na qual uma vez mais Elias ocupou um papel importante, por meio de sua discípula Gabriele Klein. Entretanto, o mais significativo, nessa disciplina, foi a oportunidade inicial de enfrentar o problema da mimese - pois o fulcro do programa entendia a dança como uma atividade mimética. Nesse sentido, pude pela primeira vez encaminhar um complexo de indagações que havia formulado inicialmente com respeito a Ravel. Reproduzo um pequeno trecho da ementa da disciplina:

Esta pretendida sociologia da dança insere-se em um nexo de pesquisa mais amplo, que venho tateando mais detidamente desde "Ravel no céu" (in: A ousadia crítica. Ensaios para Gabriel Cohn. Londrina, EDUEL, 1998, pp. 351-373). Trata-se de pensar uma teoria da mimese, mas não como construção da teoria propriamente dita, e sim através de aportes específicos, que convergem para uma teoria geral da mimese. Nesse sentido, venho desenvolvendo modelos singulares do problema, tal como o mencionado "Ravel no céu", como a "sociologia do amor" oferecida no segundo semestre de 1999, como a sociologia do paraíso, contígua àquelas duas anteriores, como as investigações acerca do processo da abstração pictórica, como o trabalho --- que será apresentado na Anpocs em outubro --- "o beijo dos amantes". Outros modelos deverão seguir-se. Na incapacidade de constituir a construção do conceito, opto por análises singulares, na esperança de, em algum momento, conseguir formar uma montagem, mediada, como pretendia certa teoria, da coisa.

Em paralelo a essas atividades, vinha tentando trabalhar a mimese como categoria sociológica - tema alentado no plano inicial -, uma espécie de rastilho deixado pela estadia em Berlim, durante o período do doutoramento. Meu orientador alemão era um dos expoentes da "antropologia histórica" (peço desculpas por não reconstruir o que significa isso no contexto alemão) e um de seus

parceiros intelectuais - com o qual fiz um rápido pós-doutoramento no inverno europeu de 2000-2001 - escrevera um livro sobre mimese e sociedade que circunscrevia um nexos de problemas e conceito que tinha grande interesse em esmiuçar. Como se pode averiguar, "mimese e sociedade" fora um dos tópicos arrolados no Plano de trabalho inicial, e agora surgira o ímpeto e a oportunidade para tentar avançar nessa direção.

Interlúdio

Há poucos dias, em uma reunião dos professores do PPGS com colegas que realizavam uma missão de avaliação para a Capes, voltaram à tona assunto, enfoque e terminologia que têm aparecido com frequência em conversas e reuniões do Departamento de Sociologia e de seus membros. Trata-se da oposição de "jovens" e "os mais velhos".

Sem poder explorar a fundo o problema que se delineia, que exige mãos delicadas, pretendo somente aventar alguns elementos que facultem à banca situar o candidato em meio ao seu Departamento, isto é, aos colegas que lhe dão carne e osso.

Naquela mesma reunião, foram ditas algumas coisas sobre o candidato; duas delas gostaria de reter e reproduzir:

"Ah, quer dizer que o Leopoldo tem dupla inserção!"

"Leopoldo já vai fazer concurso para titular."

Em meu entendimento, uma boa compreensão dessas duas afirmações requereria uma tomografia (uma radiografia, como se costumava dizer, já não basta) completa do Departamento, o que evidentemente não estou em condições de fazer. Desejo apenas sugerir alguns elementos, sem maiores pretensões.

Em primeiro lugar, cabe notar que a oposição mencionada é operada, o mais das vezes, deixando implícito o par de oposição, ou seja, fala-se dos "jovens" do Departamento com vistas a identificar um grupo, mas não a estrutura da qual ele depende e o significado que ele possui, que é de caráter contrastivo e relacional. Um encaminhamento possível é indagar: quem fala dos "jovens"? E a resposta é fácil: embora não se saiba quem formulou pela primeira vez o rótulo de identificação, o discurso sobre os "jovens" é operado por um grupo de professores de contornos relativamente claros, cujo centro de gravitação é o subgrupo, por assim dizer, dos professores titulares. E é redundante, para um sociólogo, lembrar que o ato de nomear é prerrogativa de uma posição de

poder e que são os mais fortes - "os agentes que definem as normas, as perspectivas, as tarefas", para citar o último número da revista do Departamento - que nomeiam os outros "jovens".¹³⁷ Imaginemos, a título de esclarecimento, um quadro que elencasse o conjunto dos professores do Departamento (atualmente somos 29); ele seria mais ou menos assim, ordenado por ano de nascimento:¹³⁸

ano do nascimento	ano do doutoramento	idade ao doutorar-se	ano da livre-docência	ano da titulação	ano do ingresso no departamento
1942	1973	31	----	----	1973
1944	1985	41	2001	2006	1986
1944	1987	43	----	----	1969
1945	1987	42	----	----	1969
1945	1978	33	1986	1992	1989
1946	1979	33	1995	2004	1974
1947	1989	42	----	----	1980
1948	1986	38	2000	2005	1988
1949	1988	39	1997	2004	1997
1949	1995	46	2006	----	1997
1949	1983	34	2002	2008	1999
1951	1992	41	----	----	1989
1952	1984	32	1996	2004	1986
1956	1996	40	2009	----	1982
1958	2003	45	----	----	2008
1959	1998	39	----	----	2000
1959	1997	38	----	----	1993
1962	1997	35	----	----	1993
1962	1996	34	----	----	2004
1964	2003	39	----	----	2004
1965	2002	37	----	----	2006
1965	2003	38	----	----	2004
1965	1996	31	2003	----	1997
1966	2003	37	----	----	1999

¹³⁷ Cf. A. Gorz, "O envelhecimento" in *Tempo Social*, vol. 21, jun. 2009, p. 23.

¹³⁸ As fontes utilizadas foram a Secretaria do Departamento de Sociologia e a Plataforma Lattes do CNPq.

ano do nascimento	ano do doutoramento	idade ao doutorar-se	ano da livre-docência	ano da titulação	ano do ingresso no departamento
1969	2004	35	----	----	2009
1969	2000	31	----	----	2003
1971	2005	34	----	----	2006
1971	2001	30	----	----	2004
1972	2002	30	----	----	2003

Esse quadro, que poderia ter se inspirado na célebre e muito criticada "Kunstgeschichte ohne Namen" ("história da arte sem nomes"), permite visualizar alguns traços por assim dizer morfológicos do corpo docente do Departamento, alguns dos quais gostaria de destacar e comentar, como disse sem maiores pretensões, em caráter exploratório e sujeitos a um exame posterior mais aprofundado.¹³⁹ Cabe ressaltar, antes de mais nada, a ausência de qualquer juízo valorativo ou de mérito quanto ao desenvolvimento das carreiras individuais, carreiras que somente podem ser compreendidas por meio de uma análise que contemple cada uma delas, respeitando tanto suas particularidades e contingências, como suas facilidades e impedimentos, pessoais e institucionais, materiais e simbólicas.

Por motivos que não é o caso de reconstituir diria que, atualmente, o núcleo forte - porque plenamente estabelecido intelectual, institucional, identitária e academicamente - do Departamento de Sociologia é composto por colegas nascidos na década de 1940 e que se inseriram na vida acadêmica presenciando, de algum modo, 1968. Olhando para o corpo docente atual do Departamento, o fato do grupo de titulares ser nascido na década que vai de 1944 a 1952 sugere todo um arranjo institucional e de carreiras pessoais, que poderia provavelmente ser rastreado em seus memoriais.

Creio ser razoável considerar uma certa homogeneidade geracional no conjunto dos professores titulares e seus coetâneos (homogeneidade que, evidentemente, vai se diluindo quanto mais de perto contemplarmos as carreiras e vidas de cada um deles).¹⁴⁰ De todo modo, no que diz respeito aos titulares, o intervalo de 9 anos de diferença entre o mais velho e o mais novo, assim como o fato de terem todos se doutorado entre 1978 e 1988, e por fim o fato de alcançarem a titulação

¹³⁹ Tais considerações são pautadas por uma perspectiva interna ao Departamento e, além disso, não desenvolvem os nexos históricos que contribuem de modo decisivo para explicar a presente situação. A superação dessa dupla limitação exigiria um estudo autônomo, além dos limites deste Memorial.

¹⁴⁰ Cf. K. Mannheim, "Das Problem der Generationen" (1928) in Mannheim, *Wissenssoziologie*. Org. K.H. Wolff. Berlin/Neuwied, Luchterhand, 1964, pp. 509-565, p. ex. p. 536; assim como E. Liebau, "Generation" in C. Wulf (org.), *Vom Menschen. Handbuch Historische Anthropologie*. Weinheim/Basel, Beltz, 1997, pp. 295-306.

praticamente todos juntos, entre 2004 e 2008 (com uma única exceção), permite visualizar no grupo uma certa homogeneidade de carreiras.

Há, como seria de se esperar, uma variedade de trajetórias; há os que, desde o doutorado, cumpriram mais rapidamente todas as etapas da carreira docente; há os que se doutoraram mais tarde, o que sugere atividade anterior à decisão pela vida acadêmica ou mesmo pelo campo disciplinar.

De todo modo, o conjunto atual de 7 professores titulares forma um grupo, que a titulação distingue, mas que contém outros traços de identidade comum. E há, evidentemente, aqueles que, pertencentes ao mesmo grupo etário, não prolongaram a carreira acadêmica para além do doutorado, por razões que não cabe aqui aventar e que dizem respeito àquelas particularidades, contingências etc. que mencionei há pouco.

Considerando hipoteticamente que a titularidade pode oferecer um indicador praticável na organização dos grupos etários, podemos observar que com os nascidos a partir 1953 temos potencialmente um novo grupo, cujo acesso à titularidade não se consumou ainda. Proponho reunir os colegas nascidos entre 1942 e 1952 em um grupo, cujo centro é formado pelos atuais professores titulares do Departamento, ao redor dos quais temos as diferentes trajetórias sugeridas. O intervalo de 10 anos nos nascimentos comporta uma variação de 15 anos na idade de doutoramento, 16 na livre-docência e 15 na titularidade (contando, evidentemente, apenas aqueles que obtiveram os mencionados títulos ¹⁴¹). Como seria de se esperar em um grupo de professores universitários, temos todas as possibilidades, desde os que se doutoraram apenas, passando pelos que permanecem livre-docentes e chegando aos que obtiveram a titularidade. Creio que podem ser designados como uma geração, pois viveram uma situação bastante similar na universidade, além de terem sido alunos dos mesmos professores.

Um segundo grupo, um grupo verdadeiramente intermediário, é aquele formado pelos colegas nascidos entre 1953 e 1961. Ele é o mais amorfo, tanto por ser mais restrito numericamente (são apenas quatro), como por apresentar trajetórias variadas. Todos doutoram-se sem grandes diferenças de idade, mas também aqui encontramos exceções.

Já o grupo dos nascidos nos anos 1960 parece-me ser um grupo mais homogêneo, e formar uma geração. Composto por 9 membros, à diferença do grupo inicial (13 membros), ele pode ser

¹⁴¹ A livre-docência e titularidade "precoces" de um colega elevam esses números. Se o excluirmos do balanço, o intervalo na obtenção da livre-docência baixa de 16 para 7 anos e da titularidade de 15 para 4. Esses números parecem reforçar o caráter de exceção do mencionado colega face a seus colegas de geração, assim como, por outro lado, reforça a homogeneidade do grupo. Evidentemente isso tem uma explicação, que exigiria avançarmos pelo domínio que deixo aqui de lado, pela magnitude da empreitada: o exame das carreiras individuais (somente isso pode explicar a especificidade das carreiras e titulações).

designado, creio, como uma geração não somente pela idade relativamente comum, mas também porque todos foram mais ou menos contemporâneos da mesma pós-graduação, tendo se conhecido como estudantes ou pós-graduandos - embora haja, como sempre, exceções. Assim, nascido em 1965, conheci todos os colegas - com uma exceção - durante os anos de mestrado e doutorado, tendo compartilhado com eles as diversas experiências de aluno de pós-graduação e, a seguir, de docente.

Esse grupo revela, de modo evidente, a reconhecida endogenia do Departamento, dado que todos (exceto um) doutoraram-se no PPGS. Todos obtiveram o título entre 1996 e 2004, entre os 31 e os 39 anos,¹⁴² embora haja diferenças significativas de percurso. Um outro elemento unificador desse grupo é o fato de termos sido alunos dos professores do grupo principal e também de um professor do grupo intermediário (pois apenas um professor do grupo intermediário era docente à época em que estudávamos).¹⁴³

Por fim, há um grupo que reúne os três colegas mais jovens, já nascidos nos anos 70 e que revelam a clara tendência de uma geração que se doutora mais cedo e que provavelmente realizará uma progressão mais rápida na carreira, caso as condições objetivas e subjetivas o permitam.

Minha situação parece-me clara em meio aos colegas da geração de 60, com a peculiaridade de ter sido o primeiro a realizar a livre-docência, o que acabou por me colocar em posição singular, não somente face aos meus coetâneos, mas também em comparação com os colegas nascidos nas décadas de 40 e 50 e que não haviam obtido a livre-docência, ou ainda não a obtiveram.

Embora não tenha sido, dentre os colegas de geração, o primeiro a fazer parte do corpo docente do Departamento, apareço aos olhos dos colegas - tanto quanto percebo - como o mais "velho" do grupo, uma velhice que não diz propriamente respeito nem à idade, nem ao momento de entrada no Departamento, mas à conjugação desses dois elementos com a obtenção "precoce" do título de livre-docente. (Os colegas nascidos na década de 1950, independentemente do momento de entrada no Departamento, não são considerados "jovens".)

Por outro lado, como o grupo intermediário (dos anos 50) não teve nenhum livre-docente até muito recentemente, isso reforçou tanto o caráter de um grupo intermediário, como a minha evidência como "velho" ou "precoce", dependendo da perspectiva, que de todo modo me diferencia dos "jovens". Um outro modo como isso aparece é na percepção da minha posição como de "dupla

¹⁴² Por outras palavras: nascidos em um intervalo de 8 anos, doutoraram-se mais ou menos com a mesma idade, reproduzindo o mesmo intervalo nas datas de doutoramento.

¹⁴³ A distribuição do corpo docente por década de admissão no Departamento é a seguinte: anos 1960, dois professores; anos 70, dois professores; anos 80, sete professores; anos 90, sete professores; anos 2000, onze professores. Esses números revelam com nitidez a enorme renovação do quadro docente nos anos 2000 (ou seja: 38% do Departamento atual foi admitido nos anos 2000 e se considerarmos as duas últimas décadas, 62%). Em tempo: para evitar confusões, utilizo década do ano zero ao nove.

inserção", tanto no grupo dos mais jovens, como no dos não mais jovens (a juventude referindo-se a um misto de idade e tempo de permanência no Departamento). Outra forma da questão é a ambiguidade de minha posição, entre os "mais velhos" e os "jovens" e/ou "mais novos". Isso poderia indicar uma "posição inter-geracional", uma espécie de operador da passagem entre os dois grupos principais. É o que parece ocorrer em certas dimensões.

Ademais, essa imagem de elemento inter-geracional é uma estratégia para desafogar o grupo intermediário e o grupo dos anos 60, diluindo um pouco as diferenças entre os colegas das décadas de 50 e 60 e quase sugerindo, pelo registro da titulação, uma aproximação com o grupo dos anos 40. Assim, eu seria uma "ponte". Para a dinâmica do grupo mais amplo, do grupo que congrega todos os docentes, a posição de ponte ou passagem entre grupos geracionais principais é revestida de relativa importância, desde que se considere que cesuras geracionais são complexas e podem inclusive ser traumáticas para a vida acadêmica e institucional - fenômeno que creio poder ser percebido, em alguma medida, em outros departamentos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, senão mesmo na história pregressa deste Departamento, em virtude das cassações.

Ao par disso, a minha livre-docência em 2003 e a presente candidatura à titularidade indicam, justamente, a chegada de uma nova geração a novas posições de legitimação acadêmica e institucional. A percepção de que represento uma passagem geracional talvez seja um argumento a mais para justificar a caracterização dos professores nascidos na década de 1960 como uma geração. O fato de ter sido conduzido à Coordenação do PPGS, em 2007, foi várias vezes apresentado como a transição de uma posição de direção para alguém da nova geração, e tem sido recorrentemente verbalizado que os professores titulares - que monopolizaram o controle dessas posições por longo tempo (o que não significa necessariamente ocupar as posições, mas sobretudo definir quem as ocupa) - têm se preocupado em preparar a "nova geração" para assumir os cargos de direção do Departamento e do PPGS, e com isso eles uma vez mais não se referem aos colegas nascidos nos anos 50.

Vale destacar que os outros livre-docentes do Departamento são nascidos nas décadas de 40 e 50. Sua ascensão à livre-docência, e possivelmente à titularidade, representará menos uma passagem geracional, e mais a consumação de um período. No meu caso, não é isso o que ocorre, e a presente candidatura é investida de uma carga simbólica peculiar - que é o que estou tentando fixar. Ela não consome nada, antes o contrário: ela abre um novo momento, e é de se esperar que em breve outros colegas da geração dos anos 60, e mesmo os nascidos no início dos 70, preparem-se e apresentem-se para o concurso de livre-docência.

*

Não sem temor escrevi e apresento os parágrafos acima, pois podem facilmente ser lidos sob uma perspectiva muito diversa da intentada por mim - e ninguém pode controlar jamais como os textos são lidos. O perigo diz respeito ao fato de que o quadro, e o que lhe sucede, trata de destinos individuais que foram esvaziados de história. Ele congela, nas datas, a superfície restrita de algo que possui profundidade histórica; embora não a anule por inteiro, apresenta-a mutilada.

Entretanto, creio que isso se justifica no presente contexto. Aqui, o que se pretende é sugerir a situação de um percurso individual em meio a outros, articulando de algum modo uma história individual a uma série de outras histórias individuais, o que somente seria possível operando uma redução. Desde que essas limitações sejam conscientes e assinaladas, isso me parece legítimo. De resto, a narrativa histórica opera sempre seleção e redução e se poderia mesmo dizer que escrever história é reduzir (e/ou ficcionalizar). Mas essa questão cabe aos historiadores. Sem contar que o problema dos sociólogos é ainda mais redutor que o dos historiadores. Na medida em que procuram estruturas e conceitos, operam o paradoxo que é característico dessa busca: uma generalização que é redução.

2

Como me tornei livre-docente e o que aconteceu depois

Creio que foi no ano 2000, em seu encontro anual, que a Anpocs decidiu elaborar um complemento, por assim dizer, dos livros que acabara de publicar em 1999 sobre "O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)", coleção de 3 volumes temático-disciplinares que pretendiam um balanço, de recorte temático-disciplinar, da ciência social feita no Brasil. A idéia era acrescentar um quarto volume à série, que tampasse algumas lacunas dos volumes anteriores, sem contudo fugir do espírito que os norteara.

Fato é que fui convidado pelo organizador da série para participar do projeto do volume complementar. Pelo que me foi dito na época, ele, o organizador, havia proposto, ao lado do núcleo forte do livro, a ser desenvolvido por autoridades reconhecidas em seus respectivos campos de investigação, uma espécie de extraprograma: três estudos sobre as influências estrangeiras na

antropologia, na ciência política e na sociologia nacionais. Esses três estudos, contudo, à diferença dos demais, deveriam ser escritos por jovens pesquisadores.

Notem o paradoxo: justamente os mais inexperientes deveriam dar conta de um tema que é mais complexo do que a série de balanços temáticos, que caberia aos mais experientes. Mas talvez essa fosse a única solução viável, pois o experiente não se meteria nessa fria e o inexperiente poderia entrar nela, seja por não atinar com o que lhe esperava, seja por querer a todo custo agarrar a prestigiosa oferta.

Deixo o leitor adivinhar qual das duas razões me moveu; fato é que aceitei fazer e tratei de dar tratos à bola de como iria descascar o abacaxi. Isso foi no início de 2001. Estava fora do país no inverno europeu de 2000-2001; ao retornar à pátria, em março de 2001, Sergio Miceli, o organizador dos volumes, me descreveu sucintamente o projeto e convidou-me para fazer a parte da sociologia. Outros dois colegas, da antropologia e de ciência política, já tinham sido informados, convidados - e aceito. Pedi algum tempo para pensar em como poderia propor a solução do problema; Sérgio disse que uma versão prévia do texto precisaria estar pronta em setembro daquele ano, para ser debatida na Anpocs em outubro.

Não tenham dúvidas de que atinei com a dificuldade da proposta, mas não a julguei impossível. Impossível seria, em meu juízo, falar em termos gerais das influências estrangeiras tout court na sociologia brasileira tout court. Não sei, até hoje, exatamente o quê Sérgio tinha em mente. De todo modo, ele agiu como sempre tenho testemunhado: dando total liberdade, ouvindo as propostas, palpitando, ocasionalmente com fervor, e, no final, deixando a pessoa fazer como quiser. Depois de alguns dias pensando no assunto, disse que topava fazer, mas que em meu entender o problema não poderia ser enfrentado em termos gerais (ao menos por mim), mas apenas por meio de um estudo de caso. Se a escolha fosse feliz, esse caso singular poderia iluminar e sugerir o problema mais geral. De todo modo, uma perspectiva global do problema me era inconcebível, pois tanto a sociologia brasileira é muitíssimo diversificada, como as possíveis influências, cifradas ou explícitas, eram infindas.

Minha proposta foi restringir o enfoque em um campo bastante restrito e, de certo modo, lateral. Lateral: a sociologia da literatura. Mas que, ao menos em meu juízo, aparecia como uma das grandes realizações da nossa sociologia da cultura. E mais: dentro da sociologia da literatura, propunha um enfoque comparativo, que mobilizava dois autores de peso, Raymundo Faoro e Roberto Schwarz. O enfoque me parecia, e ainda parece, interessante. Faoro, como autor de Os donos do poder, é responsável por uma das influentes "interpretações do Brasil", como se costuma dizer, e seu trabalho na área de sociologia da literatura é, de fato, uma espécie de complemento

daquele livro. Schwarz, por outro lado, escreveu uma interpretação sociológica dos romances de Machado de Assis que exerceu e exerce impacto na sociologia. O fato de ambos os autores escreverem sobre Machado de Assis, sob perspectiva sociológica e ao mesmo tempo, e além disso com enfoques diferentes, mas que apresentam pontos de contato, oferecia material privilegiado para um confronto de interpretações. Que Machado de Assis fosse o epicentro dos acontecimentos, só aumentava o interesse no assunto, tanto por ele ser conhecido de todos, como por ser considerado expressão significativa da cultura nacional.

Foi o que tentei fazer. E o confronto tomava por ponto de fuga o modo como cada um deles tratava algumas referências estrangeiras, sobretudo Georg Lukács e Erich Auerbach. Assim, seria possível aquilatar, se a análise vingasse, um caso exemplar de influência e invenção na sociologia brasileira dos anos 1970. Os dois autores estrangeiros estavam entranhados nas duas análises, modelavam-nas por dentro, e por isso mesmo, por serem muito internas, muitas vezes não aparecem com evidência imediata para o leitor. Haveria o trabalho de demonstrar essa presença interior, o que seria feito no próprio movimento de confronto das interpretações.

Mencionei que Sergio me propôs esse desafio quando voltava de uma temporada na Alemanha. Tinha feito um rápido pós-doutoramento - pois só poderia dispor dos meses sem aulas em São Paulo - com Christoph Wulf, companheiro de trabalho de meu antigo orientador alemão, Dietmar Kamper. Faço um rápido excursus sobre isso. Quando fui à Alemanha pela primeira vez, em 1993, como doutorando preparando tese sobre Georg Simmel, fui recebido por Kamper, um professor extremamente liberal, com o qual percebi não possuir grande afinidade intelectual e de pesquisa. Pretendia fazer um trabalho, digamos, de scholar, dentro das limitações que se colocam a essa pretensão para alguém vindo das condições de ensino e pesquisa de que eu vinha. Que tinha vantagens e desvantagens, ou por outra, que usufruía das vantagens do atraso. Foi isso que me possibilitou tentar uma interpretação geral da obra de Simmel, projeto que um scholar de verdade jamais alentaria. Mas como no Brasil não havia nada sobre o assunto, o diletantismo ocasional, no trato de temas espinhosos, ou a omissão de um ou outro aspecto ou tema relevante eram desculpados pelo fato de trabalhar em terra incógnita, ao menos para o ambiente local.

Portanto, embora tenha acompanhado vários seminários e aulas do orientador alemão e de seus assistentes, meu interesse estava totalmente fora daquele ambiente, na verdade no departamento de filosofia, onde encontrei três importantes pesquisadores de Simmel, e sobretudo nas bibliotecas. Assim, de certa maneira a estadia na Alemanha de 1993 a 1995 transcorreu longe do universo do orientador, que de resto não via problema algum nisso e facilitava tudo o que estava ao seu alcance.

Fiz o que achava que devia e queria fazer, voltei ao Brasil, defendi a tese, prestei concurso, fui contratado, passei a dar aulas. E a tentar, nos interstícios, pesquisar.

Como o destino é sempre ardiloso, as pesquisas, ou melhor, a vontade de pesquisa me levou a um tema que havia sido pesquisado pelo orientador alemão e por pesquisadores a ele ligado, a relação de mimese e sociedade mencionada anteriormente no fragmento 1. Contudo, àquela altura - estamos no ano 2000 - Kamper já havia morrido, e procurei contato com um de seus colegas, Wulf. A escolha de Wulf foi simples: ele havia escrito um livro que tocava o centro do problema que queria investigar e entender, Mimesis: cultura - arte - sociedade. Tinha adquirido esse livro na primeira estadia alemã, mas na época não foi lido. O tema me interessava desde há muito tempo, desde que havia lido um outro livro que teve um impacto muito grande em mim, mas que só pude estudar com afinco depois de muitos anos: o Mimesis de Auerbach. Ou seja, imaginava e esperava que o livro de Wulf (escrito em parceria com Gunter Gebauer, outro professor daquele mesmo grupo em torno de Kamper) fosse um desenvolvimento ou esclarecimento dos problemas tratados por Auerbach, o que de fato é, sob certa perspectiva.

Pois bem: à medida em que o tema me interessava mais e mais - através de incursões em várias sociologias: sociologia do amor, sociologia da dança, sociologia da abstração pictórica etc. -, o contato com aquele grupo que havia renegado nos anos em Berlim tornava-se mais promissor. Buquei retomar o contato e acertei com Wulf uma nova estadia em Berlim, na qual pretendia facilitar (apesar do pouco tempo disponível) a entrada no problema (mimese e sociedade). Como sempre, aproveitei sobretudo as bibliotecas e voltei para o Brasil com uma montanha de anotações e referências.¹⁴⁴

Foi nesse momento que Sergio me contactou com a prestigiosa oferta de trabalho. Ela significou abandonar o projeto que pretendia desenvolver e mergulhar fundo no estudo dos autores brasileiros. Mas não era evidentemente um acaso que justamente Auerbach fosse um ponto de fuga dos autores que pretendia estudar. Foi uma maneira de manter acesa a chama daquele projeto gorado (ainda mais porque o CNPq não se dispôs a financiá-lo). Aquela montanha de anotações e referências aguarda, guardada em uma pasta no computador, uma retomada. Mas o que passou é sempre muito difícil de retomar.

¹⁴⁴ Essas coisas estão registradas no relatório que apresentei à CERT-USP em junho de 2001. Além disso, apresentei projeto de pesquisa ao CNPq, intitulado "Mimese como categoria sociológica", com vistas à obtenção de Bolsa de Produtividade em pesquisa, em julho de 2001; mas a bolsa não foi concedida. Em 1999, já havia escrito um projeto de pesquisa, também recusado pelo CNPq, intitulado "Para uma sociologia da abstração nacional", no qual pretendia desenvolver uma problematização da pintura abstrata brasileira, retomando um antigo plano, formulado à época em que trabalhava na "História social das artes plásticas no Brasil", sob a coordenação de Sergio Miceli.

Voltando: estava no confronto das interpretações de Machado de Assis por Faoro e Schwarz, que precisava adiantar para seminário que haveria na Anpocs em outubro. Como disse, mergulhei nessas leituras, aprontando uma metade do trabalho para a data combinada, setembro de 2001 - a metade que tratava de Faoro, deixando apenas indicado que trataria a seguir de Schwarz. O trabalho causou dois tipos de estranheza, ambos justificados. Em primeiro lugar, parecia muito estranho - e era mesmo - que um estudo sobre a influência de autores ou teorias ou enfoques estrangeiros na sociologia brasileira a refratasse em um domínio tão marginal como a sociologia da literatura, e ainda mais concentrado em apenas dois livros publicados em 1974 e 77. Em segundo lugar, se o enfoque era comparativo, ficava difícil acompanhar o argumento se não havia comparação, isto é, se apresentava apenas metade do trabalho, sem mostrar mais concretamente a comparação propriamente dita. De todo modo, foi o que me foi possível fazer, e também já havia dito, desde o início, qual seria a estratégia para tentar dar conta do problema proposto.

Seja dito em meu favor - e acho que não é pouca coisa, para o bem e para o mal - que, dos três jovens pesquisadores convidados a enfrentar o problema das influências, apenas eu não desisti do trabalho. Os colegas da antropologia e da ciência política, certamente por terem mais senso de realidade e mais juízo do que eu, simplesmente pularam fora. É por essa razão que somente a sociologia, no livro que resultou do projeto, tem um texto sobre o assunto, e Sergio achou melhor silenciar sobre o fracasso daquela tentativa, deixando o meu texto em meio aos outros, sem especificar a intenção inicial. Como o livro está publicado, lá se encontra o meu texto, assim como nos materiais que disponibilizo para a banca examinadora nesta ocasião. Junto dele, o comentário feito por Fernando Novais em 15/10/2001, após ler a parte referente a Faoro.

Participar desse projeto foi uma experiência intelectual muito importante para mim, cheia de consequências - mais uma das muitas coisas que devo à acolhida de Sergio, que me apoiou e continua apoiando continuamente, desde que nos conhecemos em 1992. Pois o resultado final daquela pesquisa tornou-se, na verdade, a abertura de um trabalho mais amplo, que foi ganhando forma à medida em que ia deslindando aquele confronto de interpretações.

Desde o tempo da graduação havia lido com muito interesse alguns textos de Antonio Candido, e cogitado ler com mais calma algum dia (foi assim com Simmel, com Auerbach e muitos outros autores). Ao conceber o estudo sobre Faoro e Schwarz, tinha também em mente Candido, mas não como objeto de investigação propriamente dito, e mais como uma referência externa, que poderia oferecer algumas balizas para a montagem do argumento e para a problematização de um ou outro ponto. Mas, com o avanço da investigação, percebi em algum momento que poderia dar uma reviravolta geral e transformar o confronto em armação para uma investigação sobre Antonio

Candido. Assim que entreguei a Sergio a versão final do texto para o balanço da Anpocs, mergulhei fundo na leitura da obra de Antonio Candido. O resultado foi a tese de livre-docência, O asmodeu dialético, concluída em julho de 2003, apresentada ao Departamento de Sociologia em agosto daquele ano e defendida em dezembro. A tese tinha uma organização bastante simples: uma introdução geral, que armava o problema, que era exatamente o trabalho feito para o livro da Anpocs, e a seguir uma análise do problema da relação de mimese e sociedade na obra de Antonio Candido. Ao final um rápido Pro domo esclarecia as condições do candidato.

Nunca cabe ao candidato julgar a banca que o julga. Mas agora posso dizer que acho que a banca não atinou com alguns aspectos do trabalho que apresentei, embora seja dito, a favor dela, que adotei uma forma de exposição cifrada para muitas das discussões que empreendia, além de pressupor um repertório incumum. Isso tinha a ver com algo que acontecera no entremeio da história: eu tinha, finalmente, me entranhado nas profundezas do livro de Auerbach, e o resultado mexeu comigo. Na tese, guardadas as minhas limitações, procurei fazer como ele fizera, escrevendo de modo alusivo e cifrado, mas que fosse acessível aos iniciados. E, na ocasião da defesa, em congruência com isso, adotei o sermo humilis como atitude. Não sei se fiz certo, mas também não importa; assim são as coisas e assim é a vida.

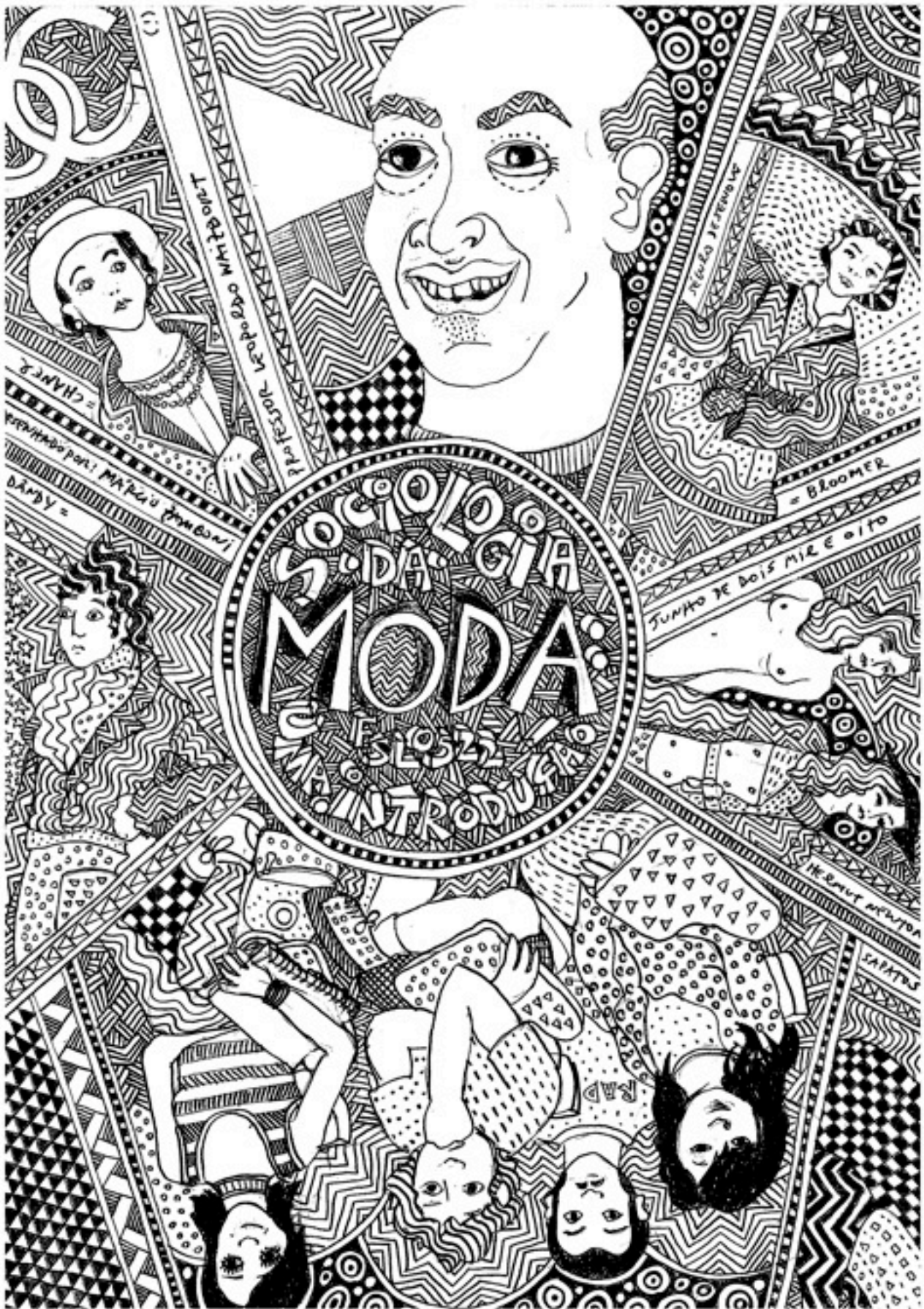
Uma vez terminada a tese, não tinha nada mais a fazer a não ser tentar, finalmente, ajustar as contas com Auerbach. Entre 2004 e hoje fiz pouco mais e bastante menos que isso. Pude, em 2005 e 2006, passar cerca de um ano na Alemanha, pesquisando o assunto em inúmeras bibliotecas, consultando vários especialistas, visitando alguns arquivos, abrindo literalmente todas as caixas de seu espólio. Reuni uma grande quantidade de material e pretendia escrever um livro sobre ele ao voltar para o Brasil, em agosto de 2006. Mas não deu.

Ao retornar, fui rapidamente contatado por meu colega Antonio Sérgio, que me disse que eu precisava ser o próximo coordenador do PPGS; apesar de minha resistência - queria escrever o livro para o qual tinha reunido material e reflexão -, não houve jeito, e embora só tenha assumido formalmente a coordenação em abril de 2007, desde dezembro de 2006 Antonio Sérgio me capturou para assessorá-lo na coordenação, colaborar no famigerado relatório Capes e ir pegando o pé do abacaxi. Daquela época até maio de 2009, fiquei por conta do PPGS. Fiz um ou outro trabalhinho de ocasião, nos interstícios do trabalho de gestão. Neste ano, ao entregar a coordenação, a vaga de titular já havia sido concedida ao Departamento e eu precisava correr na preparação da candidatura.

Desfecho

Eis aqui, escrita, esta verdadeira narrativa memorialística, para satisfazer a demanda. Respeitei a sabedoria expressa na epígrafe. Não saberia dizer qual das duas melhor se adapta ao resultado - quiçá saiba o leitor, quiçá sejam ambas.

Chegado a este ponto, só posso terminar com aquilo que deveria estar no início deste memorial: dedicando-o, agradecido, aos meus professores e aos colegas do Departamento de Sociologia, com os quais aprendi e continuo aprendendo e dos quais recebi sempre o apoio e a compreensão (é verdade que de uns mais, de outros menos, mas é assim que as coisas são, e no geral tudo sempre foi legal: o agradecimento é verdadeiro).



6. 2009: Anexo: tábua acadêmica.